MPES
MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Espírito Santo

Relatório de Gestão 2022

Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Procuradora-Geral de Justiça

Elda Márcia Moraes Spedo
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

Josemar Moreira
Subprocurador-Geral de Justiça Judicial

Alexandre José Guimarães
Subprocurador-Geral de Justiça Institucional

Gustavo Modenesi Martins da Cunha
Corregedor-Geral do MPES

Maria de Fátima Cabral de Sá
Subcorregedora-Geral do MPES

Humberto Alexandre Campos Ramos
Ouvidor do MPES

Sidia Nara Ofranti Ronchi
Ouvidora da Mulher do MPES

Catarina Cecin Gazele
Decana - representando o Colégio de Procuradores

Francisco Martínez Berdeal
Secretário-Geral e Responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)

Lidson Fausto da Silva
Gerente-Geral

Elaboração, Projeto gráfico e Diagramação:
Ana Paula Senna Dan Rossoni e Fabricio Ferraz Pêgo
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) - Unidade de Planejamento e Projetos

Revisão:
Briza Loss Correa Pizzani e Fabiana Machado Souza Costa - Assessoria Legislativa (ALE)

Fotos:
Banco de imagens Pixabay

Agradecimento: às(aos) membras(os), às(aos) servidoras(es), às(aos) estagiárias(os) e às(aos) demais colaboradoras(es) que contribuíram com dados e informações de suas atividades, trabalhando juntas(os) para um Ministério Público mais eficiente e resolutivo.

Sumário

Apresentação 5

Palavra da Procuradora-Geral de Justiça do MPES 5

Introdução 7

Perspectiva: Resultados para a sociedade 9

Atuação Finalística 9

Direitos Humanos 10

Área de atuação: Infância e Juventude 10

Área de atuação: Defesa da Cidadania 15

Área de atuação: Defesa Comunitária 20

Área de atuação: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 23

Área de atuação: Proteção aos Direitos Humanos 27

Patrimônio Público e Eleitoral 30

Área de atuação: Eleitoral 30

Área de atuação: Patrimônio Público 34

Direito do consumidor 38

Segurança Pública 41

Área de atuação: Criminal 41

Área de atuação: Controle externo da atividade policial 46

Área de atuação: Execução Penal 48

Área de atuação: Violência Doméstica 50

Acesso à saúde 52

Direito à educação 55

Proteção ao meio ambiente 59

Atuação em números 66

Monitoramento da atuação 82

Corregedoria-Geral do Ministério Público 82

Perspectiva - Eficiência Operacional 84

O MPES de hoje e de amanhã 84

Comunicação Institucional 85

Canais de comunicação 85

Canais de Relacionamento 86

Divulgação das ações do MPES 89

Diálogo e Autocomposição 95
Governança, gestão e sustentabilidade 97
Governança de TI 97
Gestão orientada a dados 97
Sustentabilidade 100
Eficiência na gestão 100
Monitoramento da gestão administrativa 103
Atividade investigativa e de inteligência 105
Perspectiva - Pessoas, Estrutura e Recursos 108
Novas habilidades para os novos tempos 108
Capacitação e treinamento 109
Iniciativas e capacitações 110
Gestão de Pessoas 113
Programa de Modernização e Sistematização da CREH 113
Quadro de pessoal 115
Tecnologia e Inovação 118
Service Desk 118
Aquisições de TI 118
Infraestrutura de TI 119
Sistemas 121
Gestão da Infraestrutura Física 123
Gestão financeira e orçamentária 124
Orçamento 124
Execução Orçamentária - MPES 126
Execução Orçamentária - FUNEMP 126
Despesas de custeio 127
Aquisição e patrimônio 130
Evolução patrimonial e aquisições 130
Alienação de bens móveis inservíveis 133
Mensagem Final 135
Palavra do Secretário-Geral 135

Apresentação

Palavra da Procuradora-Geral de Justiça do MPES

É com muita alegria que o Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES apresenta mais uma vez o seu Relatório Anual de Atividades, em cujas páginas se concretizam todo o esforço e a dedicação de suas(seus) membras(os), servidoras(es) e demais colaboradoras(es).

O que temos aqui é uma pequena amostra do gigantesco trabalho que a instituição desempenha diuturnamente na defesa da democracia e da ordem jurídica e em prol dos interesses fundamentais da sociedade, sejam eles referentes à guarda e à promoção da democracia, da cidadania, da justiça e da moralidade; sejam os relacionados ao amparo dos mais vulneráveis, como a criança, o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência, e as etnias e gêneros mais violados e oprimidos; e, ainda, aos atinentes à proteção do meio ambiente, do patrimônio público e de tudo o que envolve a dignidade da vida humana, a exemplo da saúde e da educação.

O ano de 2022 nos permitiu a volta à normalidade, passados dois anos da pandemia da Covid-19. Não obstante a superação desse vírus, nos deparamos com cenário tão impactante quanto, que foi o de polarização política e ideológica, exigindo que redobrássemos os esforços, a fim de proteger a ordem democrática, zelar pela convivência harmônica entre todos e combater a desenfreada desinformação propagada pelas redes sociais, adotando todas as medidas que garantissem a responsabilização dos envolvidos na forma da lei, a manutenção da paz e da ordem social.

Além disso, mantivemos um dos principais pilares institucionais, estreitar ainda mais a aproximação com as cidadãs e cidadãos, com as(os) quais, através do diálogo perene, tivemos a oportunidade de conversarmos sobre o Mistério Público de hoje e do futuro, para que cada vez mais fortes, possamos desempenhar com eficiência o nosso múnus constitucional de defesa e proteção da sociedade capixaba.

Destacamos também, que no decorrer de 2022, investimos na contínua modernização tecnológica, além de outros avanços administrativos e na formação acadêmica de membras e de membros da instituição, alguns dos quais concluíram estudos de pós-graduação, qualificando-se para oferecer, cada vez mais, um trabalho de excelência.

Nacionalmente, o MPES ocupou posição de destaque, realizando, dentro e fora do Estado, encontros nacionais para otimizar, ainda mais, nossa atuação na defesa dos direitos humanos, a exemplo da **Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG),** da **II Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)** e da **I Reunião do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC)**, que ocorreram nos dias 29 e 30 de junho de 2022, ocasião em que cerca de 200 Procuradores(as) e Promotores (as) de Justiça dos Estados e da União, reuniram-se, a fim de aprimorar a atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos fundamentais de toda a coletividade.

Nossa instituição foi ouro no ranking da transparência, tendo seu trabalho reconhecido e premiado, ao lado de Ministérios Públicos de todo o Brasil, nas mais diversas áreas, como da segurança institucional, da autocomposição e ambiental.

Como dito, 2022 foi um ano de muito trabalho e realizações, muitos dos quais estão aqui descritos, retratando o esforço e os resultados da atuação coletiva.

Concluímos o ano, trocamos o calendário, mas a nossa missão constitucional é perene. Muito fizemos e muito ainda faremos, porque o Ministério Público do Estado do Espírito Santo não se intimida, ao contrário, reafirmamos à sociedade brasileira que honraremos nossa missão constitucional de defesa do regime democrático e da ordem jurídica.

Assim, o MPES apresenta o Relatório Geral de suas atividades finalísticas e administrativas, realizadas ao longo do ano de 2022, em consonância ao princípio da transparência e em cumprimento ao disposto no inciso XXIII do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997.

Por fim, destacamos que apresentar anualmente o presente Relatório é para nós muito mais que um dever legal, é a oportunidade de olharmos com alegria e orgulho para tudo o que foi feito e de planejarmos o que ainda deve ser realizado, vislumbrando uma atuação cada vez mais aprimorada e resolutiva.

Muito obrigada a todas(os) que contribuíram para os positivos resultados alcançados e que sigamos juntas(os) na conquista de tantos mais.

Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Procuradora-Geral de Justiça

Introdução

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) é instituição permanente, responsável pela defesa dos direitos da coletividade, da sociedade, no âmbito do estado e dos municípios. Isso está previsto no art. 127 da Constituição Federal de 1988 e replicado na Missão institucional, que encabeça o Mapa Estratégico do MPES. Ou seja, é a sua razão de existir.

> *"Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável"*

Dada a amplitude de sua missão, o MPES atua em diversas áreas, a saber: Infância e Juventude, Idoso, Pessoa com Deficiência, Saúde, Educação, Defesa Comunitária, Cidadania, Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio Público, Consumidor, Terceiro Setor, Eleitoral, Segurança Pública, nesta incluída a área Criminal, entre outras correlatas, que compreendem o plexo constitucional de direitos e garantias fundamentais da pessoa.

Nesse sentido, para alcançar o seu múnus constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis nas diversas áreas de atuação finalística, destacam-se, a título exemplificativo, as seguintes funções ministeriais:

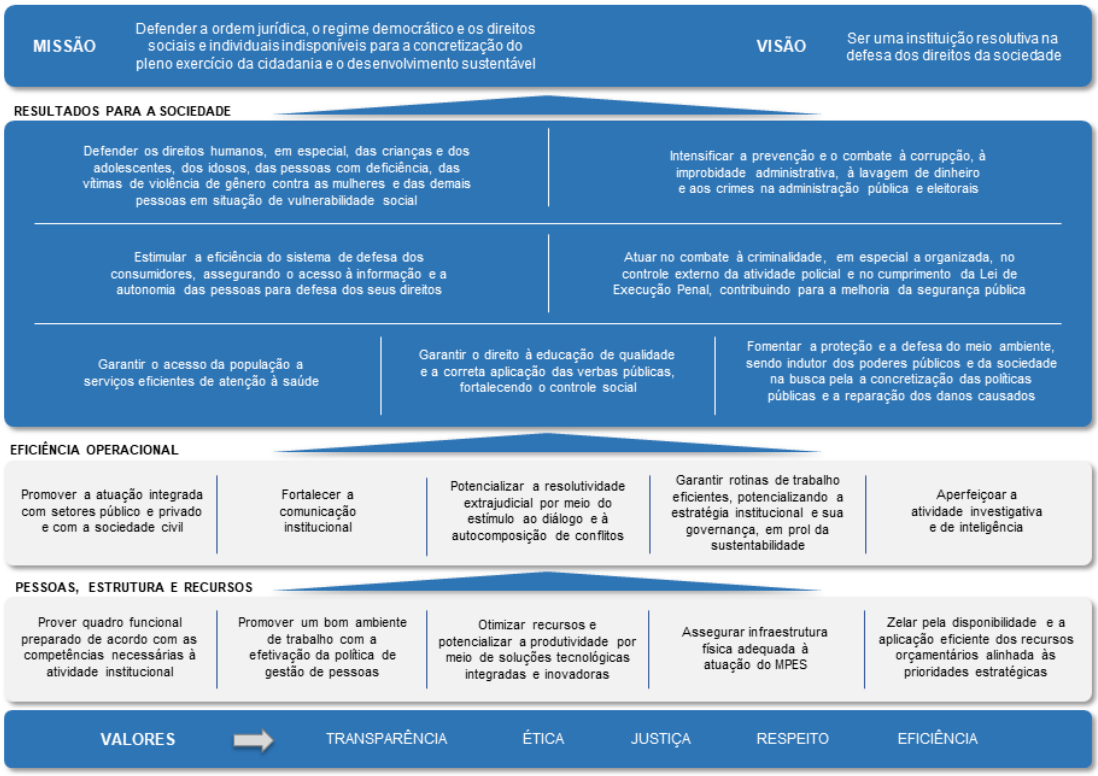
- defender judicial e extrajudicialmente os direitos e os interesses indisponíveis da população;
- promover a autocomposição de conflitos;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e dos interesses difusos e coletivos;
- promover ação de inconstitucionalidade de leis e de atos normativos estaduais e municipais;
- efetuar o controle externo da atividade policial;
- promover a ação penal pública, na forma da lei;
- fiscalizar os estabelecimentos penais e os que abrigam crianças e adolescentes, idosos, incapazes e pessoas com deficiência;
- acompanhar e fiscalizar o funcionamento das fundações e outras organizações do terceiro setor;
- apurar e dar andamento às representações por violação de direitos humanos ou sociais decorrentes de abuso de poder econômico ou administrativo, dentre outras atribuições constitucionais.

Além da gama de áreas de atuação e de funções institucionais, outro fator de relevância é a cobertura geográfica do MPES. Sua presença em todo o território estadual, por meio das Promotorias e Procuradorias de Justiça, além de Núcleos, Grupos Especiais de Trabalho, Coordenadorias finalísticas e outras estruturas similares, proporciona um atendimento ao público imediato humanizado e acolhedor, acessível a todas(os) as(os) cidadãs(ãos), de acordo com a realidade de cada local.

Para isso, a Constituição Federal e a Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, asseguram ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira. Essa condição, é importante frisar, exige da instituição um aprimoramento contínuo de suas ferramentas de governança e de gestão para tornar realidade a Visão posta no seu plano estratégico.

> *"Ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade"*

Nesse diapasão, no início de 2020, foi lançada uma nova edição do Planejamento Estratégico do MPES. Os objetivos institucionais foram agrupados em uma modelagem que possibilita a transversalidade das ações e foram segmentados nas seguintes perspectivas, que serão as diretrizes para a organização das informações deste Relatório:



1 ***Resultados para a Sociedade***: objetivos relacionados à atividade finalística da instituição e que dão cumprimento às funções constitucionais e legais do órgão;

2 ***Eficiência Operacional***: objetivos que relacionam as atividades finalísticas e estruturantes do MPES, de forma a potencializar a atuação ministerial (judicial e extrajudicial) e a governança institucional; e

3 ***Pessoas, Estruturas e Recursos***: os objetivos que tratam da eficiência e da eficácia da instituição relacionadas à gestão de pessoas e de recursos.

Salienta-se que, apesar da sua autonomia e independência funcional, o MPES desenvolve suas atividades de forma integrada e sistêmica com os Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e com as instituições públicas e privadas, tendo suas ações fundamentadas em lei e em normativas vigentes, bem como em diretrizes estabelecidas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo Conselho Superior do Ministério Público e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Nas páginas a seguir, capituladas de acordo com as perspectivas do mapa estratégico, será apresentado um compêndio do trabalho realizado por membras(os) e servidoras(es) do MPES no ano de 2022 com base nos Valores institucionais: *Transparência, Ética, Justiça, Respeito e Eficiência*.

Perspectiva: Resultados para a sociedade

Atuação Finalística

Após dois anos da pandemia de covid-19, o Brasil registrou o seu melhor cenário epidemiológico no segundo semestre de 2022 e, não obstante o vírus continuar em circulação, a vacinação avançou, a taxa de letalidade caiu e as medidas de prevenção, como o uso de máscaras, foram paulatinamente deixando de ser obrigatórias.

No âmbito do MPES, esse quadro permitiu o pleno retorno ao trabalho presencial e às possibilidades de deslocamentos e reencontros. Foi possível, também, a retomada de vários projetos e ações do plano geral de atuação que obteve alta taxa de execução (oitenta e sete por cento).

Destaca-se, ainda, que em um ano de eleições polarizadas, o empenho e a participação de todas(os) as(as) membras(os) e servidor(as)es, que trabalharam com muito brilhantismo e afinco, foram fundamentais para garantir que o pleito ocorresse com lisura e transparência, fazendo valer os preceitos democráticos e o pleno exercício da cidadania.

Nas páginas seguintes, estão registradas outras ações de destaque executadas e/ou em andamento pelas(os) membras(os) e pelas(os) servidoras(es) do MPES, com foco nos resultados para a sociedade e, consequentemente, para o cumprimento de sua missão: *defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável*.

Direitos Humanos

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Defender os direitos humanos, em especial os das crianças e dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, das vítimas de violência de gênero contra as mulheres e das demais pessoas em situação de vulnerabilidade social.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Atuar de modo a assegurar a observância dos direitos humanos e das pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial os de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência de gênero contra as mulheres, no combate a qualquer tipo de violação, preconceito e discriminação, fomentando a implementação de políticas públicas e a consolidação das redes de atendimento, de proteção e de acolhimento.

ÁREA DE ATUAÇÃO: INFÂNCIA E JUVENTUDE

AÇÕES DESENVOLVIDAS

De olho na Proteção

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Monitorar os serviços de acolhimento institucional e familiar por meio de inspeções periódicas, em formato remoto ou presencial, ainda que no período da pandemia de covid-19, com o apoio técnico do CAIJ, de forma a possibilitar a estruturação e/ou adequação dos serviços.

Resultados alcançados

96 inspeções nos serviços de acolhimento em atendimento aos órgãos de execução

De olho na Socioeducação

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Acompanhar o processo de inspeção nas unidades de internação e semiliberdade de forma a possibilitar a qualificação e a adequação do atendimento.

Resultados alcançados

24 inspeções nas unidades de internação e semiliberdade em atendimento aos órgãos de execução

Fortalecendo o Meio Aberto no Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Monitorar as unidades executoras das medidas socioeducativas em meio aberto por meio de inspeções periódicas, com apoio técnico do CAIJ, de forma a possibilitar a estruturação e/ou a adequação dos serviços. A iniciativa decore das ações desenvolvidas no projeto “Levantamento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Espírito Santo".

Resultados alcançados

7 inspeções nas unidades executoras de medidas socioeducativas em meio aberto em atendimento aos órgãos de execução

Estruturação dos Conselhos Tutelares do Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Ofertar equipamentos de informática e materiais, como computadores, impressoras, telefone fixo e celular, bebedouro, mesas, cadeira, dentre outros necessários à melhoria do atendimento prestado pelos Conselhos

Tutelares, com base nas informações fornecidas pelos próprios órgãos colegiados durante aplicação de questionário prévio para levantamento de necessidades.

Resultados alcançados

- Levantamento das necessidades dos Conselhos Tutelares com o apoio da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES);
- Acompanhamento das respostas recebidas.

Levantamento das ações para elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Acompanhar as ações desenvolvidas pelos órgãos de execução para que os municípios elaborem o Plano Municipal pela Primeira Infância, por meio de ações articuladas. A iniciativa decorre das ações desenvolvidas em 2021 no projeto “Primeira Infância em foco".

Resultados alcançados

Levantamento e compilação das informações e dos dados encaminhados pelas Promotorias de Justiça no tocante à elaboração do plano municipal pela primeira infância.

Levantamento das ações para implementação da Escuta Especializada nos municípios

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Acompanhar as ações desenvolvidas pelos órgãos de execução para a implementação da escuta especializada nos municípios, em articulação com a rede de atendimento e o sistema de garantia de direitos, com vistas à capacitação de profissionais da rede e à instalação de espaço físico adequado. A iniciativa decorre das ações desenvolvidas em 2021 no projeto “Escuta Especializada - Implementar é Preciso!”.

Resultados alcançados

Levantamento e compilação das informações e dos dados encaminhados pelas Promotorias de Justiça no tocante à implementação da Escuta Especializada nos municípios.

Levantamento das ações para implantação dos serviços de acolhimento familiar

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Acompanhar as ações desenvolvidas pelos órgãos de execução para a implantação dos Serviços de Acolhimento Familiar nos municípios, por meio de articulação com o Poder Executivo local e com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). A iniciativa decore das ações desenvolvidas em 2021 no projeto “Fomento à ampliação do Programa de Acolhimento Familiar no Estado do Espírito Santo”.

Resultados alcançados

Levantamento e compilação das informações e dos dados encaminhados pelas Promotorias de Justiça no tocante à implantação do serviço de acolhimento familiar no município.

Suporte ao Processo Unificado de Escolha das(os) Membras(os) do Conselho Tutelar

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Assessorar a atuação dos órgãos de execução no fortalecimento dos CMDCA e na fiscalização do Processo Unificado de Escolha das(os) Membras(os) do Conselho Tutelar do ano de 2023, atuando de forma estratégica para a cessão de urnas eletrônicas aos municípios que manifestarem interesse.

Resultados alcançados

- Envio de material orientativo às Promotorias de Justiça;
- Início da articulação com objetivo de obter parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para cessão de urnas eletrônicas.

Serviços de Acolhimento Institucional - Equipar para Qualificar!

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Trata-se de um projeto elaborado em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), com o intuito de ofertar computadores para uso de crianças e adolescentes em cada serviço de acolhimento institucional do Espírito Santo, possibilitando a participação das(os) acolhidas(os) em cursos de qualificação profissional.

Resultados alcançados

72 computadores distribuídos → **57** instituições contempladas → **396** crianças e adolescentes beneficiados

Levantamento da Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no ES

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Traçar um panorama da execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Estado do Espírito Santo, de forma a subsidiar a atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça com as informações levantadas e com a identificação das fragilidades existentes.

Resultados alcançados

- Realização de 84 (oitenta e quatro) reuniões abrangendo todos os municípios capixabas, com envolvimentos das coordenações e equipes técnicas dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou as equipes de referência do meio aberto;
- Elaboração do panorama com os dados e as informações levantadas, sendo apresentado no evento "Conhecendo o Meio Aberto".

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

Cuidando da Primeira Infância - Elaboração e implementação de planos municipais pela Primeira Infância
Os Desafios da Adoção
Bate-papo com Café - A Lei nº 14.344 e os mecanismos para prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente
Acolhimento Institucional e Familiar - Um diálogo Necessário
Conhecendo o Meio Aberto

ÁREA DE ATUAÇÃO: DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) durante o período da pandemia causada pela covid-19 e seus desdobramentos

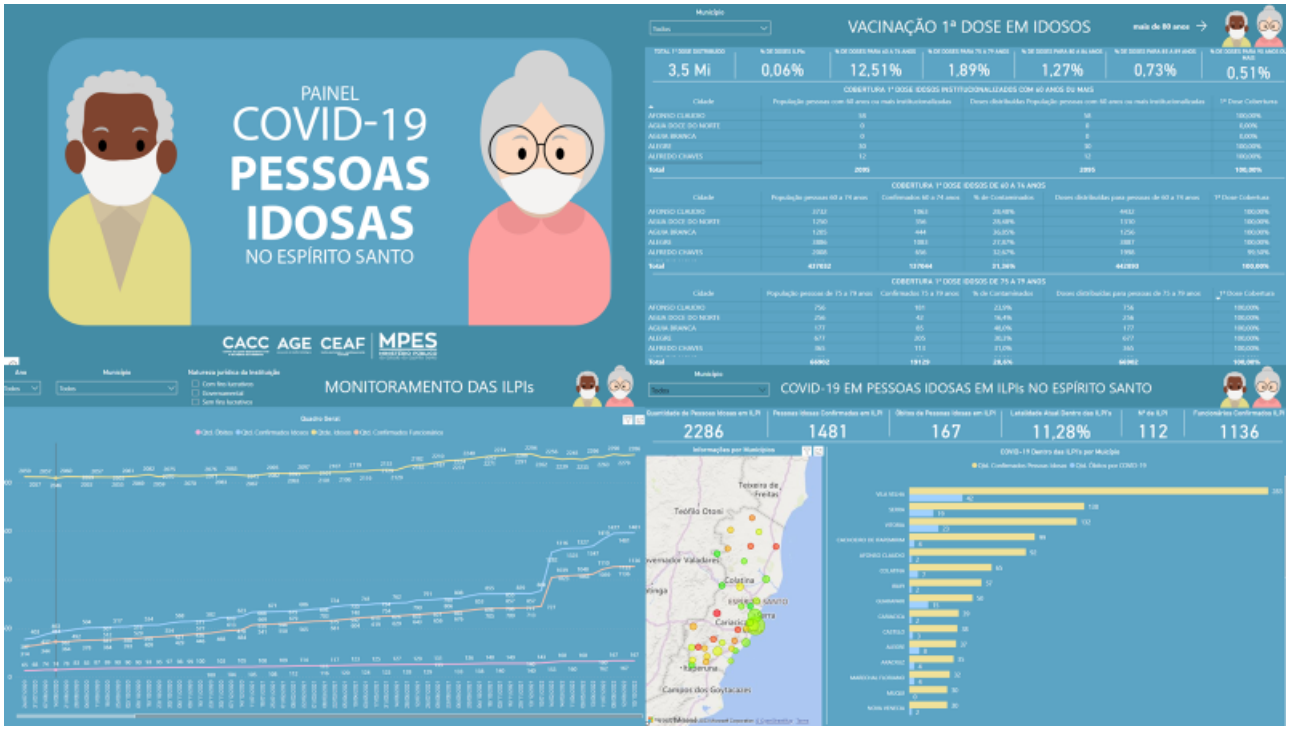
Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Trata-se do contínuo levantamento do número de registros de casos suspeitos e confirmados de covid-19 entre residentes e trabalhadoras(es) das ILPIs, bem como os casos de óbitos das(os) usuárias(os) do serviço, informados pelas instituições, com início em 16 de abril de 2020, a partir da primeira ocorrência registrada em unidade em funcionamento no Estado. Para tanto, a metodologia de trabalho inclui a disponibilização às ILPIs de formulário eletrônico elaborado pela equipe do CACC, com assessoria da Unidade de Inovação e Sustentabilidade do MPES (AGE/UIS).

Resultados alcançados

- Manutenção de painel em ferramenta de *business intelligence* (BI), com atualização mensal, disponibilizado no site do MPES;



- Continuidade da utilização do formulário eletrônico, durante todo o ano de 2022;
- 453 (quatrocentas e cinquenta e três) manifestações técnicas encaminhadas como subsídio para atuação de membras(os);

- Publicação de 12 (doze) boletins informativos à sociedade contendo dados analisados e categorizados sobre a situação de contágio da covid-19 nas ILPIs;
- Aproximação do MPES e as ILPIs por meio da realização da "Roda de Conversa com as ILPIs - Reflexões sobre a pandemia: o que fica do que passou?".

Banco de Jurisprudências e Precedentes em Direito Civil e Cidadania

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Acompanhar e divulgar a produção jurisprudencial dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e teses de direito civil e cidadania no âmbito do MPES.

Resultados alcançados

- Divulgação de 11 (onze) *cards* com jurisprudências atinentes às matérias cível e cidadania (direitos reais, sucessões, alimentos, bens de família, associação e cidadania);
- Disponibilização de *newsletter* com a compilação de julgados, temas, precedentes e demais informações afetas à área cível (pessoa idosa, pessoa com deficiência, família e terceiro setor);
- Disponibilização de banco de dados com jurisprudência atinentes às matérias cível e cidadania (pessoa idosa, pessoa com deficiência, famílias e terceiro setor).

Banco de Dados Estratégicos do CACC

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Manter atualizados dados e informações técnicas que propiciam a atuação direcionada e estratégica do CACC junto às Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das famílias e do terceiro setor.

Resultados alcançados

- Disponibilização, na intranet, de 6 (seis) novas legislações, 54 (cinquenta e quatro) novos documentos entre boletins informativos, cartilhas, manifestações técnicas e respostas às consultas e 11 (onze) novas jurisprudências;
- Melhorias na página do CACC da intranet e da internet, com o objetivo de atualizar as informações nela contidas e tornar o menu de acesso aos documentos das páginas mais intuitivo.

A atuação do MPES no acolhimento para pessoas adultas com deficiência

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Instrumentalizar o MPES na vistoria das unidades de acolhimento para pessoas adultas com deficiência existentes no Estado do Espírito Santo, bem como na atuação ministerial integrada decorrente da ausência de políticas públicas de oferta desse serviço de proteção integral.

Resultados alcançados

- Realização do curso "Acolhimento de pessoas adultas com deficiência: fiscalizar para garantir direitos. Um breve estudo sobre a Resolução nº 228/21 do CNMP", com registro de 122 (cento e vinte e dois) participantes, entre membras(os), servidoras(es), colaboradoras(es) e público externo;
- Formalização da rotina, racionalização das intervenções, organização dos resultados que possibilitam ações integradas e articuladas no MPES;
- Qualificação da utilização do formulário eletrônico disponível no Sistema Eletrônico de Informações - Sei! e implantado no MPES para o registro unificado das vistorias.

Monitoramento dos serviços de acolhimento para pessoas adultas com deficiência, modalidade Residência Inclusiva (RI)

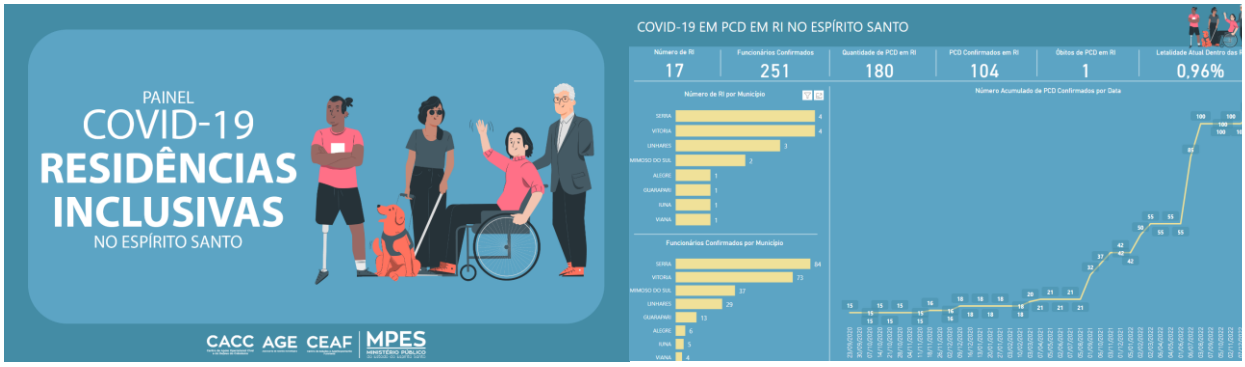
Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Realizar levantamento contínuo do número de registros suspeitos e confirmados da covid-19 entre residentes e trabalhadoras(es) das RIs, bem como dos casos de óbitos das(os) usuárias(os) do serviço, informado pelas unidades prestadoras. Essa ação ganhou relevância em decorrência do cenário de transmissão comunitária do vírus que configura grave risco de contágio descontrolado da doença, em especial, a um público ainda mais vulnerável: as(os) residentes em instituições assistenciais, incluindo nessa parcela da população, as pessoas com deficiência.

Resultados alcançados

- Utilização de formulário eletrônico para coleta de informações, o que resultou em 102 (cento e duas) manifestações técnicas a partir da análise das respostas com encaminhamento às Promotorias de Justiça;
- 12 (doze) boletins informativos com os dados analisados e categorizados;
- Painel de BI disponibilizado no site do MPES com atualização mensal.



Implantação do PLID/ES e utilização do SINALID

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Implantar o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) no Estado do Espírito Santo e fomentar a adesão ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos do Conselho Nacional do Ministério Público (SINALID/CNMP) pelos órgãos de saúde, assistência social e segurança pública do Espírito Santo e municípios, por meio de parcerias.

Resultados alcançados

Aquisição de base de dados associada à gestão de crédito de pessoas físicas e jurídicas com o intuito de otimizar as consultas.

O Velamento das Fundações de Direito Privado pelo Ministério Público

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Capacitar as(os) Promotoras(es) de Justiça com atribuição na curadoria de fundações, as(os) assessoras(es) e as(os) estagiárias(os) para atuação na área, conforme previsão na Constituição Federal, no Código Civil, bem como no art. 35, inciso VII, da Lei Orgânica do MPES.

Resultados alcançados

- Realização do evento "Fiscalização das Fundações de Direito Privado - Analisando a Prestação de Contas", ocorrido em formato virtual, no dia 08/07/2022, que contou com as palestras do Sr. Eduardo Marcondes Filinto da Silva e Sr. Flávio Nishimura;
- Entrega do "Guia de Atuação do MPES na prestação de contas das Fundações de Direito Privado".

Assessorar as(os) Promotoras(es) de Justiça na fiscalização das Fundações de Direito Privado

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Subsidiar a atuação das(os) Promotoras(es) de Justiça com atribuição na curadoria de fundações, por meio do exame das contas prestadas anualmente pelas fundações privadas, compreendendo os balanços e demais elementos contábeis, relatórios das(os) administradoras(es), manifestações dos órgãos internos de controle e das(os) auditoras(es) externas(os), assim como outros instrumentos pertinentes.

Resultados alcançados

- Atualização mensal do Painel das Fundações de Direito Privado do Estado do Espírito Santo (PAFES), disponibilizado no site do MPES;

- Atendimento de todas as demandas recebidas para análise de prestação de contas ou parecer jurídico sobre as Fundações de Direito Privado, com a elaboração de 162 (cento e sessenta e duas) manifestações técnicas.

Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Promover a análise qualitativa dos 8 (oito) serviços de acolhimento institucional para pessoa idosa que atingiram os menores índices nos indicadores do Panorama de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas (PAIPI), objetivando melhor adequação às normativas vigentes, bem como a análise do serviço que apresentou maior número de regularidades para o fomento de boas práticas identificadas.

Resultados alcançados

7 ILPIs fiscalizadas e acompanhadas em 2021 e 2022 ❯ **3** instituições tiveram melhorias nos quesitos de regularidades ❯ **1** encerrou as atividades por não atender os quesitos para funcionamento

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

A atuação do Ministério Público no Velamento das Fundações de Direito Privado

Ações de destaque

Foram encaminhadas **9** (nove) comunicações, ao MPT, acerca de casos de suspeitos ou confirmados de covid-19 em profissionais das ILPIs, auxiliando na fiscalização em Saúde do Trabalhados nessas unidades.	Concedidas **3** (três) entrevistas a veículos de imprensa abordando temas referentes ao PLID e ao monitoramento das ILPIs.

ÁREA DE ATUAÇÃO: DEFESA COMUNITÁRIA

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Fiscalização e monitoramento da rede socioassistencial (SUAS)

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Fiscalizar e monitorar a rede socioassistencial dos municípios e do Estado do Espírito Santo, por meio de visitas técnicas, com vistas à adequação de seus equipamentos públicos (estrutura física e recursos humanos).

Resultados alcançados

- Realização de 8 (oito) análises técnicas da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por solicitação, nos Municípios de Pancas, Vila Velha, Viana, Venda Nova do Imigrante, Sooretama, Piúma, Linhares e Cariacica.
- Elaboração de minuta de notificação recomendatória versando sobre o regular funcionamento dos serviços socioassistenciais do SUAS.

Implementação da política estadual para a população em situação de rua do ES

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Promover articulação interna e interinstitucional, com o envolvimento do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMOPOP/ES) e do Poder Executivo municipal, visando implementar a Política Estadual para a População de Rua do Espírito Santo (POLEPOP/ES) nos municípios capixabas. Além disso, compor e acompanhar as atividades do Comitê.

Resultados alcançados

- Realização de 12 (doze) reuniões em 2022 para discussão de pautas relacionadas a emprego e renda, moradia, direito à alimentação, dentre outras;
- Realização de 5 (cinco) visitas técnicas nos serviços municipais de população em situação de rua de Vitória;
- Elaboração de modelo de notificação recomendatória e modelo de portaria para instauração de Procedimento Administrativo (PA) versando sobre o atendimento integral e defesa das pessoas em situação de rua durante o período de inverno;
- Elaboração do Plano de Trabalho Emergencial para população em situação de rua submetida às baixas temperaturas.

Fiscalização e monitoramento da política de Segurança Alimentar e Nutricional

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Articular junto aos Poderes Executivos municipais estratégias para criação e/ou reativação dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional.

Resultados alcançados

- Elaboração de modelos de portaria para instauração de procedimento administrativo, portaria para instauração de inquérito civil e notificação recomendatória para subsidiar a atuação das(os) membras(os) do MPES no que tange à atuação na matéria;
- Articulação com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/ES) para levantamento e diagnóstico quanto à adesão dos municípios capixabas ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), além da criação e/ou reativação dos CONSEAS municipais e da elaboração do Plano Estadual/Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Mapa da Política de Assistência Social do Estado do Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Manutenção da ferramenta de informações que integra e fornece dados atualizados sobre a realidade do Estado, notadamente no que tange à rede de serviços do SUAS e aos seus equipamentos instalados e disponíveis nos 78 (setenta e oito) municípios do Espírito Santo. O principal objetivo é fomentar e aprimorar a organização, a gestão e a fiscalização das políticas públicas nesses territórios. Além disso, busca instrumentalizar Promotoras(es) de Justiça com informações sobre a realidade social nos municípios e, ainda, possibilitar o acesso de gestoras(es), técnicas(os), usuárias(os) e sociedade em geral.

Resultados Alcançados

Possibilitou ao Ministério Público caminhar em direção ao conhecimento da realidade social de cada município, visando instruir as(os) membras(os) do MPES na política de Assistência Social para assegurar a observância dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, notadamente pelas políticas públicas e redes de proteção social.

MAPA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ES

206 acessos
172 novas(os) usuárias(os)
50 usuárias(os) retornaram à plataforma

Comissões temáticas de diversidade sexual e de identidade de gênero nos municípios do Espírito Santo

Unidade responsável: Comissão de Direito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero (CDDS)

Objetivo

Fomentar a criação de comissões temáticas de diversidade sexual e de identidade de gênero no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Executivo dos municípios do Espírito Santo.

Resultados alcançados

14 Comissões criadas no Poder Executivo

+

12 Comissões criadas no Poder Legislativo

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

Webinário: Direitos da Minoria LGBTI+ no Supremo e na Corte Interamericana de Direitos Humanos – como o sistema de justiça protege as pessoas LGBTI+
Bate-papo com café: Abrigamento de adolescente transexual e a atuação do MPES - análise de caso concreto
VI Seminário de Direito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero
Bate-papo com café: Conflito entre a liberdade religiosa e o direito à livre orientação sexual e identidade de gênero: atuação cível do MP capixaba

Ações de destaque

Apresentação das ações desenvolvidas pelo CACO relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Webinar "Enfrentamento da Fome: ações e projetos do Ministério Público Brasileiro".	**41** (quarenta e um) pedidos de apoio e consulta técnica atendidas pelo CACO relacionadas à disponibilização dos benefícios eventuais, auxílio emergencial, recursos da Portaria nº 369/2020, execução dos repasses financeiros da União e Estado aos municípios, atendimento à população em situação de rua e insegurança alimentar e nutricional.
Apoio técnico qualificado do CACO na atuação ministerial relacionada a "Ocupação Chico Prego".	Por iniciativa da CDDS, foi publicada a Portaria PGJ nº 920/2022 que estabelece as diretrizes para o uso de **nome social** no âmbito do MPES, atualizando a normativa de 2017.
O uso de banheiros do MPES conforme identidade de gênero foi regulamentado em 2022, conforme Portaria PGJ nº 620/2022.	Realização da campanha "Eu tenho orgulho de ser quem eu sou", com a inserção de vídeos alusivos ao mês do orgulho LGBTI+ nas redes sociais do MPES; alteração dos leiautes do site, intranet, *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*, publicações de matérias na intranet e site e entrevista ao vivo em jornal local. A fachada da sede também foi iluminada nas cores da bandeira do arco-íris.

ÁREA DE ATUAÇÃO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Fortalecendo Redes: Políticas Públicas para Mulheres no Território

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid)

Objetivo

Disponibilizar aos órgãos de execução do MPES metodologia estruturada de fomento à implementação e ao monitoramento de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado do Espírito Santo, por meio de uma atuação integrada entre as(os) membras(os) com atribuição nas diversas temáticas que possuem transversalidade com as políticas de enfrentamento das violências doméstica e familiar contra as mulheres.

A partir da metodologia e atuação integrada, buscou-se:

- Integração e fortalecimento das redes municipais de enfrentamento da violência contra as mulheres;
- Construção de fluxos e protocolos municipais de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Adequação dos espaços físicos dos serviços de referência no atendimento às mulheres e composição das equipes de trabalho desses serviços;
- Qualificação e melhoria do atendimento ofertado;
- Sensibilização de gestoras(es) e técnicas(os) municipais para a temática enfrentamento da violência contra as mulheres;
- Difusão de conhecimentos sobre violência de gênero, violência doméstica contra mulheres, Lei Maria da Penha e temas correlatos.

Resultados Alcançados

2022:
Realização do projeto em
Jaguaré e **Santa Leopoldina**

Oficina sobre Violência de Gênero e Lei nº 11.340/2006 para a Guarda Municipal

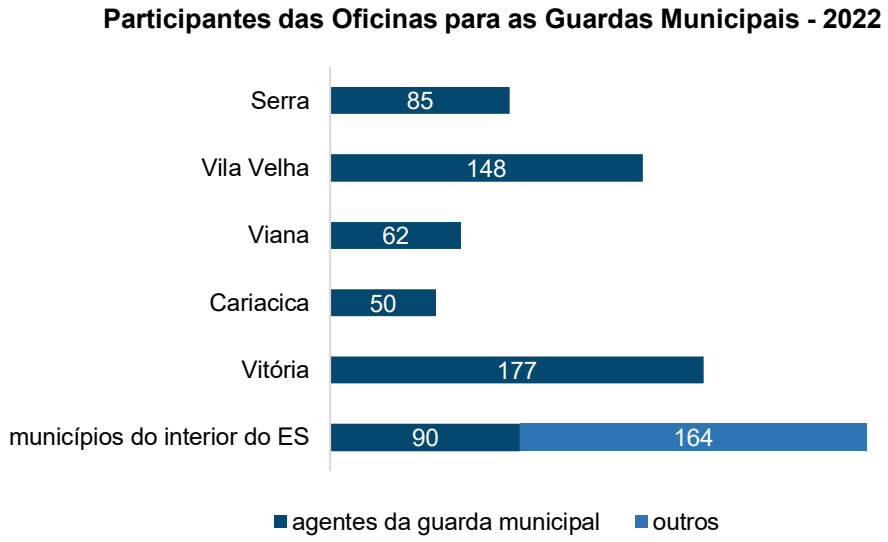
Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid)

Objetivo

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do atendimento das Guardas Municipais às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, qualificando os serviços que desenvolvem ou podem vir a desenvolver na temática da violência contra as mulheres sob a perspectiva de gênero, visando fortalecer a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Resultados Alcançados

Realização de oficinas de forma presencial em Municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (Vitória, Viana, Vila Velha, Cariacica, Serra) e no formato virtual em Municípios do interior do Estado (Marataízes, Anchieta, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Presidente Kennedy e Linhares).



Subnúcleos em Ação: Redes Municipais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid)

Objetivo

Desenvolver ações de fomento e acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres, de modo transversal, no âmbito dos Subnúcleos Nevid, com apoio do Nevid - Núcleo Central.

Resultados Alcançados

1. Realização de 19 (dezenove) reuniões em formato virtual e 3 (três) de forma presencial;

Municípios contemplados no projeto Subnúcleos em Ação - 2022				
Subnúcleo II	Subnúcleo III	Subnúcleo IV	Subnúcleo V	Subnúcleo VI
Guarapari Domingos Martins Piúma	Cachoeiro de Itapemirim São José do Calçado Dores do Rio Preto	São Mateus Conceição da Barra Água Doce do Norte Barra de São Francisco Jaguaré Pinheiros Boa Esperança	Marilândia João Neiva Itarana Afonso Cláudio Santa Teresa	São Domingos do Norte Mantenópolis Pancas Alto Rio Novo

2. Reuniões realizadas pelas(os) Coordenadoras(es) dos Subnúcleos do Nevid, de forma articulada com as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais;
3. Iniciada, pelo Nevid, a construção do Painel de Acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento das violências contra as mulheres no território capixaba.

Educar em Direitos das Mulheres: Ministério Público e Comunidade

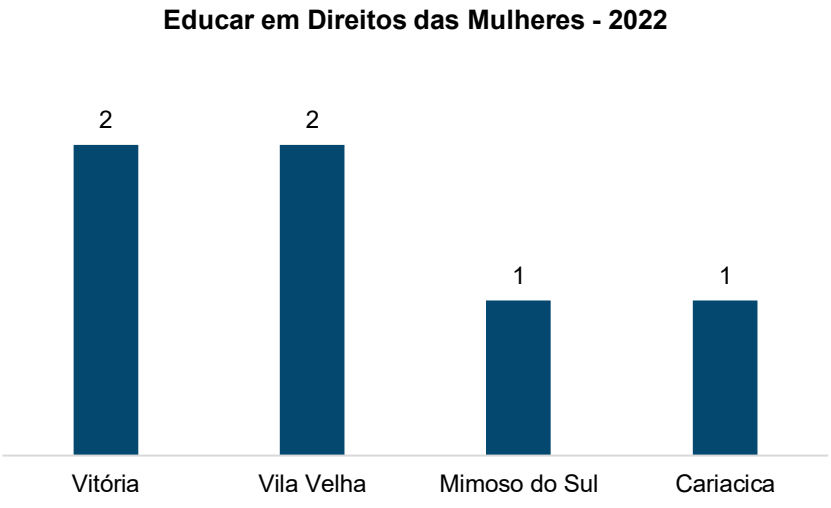
Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid)

Objetivo

Promover ações educativas de prevenção à violência contra as mulheres, com a participação do(s) serviço(s) municipal(ais), por meio de palestras, rodas de conversas, campanhas, entre outros, a fim de informar e orientar sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, direitos das mulheres e serviços da rede de atendimento.

Resultados Alcançados

Realização de 6 (seis) ações do projeto no ano de 2022;



Oficinas sobre Violência de Gênero para Policiais Civis e Militares - Lei nº 11.340/2006

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid)

Objetivo

Contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados por Policiais Civis e Militares que atuam ou podem vir a atuar com a temática da violência contra as mulheres sob a perspectiva de gênero, visando fortalecer a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Resultados Alcançados

Repactuação do acordo colaborativo entre o MPES e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) objetivando a execução das ações com as Polícias Civil e Militar para o ano de 2023.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

Webinário - Violência de gênero contra as mulheres: atuação do Sistema de Justiça na prevenção aos feminicídios
IX Encontro Estadual sobre a Lei Maria da Penha
XII ENCONTRO NACIONAL DA COPEVID: Os Aspectos Psicossociais da Violência de Gênero Contra as Mulheres
Campanha Agosto Lilás
Campanha dos 16 (dezesseis) dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

Ações de destaque

Por meio do Nevid, o MPES integrou a Câmara Técnica do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulher no Estado do Espírito Santo, com participação nas reuniões mensais.	O Subnúcleo Região II do Nevid ministrou a palestra/debate com o tema “Conscientização pelo fim da violência contra a mulher” nos Municípios de Guarapari e Iconha.
Durante o ano de 2022, o Nevid concedeu **6** (seis) entrevistas e confeccionou **1** (uma) nota para programas em redes de televisão e jornal de cobertura estadual.	O Subnúcleo Região IV do Nevid concedeu entrevista para um programa de rádio em emissora do Município de Jaguaré sobre a “Semana escolar de combate à violência contra a mulher”.

ÁREA DE ATUAÇÃO: PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Bate papo sobre Direitos Humanos nas escolas

Unidade responsável: Núcleos de Proteção aos Direitos Humanos (NPDH)

Objetivo

A iniciativa tem como principais objetivos:

- Dar o significado de Direitos Humanos às(aos) alunas(os) e às(aos) professoras(es) que aceitem participar do projeto;
- Explicar o significado de várias categorias de análise jurídica, a exemplo de igualdade, equidade, preconceitos, crime, oportunidades a serem adquiridas por políticas públicas de Estado, enfim, conceitos importantes para uma vida em harmonia familiar e comunitária;
- Aproximação e diálogo do Ministério Público sobre Direitos Humanos com essa população;
- Aproximar o Ministério Público dessa população e dialogar sobre Direitos Humanos.

Resultados Alcançados

Realização de palestra dialogada da equipe psicossocial do NPDH, com a participação da Procuradora-Geral de Justiça e da Coordenadora do NPDH, em que foram abordados todos os conceitos por meio de um bate papo descontraído com 40 (quarenta) alunas(os) da Escola Estadual de Ensino Médio Gomes Cardim, localizada no Centro de Vitória.

Apoio às vítimas de violência

Unidade responsável: Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência (Navv)

Contextualização

Em setembro de 2022, o MPES instituiu o Navv, por meio da Portaria PGJ nº 974/2022, com o objetivo de articular a formação de rede interinstitucional e intersetorial para apoiar, promover e assegurar os direitos das vítimas no âmbito do Estado do Espírito Santo.

Nesse sentido, as atividades desempenhadas pelo Núcleo no referido ano voltaram-se a sua estruturação e estabelecimento de estratégias de atuação para cumprimento de seu objetivo institucional.

Resultados Alcançados

- Iniciada a articulação com o Poder Executivo do Município de Vitória com vistas a possíveis parcerias em prol dos munícipes;
- Apresentação de projeto básico e celebração de convênio entre o MPES e a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), cujo objeto é a expansão do Navv, com transferência de recursos financeiros para sua execução.

Promoção da Igualdade Étnico-Racial

Unidade responsável: Comitê de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPIER)

Contextualização

O CPIER foi criado em 2019, notadamente pelo fato de que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, bem como zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, disposto em seu inciso IV do art. 3º, que prevê a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Sua atuação engloba a formulação e o auxílio à implementação de ações institucionais para garantia da promoção da igualdade étnico-racial, visando à formação e à uniformização de entendimentos e proposição de estratégias de enfrentamento do preconceito racial, a partir do conceito de racismo institucional, que ocorre em órgãos públicos e privados, e na sociedade como um todo.

Resultados Alcançados

- Discussões envolvendo os seguintes assuntos: 1) racismo estrutural e papel do Ministério Público, das instituições e da sociedade civil organizada; 2) inexistência ou oferta reduzida de brinquedos, programas televisivos, filmes, dentre outros, com representações da população negra e necessidade de atuação do MP; 3) descumprimento da Lei nº 10.639/2003 pelos entes federados e necessidade de resgate da história e cultura dos povos originários do continente africano e; 4) necessidade de políticas afirmativas e amplo debate social para a conscientização da igualdade racial e do combate ao racismo;
- Participação de membra(o) da Comissão em curso de formação promovido pelo Departamento de Promoção de Igualdade Racial do Município de Serra, objetivando tratar sobre a institucionalização das unidades tradicionais no Estado do Espírito Santo.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

IV Encontro da Juventude Negra com o MPES
O conflito social sob a perspectiva da teoria política contemporânea e da psicanálise
V Encontro da Juventude Negra com o MPES
Reflexões sobre direitos humanos das mulheres
Histórias dos negros no Brasil

Ações de destaque

O Subnúcleo Norte do NPDH realizou em 2022 6 (seis) visitas institucionais em unidades prisionais nos Municípios de Linhares e Colatina.	Servidoras(es) das unidades prisionais de Linhares foram capacitados na temática Direitos Humanos pelo Subnúcleo Norte do NPDH.

Patrimônio Público e Eleitoral

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Intensificar a prevenção e o combate à corrupção, à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro e aos crimes na administração pública e eleitorais.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Fortalecer a defesa do patrimônio público pela implementação de ações de controle e de prevenção de atos de improbidade administrativa e de crimes na administração pública, principalmente mediante o incentivo à competência administrativa, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e a busca pelo respeito aos princípios constitucionais que norteiam a administração pública. Além disso, intervir no processo eleitoral, promovendo ações preventivas e repressivas contra a corrupção eleitoral e o uso abusivo da máquina administrativa.

ÁREA DE ATUAÇÃO: ELEITORAL

O MPES NA DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO DE DIREITO

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Encontros Preparatórios para as Eleições Gerais de 2022

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL)

Objetivo

Promover o alinhamento institucional e a capacitação técnica mínima das(os) Promotoras(es) de Justiça Eleitorais e da sua equipe de apoio, servidoras(es) e estagiárias(os), além de fomentar e organizar iniciativas institucionais com o maior grau de homogeneidade possível. Inicialmente, visou-se à realização de 6 (seis) encontros para as eleições gerais de 2022.

Resultados Alcançados

- Realização de 8 (oito) encontros preparatórios:

1º Encontro Preparatório:	2º Encontro Preparatório:
Reforma Eleitoral: impactos na atuação do MP e perspectivas para as próximas Eleições.	Orientações e Atribuições dos Promotores Eleitorais nas Eleições Gerais.

3º Encontro Preparatório: Propaganda Eleitoral - sendo abordadas as dificuldades de fiscalização e as possibilidades de atuação dos Tribunais Eleitorais e do Ministério Público no combate à propaganda eleitoral antecipada ilícita, principalmente no contexto das redes sociais.	4º Encontro Preparatório: Aspectos Relevantes dos Crimes Eleitorais, Foro por Prerrogativa de Função e Processo Penal Eleitoral.
5º Encontro Preparatório: Condutas vedadas aos agentes públicos.	6º Encontro Preparatório: Crimes Eleitorais.
7º Encontro Preparatório: Pode x Não pode da Propaganda Eleitoral.	8º Encontro Preparatório: O Dia das Eleições.

Diálogos Eleitorais

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL)

Objetivo

Promover reuniões, encontros, bate-papos, audiências públicas, palestras ou outras formas de interação direta com a sociedade civil, partidos políticos e/ou candidatas(os) sobre temas eleitorais, como cotas de gênero, *fake news*, ficha limpa, corrupção eleitoral e controle social, e/ou temas relacionados ao exercício da cidadania ativa.

Resultados Alcançados

1. Assinatura do Termo de Compromisso interinstitucional, com envolvimento do TRE, da Procuradoria Regional Eleitoral, do Governo do Estado do Espírito Santo, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros, para promover o programa "#SerEleitor" que tem o objetivo de incentivar o alistamento eleitoral de jovens de 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos;
2. Publicação nas redes sociais do MPES, no período de março a maio de 2022, de *cards* para divulgação da campanha "#SerEleitor";

3. Realização de evento modelo pelo CAEL com o tema “Violência política de gênero e de raça contra as mulheres” durante o IX Encontro Estadual sobre a Lei Maria da Penha;
4. Divulgação de *cards* nas redes sociais do MPES sobre as eleições de 2022:

Campanha Cidade Limpa

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL)

Objetivo

Pactuar com partidos e coligações o cumprimento da legislação que proíbe o derrame de santinhos de candidatas(os) e a realização de propaganda eleitoral no dia das eleições, por meio das(os) Promotoras(es) Eleitorais, com apoio do CAEL.

Uma das possibilidades discutidas no Pacto de Cooperação foi a entrega voluntária de material gráfico excedente. Também foi apresentada a cartilha digital de esclarecimento dos crimes eleitorais de propaganda no dia das eleições.

Resultados Alcançados

- Auxílio às(aos) Promotoras(es) Eleitorais, pelo CAEL, na celebração do Pacto de Cooperação "Cidade Limpa" com partidos e coligações;
- Elaboração e distribuição de cartilha digital com esclarecimento dos crimes eleitorais de propaganda no dia das eleições para os partidos, coligações e candidatos, além da disponibilização no site do MPES para o público em geral.

DEMAIS INICIATIVAS

Ações de destaque

O MPES, por meio do dirigente do CAEL, concedeu entrevistas em programas de televisão e rádio em emissoras de abrangência no Espírito Santo sobre preparação e funcionamento das urnas.	Foi realizado o acompanhamento e a participação do processo de Teste de Integridade das urnas.
O CAEL acompanhou o debate de candidatas(os) a governadora(governador) do Espírito Santo em veículos de imprensa de rádio e TV.	A Cerimônia de Geração de Mídia e Preparação das Urnas no cartório da 32ª Zona Eleitoral, em Vila Velha contou com a participação do CAEL.
Fiscalização e acompanhamento das Eleições 2022 pelo MPES: **50** (cinquenta) Promotoras(es) de Justiça Eleitorais + **13** (treze) membras(os) voluntárias(os).	Nos dois turnos, a atuação ministerial contou com o apoio de: • 28 (vinte e oito) policiais militares; • Cerca de 100 (cem) servidoras(es); • 63 (sessenta) veículos e motoristas.
No final de semana que ocorreu o 1º turno, foram registradas mais de **100** (cem) denúncias de eleitoras(es) pela Ouvidoria do MPES.	Na eleição suplementar para prefeito em Ibitirama, o MP Eleitoral, juntamente com a juíza eleitoral, atuou preventivamente com a realização de reunião com as(os) candidatas(os) ao cargo, as respectivas coordenações de campanha e a Polícia Militar visando adotar procedimentos de segurança e evitar crimes eleitorais e propaganda eleitoral ilícita, além de disciplinar a realização da eleição.

ÁREA DE ATUAÇÃO: PATRIMÔNIO PÚBLICO

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Tipologias em Improbidade Administrativa

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Fornecer, mensalmente, material específico e especializado acerca dos temas mais recorrentes nos procedimentos que tratam da defesa do patrimônio público, tais como superfaturamento em licitações e contratos, direcionamento de licitações, admissão irregular de pessoal, qualidade técnica de obras e de infraestrutura, irregularidade em dispensa de licitação, loteamento, acumulação de cargos públicos, portal da transparência, dentre outros.

Resultados Alcançados

No ano de 2022, foram elaborados e disponibilizados materiais de apoio referentes a 12 (doze) temas recorrentes: contratação de shows e artistas; contratação temporária; aquisição de combustível; desvio de verba; aquisição de equipamentos de informática; contratação do serviço de iluminação pública; locação de máquinas pesadas; contratação de escritório de contabilidade; locação de veículos; alienação de imóvel e uso de bens públicos e diárias.

Fortalecimento das Ouvidorias

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Atuar, por meio de ação integrada e complementar do MPES e da Controladoria-Geral da União (CGU) junto aos municípios do Espírito Santo, visando fomentar a importância das Ouvidorias, bem como buscar a integração entre elas, com o compartilhamento da base dados com os órgãos colaboradores, de forma a gerar uma rede de comunicação eficaz de banco de dados. Além disso, contribuir para a criação de estruturas e capacidades para implantação, disseminação e fortalecimento de Ouvidorias Públicas no Estado do Espírito Santo.

Resultados Alcançados

Após a realização de pesquisa direcionada aos municípios no que tange aos aspectos formais, estruturas física, de atendimento e de pessoal e planejamento estratégico das ouvidorias municipais, o CADP realizou a análise de 20 (vinte) ouvidorias nos seguintes Municípios: Marechal Floriano; Guarapari; Presidente Kennedy; Aracruz; Alegre; Água Doce do Norte; Afonso Cláudio; Sooretama; Serra; Águia Branca; Viana; São Domingos do Norte;

Santa Leopoldina; Laranja da Terra; Jaguaré; Ibiraçu; Venda Nova do Imigrante; Iconha; Dores do Rio Preto e Apiacá.

Representações e o Tribunal de Contas do Estado

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Capacitar os órgãos de execução para formalização de representações perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), bem como consolidar a parceria entre este e o MPES.

Resultados Alcançados

- Realização de pesquisa junto aos órgãos de execução a fim de obter informações iniciais, visando auxiliar na elaboração de representações;
- Em consulta ao TCEES, verificou-se 2 (duas) representações.

Mapeamento de risco de irregularidade na gestão pública - obras paralisadas

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Atuar de forma a evitar a paralisação de recursos e o aumento de custos para manutenção de estruturas paralisadas, fomentando, por meio dos órgãos de execução, a ação pelo Poder Executivo, com vistas à retomada e à finalização de obras inacabadas que beneficiem à sociedade, bem como a redução de custos para manutenção e/ou entabulação de novos contratos para tais finalidades.

Resultados Alcançados

Realização de levantamento com ranking das obras paralisadas, sendo disponibilizado às(aos) membras(os) por meio de painel de BI.

O que você tem a ver com a corrupção

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Fortalecer e estruturar uma rede de apoio eficiente, estando lastreado no fomento dos órgãos de execução, para atuar de forma preventiva junto aos municípios para conscientização da população por meio do estímulo à ética, à moralidade e à honestidade, construindo um processo cultural de formação de consciência e de responsabilidade das(os) cidadãs(ãos).

Resultados Alcançados

Elaboração de *cards* informativos, em parceria com o CAOPE, CAOPS e CACR, e publicação nas redes sociais do MPES.

LGPD e a improbidade

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Atuar de forma preventiva para fiscalização do cumprimento pelos entes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com foco na improbidade administrativa, consequentemente reduzindo a quantidade de ações que o MPES precise ajuizar.

Resultados Alcançados

Elaboração e encaminhamento aos órgãos de execução material contendo orientações sobre a LGPD, visando trazer algumas informações a membras(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) do MPES sobre a norma e a efetiva fiscalização do seu cumprimento.

Avaliação periódica de qualidade dos entes públicos no cumprimento da transparência da lei de acesso à informação

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Avaliar periodicamente o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) por parte dos entes públicos, de modo a melhorar a qualidade dos Portais da Transparência e monitorar de forma sistemática a qualidade de cumprimento da LAI, com ação de providências para sanar eventuais falhas, permitindo, assim, uma adequada transparência na gestão pública municipal, um dos principais meios de fiscalização pela população das políticas públicas.

Resultados Alcançados

Análise do Portal da Transparência dos seguintes Municípios: Vitória, Vila Velha, Viana, Serra, São Mateus, Pedro Canário, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Anchieta e Guarapari.

Aprimoramento da atuação ministerial no combate à corrupção

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Proporcionar suporte para uma atuação ministerial mais objetiva, unificada e direcionada, buscando aprimorar a efetividade no combate à corrupção e na defesa do patrimônio público, inclusive por meio de desenvolvimento de competências de membras(os) e servidoras(es).

Resultados Alcançados

Realização de 3 (três) eventos no ano de 2021:

- Curso teoria e prática da nova lei de improbidade administrativa para o MP;
- Fraudes em licitações;
- Dia Internacional Contra a Corrupção.

Kit de Atuação - Nova Lei de Improbidade Administrativa

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Proporcionar a membras(os) e servidoras(es) diversos conhecimentos, por meio de materiais de apoio, sobre as alterações da Lei de Improbidade Administrativa, auxiliando no desenvolvimento das suas atividades em defesa do patrimônio público, tendo como norte uma atuação fortalecida e unificada do Ministério Público no combate à improbidade administrativa, com vistas a evitar um retrocesso no combate à corrupção.

Resultados Alcançados

Desenvolvimento de material de apoio com os seguintes temas:

- prazo de inquérito civil;
- prescrição intercorrente;
- indisponibilidade de bens;
- independência das instâncias cível e criminal;
- ação de improbidade tem natureza cível e faz parte do microssistema de tutela coletiva;
- partidos políticos;
- prazo para ajuizamento da ação;
- irretroatividade;
- prescrição da ação; e
- exclusão da culpa.

Direito do consumidor

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Estimular a eficiência do sistema de defesa das(os) consumidoras(es), assegurando o acesso à informação e à autonomia das pessoas para defesa dos seus direitos.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Atuar no fortalecimento da autonomia das(os) cidadãs(ãos) na defesa dos seus direitos e da sociedade, por meio da promoção de ações para a implementação e a efetividade da rede de proteção à(ao) consumidora(consumidor) e demais órgãos de vigilância, além de informar e orientar a população acerca dos seus direitos nas relações de consumo.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Consumidor Consciente – Cartilhas e Informativos

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Orientar o público em geral com informações voltadas aos canais de atendimento dos órgãos de defesa do consumidor e aos direitos e deveres básicos do consumidor, por meio de campanha, em parceria com a Assessoria de Comunicação (ASCM) e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), com elaboração de material virtual.

Resultados Alcançados

- Realização de campanha com a publicação de mais de 48 (quarenta e oito) informativos nas redes sociais do MPES;
- Elaboração das cartilhas: “Consumo Sustentável” e “A Proteção de Dados pessoais nas relações de consumo”.

Diagnóstico das ações do MPES e das Vigilâncias Sanitárias no combate ao uso irregular de agrotóxicos e no cumprimento a Portaria de Rastreabilidade

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Obter informações das ações do MPES e das Vigilâncias Sanitárias municipais no combate ao uso irregular de agrotóxicos e no cumprimento da Portaria da Rastreabilidade (Portaria Conjunta SEAG/SESA n° 001-R/2017) nos municípios capixabas.

Resultados Alcançados

Iniciado o diagnóstico relacionado à situação de todos os municípios.

Estruturação dos Procons municipais existentes - incentivo ao aperfeiçoamento da estrutura existente

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Qualificar os Procons existentes promovendo a criação e a implementação de Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (CONDECON), Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMDC) nos municípios indicados pelo "Diagnóstico Estrutural dos Procons Municipais do ES - 2021", executado pelo CADC, que estiverem com alguma deficiência ou não possuírem CONDECON e/ou FMDC.

Além disso, realizar eventos destinados ao debate e à capacitação de órgãos de defesa do consumidor e de público geral, voltados aos temas da lei do superendividadamento.

Resultados Alcançados

- Elaboração de cartilha orientativa aos Procons municipais, em parceria com o Procon Estadual;
- Realização do webinário "Aspectos Gerais da Lei do Superendividamento - Lei 14.181/22 – 14/03/22".

Guia Jurídico sobre produtos alimentícios artesanais de origem animal: carnes, leite, ovos, mel, pescado e seus respectivos derivados

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Elaborar documento contendo informações sobre produtos alimentícios de origem animal, de forma a auxiliar a atuação da(o) membra(o) com atribuição na matéria da(o) consumidora(consumidor).

O objetivo do referido documento é esclarecer sobre a obrigatoriedade e a importância da inspeção e da fiscalização desses produtos como ferramenta de defesa da(o) consumidora(consumidor) para preservação da saúde pública por meio da inocuidade alimentar, do combate à fraude econômica e da identidade e qualidade dos produtos ofertados à população.

Resultados Alcançados

Elaboração do guia jurídico, em parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF).

DEMAIS INICIATIVAS

Ações de destaque

Foram inseridas na plataforma Consumidor Vencedor, 14 (quatorze) Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo MPES em 2022.	O MPES integrou, por meio do CADC, a Secretaria Executiva do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor

Segurança Pública

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Atuar no combate à criminalidade, em especial a organizada, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execução Penal, contribuindo para a efetividade da segurança pública.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Contribuir para a segurança da população no sentido de coibir a violência, reduzir a criminalidade ou os seus índices, principalmente quando há ação organizada. Fomentar a adequada estrutura do aparelho estatal, visando conferir mais eficiência aos órgãos envolvidos na persecução penal, a fim de garantir maior efetividade à sanção penal, ratificando, assim, a importância institucional na articulação da rede de segurança pública.

ÁREA DE ATUAÇÃO: CRIMINAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Levantamento de ações penais e inquéritos policiais complexos

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Desenvolver e executar um acompanhamento minucioso e incisivo das ações penais/inquéritos policiais mais complexos atribuídos às(aos) Promotoras(es) de Justiça, em especial no que tange aos aspectos processuais de prazo e momento em que se encontra o processo e/ou inquérito, de modo que estes sejam listados e cuidadosamente monitorados para que, assim, sejam realizadas todas as diligências possíveis, a fim de evitar a prescrição da demanda.

Resultados Alcançados

- Análise e encaminhamento de demandas relacionadas à possibilidade de revisão do ato que regulamenta a Comissão Permanente de Casos Criminais Estratégicos (COPEC) e,
- Encaminhamento de análise relativa à possibilidade de se considerar automaticamente estratégicos todos os processos e inquéritos policiais envolvendo crimes violentos letais intencionais (CVLI) ou homicídios.

Despatrimonialização da(o) ré(u) como forma de combate ao crime organizado

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Combater o crime organizado mediante o esgotamento dos recursos materiais que financiam, sustentam e tornam atraente a prática criminosa, promovendo a despatrimonialização da(o) ré(u), de modo que, uma vez apreendidos os bens que sejam produto ou proveito do crime, bem como aqueles que tenham origem em patrimônio ilícito da(o) ré(u), nos termos do recém-implementado art. 91-A do Código Penal, a(o) acusada(o) não possua meios materiais de perpetrar a conduta criminosa, enfraquecendo a rede do crime organizado.

Resultados Alcançados

Publicação na intranet do Roteiro de Atuação - Evolução patrimonial incompatível com a renda.

Vídeos informativos para vítimas

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Aproximação entre o Ministério Público e as vítimas com a finalidade de proporcionar conhecimento do papel do MPES em suas defesas e a difusão de informações necessárias aos direitos básicos das vítimas. Elaboração de vídeos curtos oferecendo conhecimento à população, em especial às vítimas, do papel do MPES em suas defesas, como na obtenção de títulos executivos para indenizações em seu favor, encaminhamento para rede pública de saúde e/ou assistência social, atendimento personalizado nas Promotorias de Justiça, dentre outras.

Resultados Alcançados

- Elaboração de roteiro para os vídeos e publicação dos vídeos com a participação das(os) membras(os).
- Divulgação do material nas redes sociais da instituição, pela lista de Transmissão “Notícias MPES” e no canal do Youtube foi criada uma playlist onde estão disponíveis todos os vídeos da campanha.

Enfrentamento à Macrocriminalidade

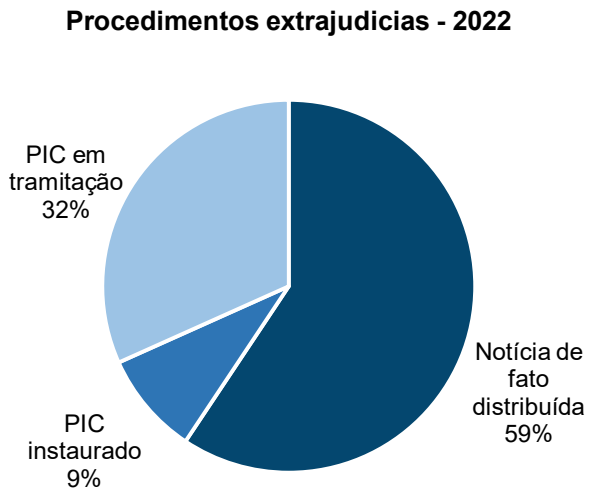
Unidade responsável: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco)

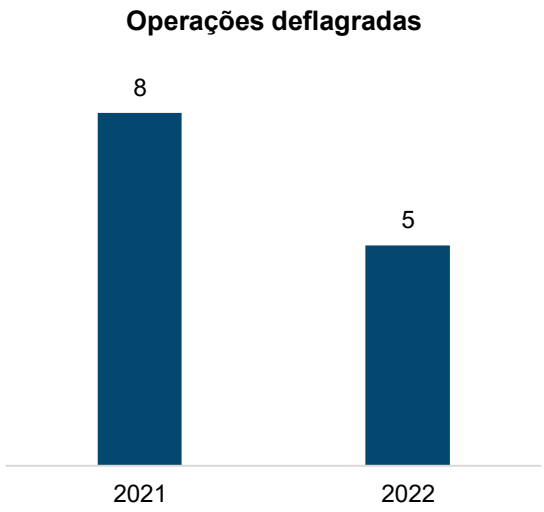
Contextualização

O enfrentamento da macrocriminalidade no âmbito do MPES, notadamente na prevenção, na identificação e na repressão de atos praticados por organizações criminosas que atentem contra o interesse público de alta relevância e que por sua natureza, complexidade e abrangência demandem atuação especial, é potencializada pela atuação conjunta ou em colaboração do Gaeco com as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais.

O Gaeco, por sua vez, é composto por 3 (três) unidades: Central, Sul e Norte, que agem de forma sincronizada e harmônica com as diretrizes operacionais do Gaeco Central, com o Planejamento Estratégico do MPES e com as metas e os planos estabelecidos conjuntamente.

Resultados Alcançados





No que diz respeito ao combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro, os valores envolvidos no Gaeco Central, em 2022, foram de R$ 63.023.016,00 (sessenta e três milhões, vinte e três mil e dezesseis reais).

Tramitaram no Gaeco Central, pelo sistema Gampes, 288 (duzentos e oitenta e oito) autos, com 2.013 (dois mil e treze) movimentos registrados no ano de 2022.

Foram atendidas ao todo 131 (centro e trinta e uma) solicitações de apoio a órgãos de execução nas unidades do Gaeco Central, Norte e Sul. Também foram realizadas 205 (duzentos e cinco) oitivas de investigadas(os) e testemunhas.

Combate à sonegação fiscal

Unidade responsável: Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (GAESF)

Objetivo

O Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação (GAESF) foi criado em 2022 com o objetivo de prevenir, identificar e reprimir crimes contra a ordem tributária praticados mediante fraudes fiscais estruturadas, evidenciadas pelo elevado potencial de lesividade ao erário e pelo emprego de artifícios como dissimulação de atos e negócios, utilização de interpostas pessoas, falsificação de documentos, simulação de operações e ocultação patrimonial, além dos crimes conexos.

Vale ressaltar que as atividades desempenhadas pelo GAESF apoiaram a representatividade do MPES no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/ES), criado pela Lei Estadual nº 10.548/2016 com a finalidade de propor medidas judiciais e administrativas pelos órgãos e pelas instituições públicas que o integram para o aprimoramento das ações e busca da efetividade na recuperação de ativos de titularidade do Estado.

Resultados Alcançados

- Oferecimento de 9 (nove) denúncias, em face de 19 (dezenove) denunciadas(os), pela prática de crimes que causaram prejuízo aos cofres públicos na monta de R$ 308.062.548,15 (trezentos e oito milhões, sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quinze centavos);
- Deflagração de 2 (duas) operações em que foram cumpridos 45 (quarenta e cinco) mandados de busca e apreensão e 13 (treze) de prisão temporária;
- Recebimento e análise de 522 (quinhentos e vinte e duas) representações fiscais para fins penais e foram respondidas 43 (quarenta e três) pedidos de apoio técnico às Promotorias de Justiça;
- Como resultado direto das ações desenvolvidas pelo GAESF, houve a efetiva recuperação de R$ 7.609.752,58 (sete milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) para os cofres do Estado do Espírito Santo.

Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-MPES)

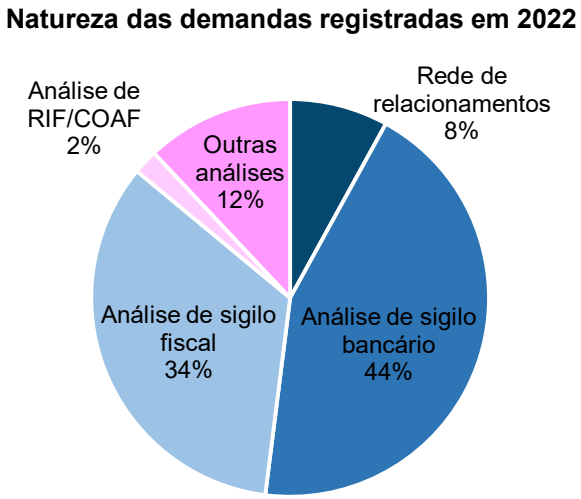
Contextualização

O LAB-LD do Ministério da Justiça foi concebido na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), constituindo uma ferramenta apta a analisar, mediante o uso de diversos softwares e de pessoal qualificado, grande volume de informações para serem utilizadas em investigações de grande complexidade, especialmente no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Em 2011, o LAB-MPES foi formalmente criado com o escopo de atender toda a instituição, produzindo, a pedido das(os) membras(os) do MPES, análises técnicas para auxílio em investigações cíveis e criminais regularmente instauradas, notadamente no combate à corrupção, à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro, por meio de pessoal qualificado, *softwares* e equipamentos.

Resultados Alcançados

No ano de 2022, as 50 (cinquenta) demandas recebidas foram provenientes de 21 (vinte e um) membras(os) do MPES e envolveram o montante de R$ 43.648.715,80 (quarenta e três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e quinze reais e oitenta centavos) referentes aos ativos (bens, direitos e valores) com indícios de ilicitude.



Pode-se observar que a maior demanda das(os) membras(os) do MPES relaciona-se à análise de sigilo bancário e de sigilo fiscal, o que torna necessária a preocupação constante em manter atualizada a base de dados do Laboratório, com intuito de tornar mais ágil a realização de investigação financeira, imprescindível para o combate aos ilícitos corrupção e à lavagem de dinheiro.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

2º Encontro Nacional dos Promotores de Justiça da Ordem Tributária
A Semântica do Discurso: regras para abrir e como nunca encerrar uma oração no Tribunal do Júri
Dia Internacional do Combate ao Tráfico de Drogas
Reunião de Trabalho: Acordo de Não Persecução Penal
Bate-papo com café - Criminalística: suas potencialidades e necessária integração com a atividade do MPES - 2 encontros.
Dia Internacional de Combate à Corrupção

ÁREA DE ATUAÇÃO: CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Controle externo da atividade policial com impacto na segurança pública

Unidade responsável: Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (NCAP)

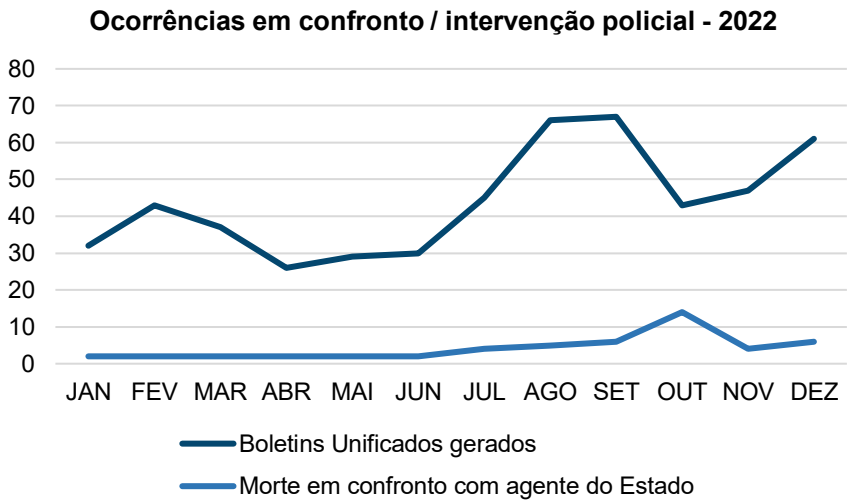
Objetivo

Atuar no aperfeiçoamento do controle externo da atividade policial, com especial atenção à atuação ministerial voltada para impactar positivamente na segurança pública, principalmente na implementação de ações visando ao estreitamento na relação interinstitucional com as demais autoridades dos órgãos de segurança pública.

Resultados Alcançados

1. Realização de reuniões interinstitucionais, envolvendo:
    a. Governo do Estado por meio do Programa "Estado Presente em Defesa da Vida";
    b. Comando, Corregedoria e Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES);
    c. Gabinete da(o) Delegada(o)-Geral e Corregedoria da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo (PCES);
    d. Comandantes dos Batalhões de Polícia Militar da Região Metropolitana da Grande Vitória;
    e. Chefias das Agências de Inteligência dos Batalhões e Companhias Independentes da Região Metropolitana da Grande Vitória;
    f. Subsecretária(o) para Assuntos Penais da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS/ES);
    g. Militares do Núcleo de Inteligência da Casa Militar do ES;
    h. Delegada(o) Chefe do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP);
    i. Grupo de Trabalho criado para discutir a padronização da cadeia de custódia em âmbito da PMES e PCES;
    j. Reunião Estratégica do Comitê de Monitoramento da Política Pública de Segurança (CMPPS) do MPES.
2. A Sala de Situação do NCAP, setor de inteligência e acompanhamento de variáveis de segurança pública, elaborou, em 2022, 28 (vinte e oito) relatórios de serviço e 98 (noventa e oito) relatórios de inteligência;
3. Realização de ações conjuntas decorrentes da atuação da Sala de Situação do NCAP, tais como "Operação Sentinela" que é deflagrada rotineiramente para cumprimento de mandados de busca/apreensão e prisão.

4. Acompanhamento das ocorrências que possuem como natureza “tentativa de homicídio em confronto com agente do Estado” e “morte em confronto com agente do Estado” em que foram observados os seguintes resultados:



5. 3 (três) operações e 3 (três) medidas cautelares pleiteadas pelo NCAP e deferidas judicialmente.

ÁREA DE ATUAÇÃO: EXECUÇÃO PENAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Núcleo de Inteligência (NIG)

Unidade responsável: Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP)

Objetivo

Estruturar equipe de monitoramento constante do sistema prisional por meio de visita as unidades prisionais mantendo contato com servidoras(es) do sistema prisional, presas(os), observação de rotinas, estruturas, materiais e demais cenários que forem solicitados, permitindo uma visão ampla e global de todo o sistema.

Resultados Alcançados

- Organização de banco de dados;
- 52 (cinquenta e duas) diligências em unidades prisionais;
- 34 (trinta e quatro) relatórios de inteligência para apoio à atividade finalística.

MAPEAR

Unidade responsável: Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP)

Objetivo

Produzir relatórios de inteligência contendo informações atualizadas sobre organização, atuação, composição e outras informações relevantes sobre as organizações criminosas atuantes no Estado do Espírito Santo, obtendo-se, ainda, um mapeamento do domínio das facções criminosas por bairro.

Resultados Alcançados

- Organização de banco de dados;
- 6 (seis) relatórios de inteligência, específicos sobre facções, para apoio à atividade finalística.

Justiça Restaurativa no Sistema Prisional

Unidade responsável: Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP)

Objetivo

Implantar no sistema prisional do Estado do Espírito Santo os métodos da Justiça Restaurativa, em especial a técnica de círculos de construção de paz que, em apertada síntese, consiste em realização de círculos de diálogo, inicialmente, no interior da Casa de Custódia de Vila Velha (CASCUVV).

Resultados Alcançados

Realização de 8 (oito) círculos de diálogos, na Casa de Custódia de Vila Velha (CASCUVV), totalizando 16 (dezesseis) horas de atividades com 20 (vinte) internos.

Hora de Voar e Sair

Unidade responsável: Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP)

Objetivo

Complementar as ações desenvolvidas pelo Estado proporcionando à(ao) interna(o) ambiente adequado para formação de turmas de internas(os) das unidades prisionais localizadas em Vila Velha para leitura e discussão de livros, o que pode levar à possibilidade de remição das penas aplicadas pela(o) juíza(juiz).

Resultados Alcançados

Em 2022, 28 (vinte e oito) participantes foram atendidas(os) pelo projeto.

Pedalando pela Liberdade

Unidade responsável: Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP)

Objetivo

O projeto foi desenvolvido a partir do recebimento de bicicletas que são armazenadas em pátios de Delegacias de Polícia há vários anos sem identificação de proprietárias(os) e encaminhadas para a Delegacia de Polícia de Vila Velha, onde os internos, que são policiais ou ex-policiais civis, voluntariamente, as reformam. As bicicletas destinam-se, mediante doação, à pessoas carentes que se comprometem a utilizá-las em deslocamentos para o trabalho ou para atividades educacionais. Além disso, algumas bicicletas também são vendidas com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção do projeto.

Resultados Alcançados

Em 2022, 8 (oito) participantes foram atendidos pelo projeto.

ÁREA DE ATUAÇÃO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Formulário de Avaliação de Riscos para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid)

Objetivo

Realizar o monitoramento da utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Riscos nas Promotorias de Justiça e demais instituições da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, assessorando membras(os) em relação ao tema.

Resultados Alcançados

- Monitoramento, pelo Nevid, do uso do instrumento em todo o Estado do Espírito Santo, prestando assessoria necessária aos órgãos de execução;
- Elaboração de modelo de notificação recomendatória para assessorar membras(os) em suas atividades no município;
- Levantamento de informações sobre o uso do formulário, buscando identificar dificuldades com a aplicação, necessidade de capacitação e eventual desconhecimento sobre o uso obrigatório da ferramenta;
- Renovação da parceria entre o MPES, o TJES e a SESP, objetivando assegurar o uso do instrumento em todo o Estado.

Mapa de Mortes Violentas de Mulheres: de A a Z

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid)

Objetivo

O Mapa de mortes violentas de mulheres no ES: de A a Z foi desenvolvida pelo Nevid, com assessoramento da AGE/UIS, e constitui-se em uma ferramenta de BI disponibilizando informações e dados relacionados a homicídios de mulheres praticados em território capixaba.

Em 2022, a unidade objetivou promover a inserção de novas informações sobre feminicídios além de manter atualizado o seu banco de dados.

Resultados Alcançados

- Disponibilização de dados de feminicídios praticados no Estado, existência de procedimentos anteriores sobre a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher e informações sobre os prazos e a fase procedimental em cada caso.

Acesso à saúde

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Garantir o acesso da população a serviços eficientes de atenção à saúde.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Buscar junto aos entes federativos, por meio de suas(seus) gestoras(es) de saúde, a disponibilização de serviços eficientes que garantam o direito integral à saúde, notadamente em seus aspectos preventivos e coletivos, de modo a promover o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Saúde Bucal

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Fomentar ações para a adequação dos serviços públicos de Saúde Bucal dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.

Resultados Alcançados

Realização de reunião com as(os) Promotoras(es) de Justiça e representantes da área técnica das Superintendências Regionais da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) em prol da Saúde Bucal do Estado do Espírito Santo, objetivando identificar o cenário atual da Rede de Atenção à Saúde Bucal e pactuar ações para melhorias necessárias na rede.

Saúde Mental

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Fomentar ações para a adequação dos serviços públicos de saúde mental dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.

Resultados Alcançados

Realização de reunião com as(os) Promotoras(es) de Justiça e representantes da área técnica das Superintendências Regionais da Saúde e da SESA em prol da Saúde Mental do Estado do Espírito Santo, objetivando identificar o cenário atual da Rede de Atenção à Saúde Mental e pactuar ações para melhorias necessárias na rede.

Materno-Infantil

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Fomentar ações junto com as(os) Promotoras(es) de Justiça para a adequação dos serviços públicos de saúde materno infantil dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.

Resultados Alcançados

Realização de reunião com as(os) Promotoras(es) de Justiça e representantes da área técnica das Superintendências Regionais da Saúde e da SESA em prol da Saúde Materno Infantil do Estado do Espírito Santo, objetivando identificar o cenário atual da Rede de Atenção à Saúde Materno Infantil e pactuar ações para melhorias necessárias à rede.

Urgência e Emergência

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Fomentar ações das Promotorias de Justiça para a adequação dos serviços públicos de urgência e emergência dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.

Resultados Alcançados

Realização de visitas técnicas institucionais nas dependências dos Prontos Atendimentos da Praia do Suá e de São Pedro, bem como análises documentais referentes ao Pronto Atendimento da Glória, Pronto Atendimento "Geraldo Inácio dos Santos" de Sooretama e Pronto Atendimento de Mantenópolis.

Atenção Básica em Saúde

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Fomentar ações junto com as(os) Promotoras(es) de Justiça para a adequação dos serviços públicos de Atenção Básica de Saúde dos municípios do Estado do Espírito Santo, nos termos das normativas vigentes.

Resultados Alcançados

Realização de análise técnica de unidades de saúde, conforme solicitação dos órgãos de execução:

Relatórios técnicos de unidades de saúde de Vitória e Linhares

+

Análise documental de unidades de saúde de Domingos Martins

+

Manifestação técnica sobre 4 unidades de saúde

Atuação conjunta e uniforme no MPES para enfrentamento da covid-19

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

O CAOPS desenvolveu atividades em busca de uma atuação ministerial conjunta e uniforme, com encaminhamento de 11 (onze) comunicados e material subsídio relacionados a medidas de enfrentamento da pandemia.

DEMAIS INICIATIVAS

Ações de destaque

Participação em audiências públicas na área da saúde em todo o Estado do Espírito Santo.	Visitas técnicas em instituições de saúde pública alvo de denúncias, com emissão de parecer técnico.
Análise Institucional e estudos sociais com emissão dos respectivos relatórios e pareceres em atendimento aos órgãos de execução.	Participação em aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) reuniões internas e externas envolvendo demais órgãos e instituições como Poder Executivo municipal, Secretarias de Saúde, ALES, TCEES, entre outros.

Direito à educação

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Garantir o direito à educação de qualidade e a correta aplicação das verbas públicas, fortalecendo o controle social.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade, atuando com foco no acesso e na permanência na escola. Para tanto, o Ministério Público deve ter como principais objetivos a universalização da educação básica, com ênfase na educação infantil e no ensino médio, a fiscalização da implementação das políticas públicas essenciais e a correta aplicação das verbas educacionais, por meio do fortalecimento do controle social.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Estímulo à Atuação Resolutiva

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Auxiliar a atuação das Promotorias de Justiça em prol do direito à educação com a realização de eventos, envio de informações, material de apoio, realização de reuniões, disponibilização de conteúdos via Sei! e *Intranet*, a partir de problemáticas encontradas pelo CAOPE ou publicação de documentos e/ou estudos na área do direito à educação.

Resultados Alcançados

- Elaboração de material de apoio para os seguintes temas:
    - altas habilidades e superdotação - educação especial;
    - situação das escolas sem abastecimento de água ou fornecimento de água potável;
    - prestação de serviços de psicologia e serviço social na rede pública de ensino da educação básica;
    - Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018) - obriga as escolas públicas e privadas e espaços de recreação infantil a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros;
    - prevenção e enfrentamento da violência e inclusão nos currículos dos temas relacionados aos direitos humanos e prevenção de todas as formas de violência;
- Realização dos eventos:

- Curso Teoria e Prática da nova lei de improbidade administrativa para o Ministério Público, em parceria com o CADP e Ceaf, com o intuito de analisar todos os aspectos doutrinários, jurisprudenciais e práticos de interesse das(os) membras(os) do *Parquet*, diante das profundas modificações trazidas pela Lei nº 14.230/2021;
- Atuação Extrajudicial na educação - O Ministério Público resolutivo, visando fomentar a autocomposição no Ministério Público, na busca de alternativas para a solução de conflitos por meio da negociação e da atuação resolutiva e extrajudicial, e, sobretudo, ampliar as potencialidades da autocomposição na área da educação.

Monitoramento da ampliação da oferta de educação em tempo integral

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Monitorar a ampliação da oferta de Educação em Tempo Integral por meio do Programa Capixaba de Fomento à Implementação de escolas municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (PROETI).

Resultados Alcançados

- Solicitação de informações junto ao Instituto Jones dos Santos Neves e às Secretarias Municipais de Educação para confecção de relatórios por municípios;
- Realização de estudo sobre o PROETI.

Monitoramento das ações de enfrentamento dos impactos da pandemia de covid-19 na educação

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Auxiliar as Promotorias de Justiça com atribuição em educação na fiscalização das medidas adotadas pelas gestões municipais na redução dos impactos negativos na educação intensificados pela pandemia de covid-19, quanto ao enfrentamento do abandono e evasão escolar, ações de busca ativa e acolhimento, superação das lacunas de aprendizagem e medidas de promoção da inclusão digital na educação.

Resultados Alcançados

- Realização de evento “O Ministério Público nos casos de abandono e evasão escolar”;
- Levantamento de dados e estudos sobre evasão escolar com a confecção de relatórios com dados de alunas(os) não localizados no Censo Escolar 2021;
- Disponibilização às(aos) membras(os) de relatórios por município, minutas de peças e manifestação técnica sobre alunas(os) potencialmente fora da escola.

Promoção da Educação Antirracista

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Monitorar e auxiliar as Promotorias de Justiça com atribuição em educação na fiscalização da aplicação das Leis nº 10.639/2003 e n° 11.645/2008 para fomentar a adoção de práticas antirracistas no ambiente escolar.

Resultados Alcançados

- Realização de pesquisas visando nortear a elaboração de material de apoio para os órgãos de execução;
- Atualização da equipe técnica do Centro de Apoio por meio de estudos sobre racismo institucional e relações raciais na escola;
- Realização de pesquisa com público externo para verificar o entendimento de estudantes, profissionais da educação, pais, mães e responsáveis por estudantes sobre a temática, para adoção de estratégias com as redes públicas de ensino.

Monitoramento da aplicação do novo Fundeb

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Auxiliar a atuação das Promotorias de Justiça em prol do direito à educação, com envio de informações, material de apoio, realização de reuniões, disponibilização de conteúdos a respeito do Novo Fundeb.

Resultados Alcançados

Realização de estudos sobre o novo Fundeb, condicionalidades para recebimento do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) e pesquisa de peças em outros Ministério Públicos.

DEMAIS INICIATIVAS

Parcerias estabelecidas

Secretaria de Estado da Educação (SEDU) para acompanhamento dos dados do Censo Escolar sobre matrículas e estabelecimentos de ensino, por meio do sistema Educacenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC)	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-ES); Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES) e União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME-ES), para disponibilização de dados de pesquisa e/ou atualizações de informações dos municípios.
Secretaria de Estado da Educação (SEDU) para disponibilização dos dados do Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES) às(aos) membras(os) e servidoras(es) do MPES.	SEDU para acompanhamento dos dados da Plataforma Busca Ativa Escolar do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Ações de destaque

Pesquisas junto aos municípios e conselhos municipais de educação sobre informações relacionadas à educação, notadamente relacionadas aos projetos desenvolvidos pelo Centro de Apoio.	Fiscalização do serviço ofertado pela rede municipal de educação aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por solicitação do órgão de execução, bem como do serviço ofertado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), emitindo relatório técnico ao final, para adoção de medidas cabíveis.

Proteção ao meio ambiente

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Fomentar a proteção e a defesa do meio ambiente, sendo indutor dos poderes públicos e da sociedade em busca da concretização das políticas públicas e da reparação dos danos causados.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
A defesa e a proteção do meio ambiente buscam promover a proteção dos recursos naturais e a reparação da degradação ocorrida, devendo ser observado, quando necessário, um aspecto mais holístico que a necessidade dessa proteção estar alinhada com o desenvolvimento sustentável.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Observatório Ambiental

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Contextualização

Para reforçar ainda mais a atuação na defesa do meio ambiente e dar suporte a investigações e análises de questões ambientais, o MPES inaugurou em setembro de 2022 o Observatório Ambiental, localizado na Promotoria de Justiça Cível de Vitória.

A viabilização do Observatório Ambiental foi uma iniciativa da Administração Superior do MPES, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo de Vitória e do CAOA. A implantação da unidade constava de uma das cláusulas dos Termos de Compromisso Ambiental assinados em 2018 com a Vale e a ArcelorMittal.

O local é uma ferramenta de inteligência para fornecer informações que darão suporte, no campo ambiental, à tomada de decisão das(os) membras(os) do MPES. Sua infraestrutura física foi fornecida pela empresa Vale; já a arquitetura e a engenharia de dados para construção dos painéis foram de responsabilidade da empresa Arcelor Mittal, por meio da consultoria contratada EloGroup.

Especificamente, o Observatório Ambiental visa:

- gerir os Planos de Atuação das Coordenadorias Regionais e Temáticas;
- garantir uma melhor gestão e fiscalização ambiental por parte do MPES;
- garantir a integridade das informações recebidas pelos órgãos ambientais executores (Poder Executivo estadual e municipal);
- conhecer em tempo real as informações ambientais do Estado do Espírito Santo.

Para auxiliar a implementação, desenvolvimento e aprimoramento contínuo da plataforma, foi criada em 2022 a Comissão de Acompanhamento para Implementação do Observatório Ambiental (COAM).

Resultados Alcançados

- Desenvolvimento de plataforma para consulta de dados e informações;
- Instalação da estrutura física da sala de controle cuja inauguração ocorreu em setembro de 2022.

OBSERVATÓRIO AMBIENTAL

CAOA Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico | MPES MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Espírito Santo

- Início do desenvolvimento de um sistema de previsão de vazões de curto prazo, com assimilação de dados, para a bacia do rio Santa Maria da Vitória, o qual deverá ser operado e administrado pela AGERH.

Construir políticas públicas nas Unidades de Conservação (UCs) de Vitória

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Proteger a diversidade biológica nas UCs e promover o desenvolvimento sustentável a partir dos seus recursos naturais, visando ao cumprimento das legislações (Leis nº 9.985/2000-SNUC e nº 9.462/2010-SISEUC) pertinentes às Unidades de Conservação do Município de Vitória.

Os itens a serem regularizados e estruturados e que constam do Termo de Compromisso Ambiental firmado entre o MPES e a Secretaria de meio Ambiente de Vitória são:

- administração da UC;
- regularização dos instrumentos de gestão;
- infraestrutura da UC;
- regularização fundiária.

Resultados Alcançados

Cumprimento dos itens acordados em 4 (quatro) Unidades de Conservação:

- Reserva Ecológica Municipal Ilhas Oceânicas de Trindade;
- Reserva Ecológica Municipal Mata de Gioabeiras;
- Reserva Ecológica Municipal Morro de Itapenambi;
- Reserva Ecológica Municipal Restinga de Camburi.

Construir políticas públicas nas UCs estaduais

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Proteger a diversidade biológica nas UCs e promover o desenvolvimento sustentável a partir dos seus recursos naturais, visando ao cumprimento das legislações (Leis nº 9.985/2000-SNUC e nº 9.462/2010-SISEUC) pertinentes às Unidades de Conservação estaduais.

Os itens a serem regularizados e estruturados que constam do Termo de Compromisso Ambiental firmado entre o MPES e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) são:

- administração da UC;
- regularização dos instrumentos de gestão;
- infraestrutura da UC;
- regularização fundiária.

Resultados Alcançados

Cumprimento dos itens acordados em 4 (quatro) Unidades de Conservação:

- Área de Proteção Ambiental Conceição da Barra;
- Área de Proteção Ambiental de Setiba;
- Área de Proteção Ambiental Praia Mole;
- Reserva Biológica Duas Bocas.

Atuação estratégica e coordenada nas demandas ambientais do ES

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA), Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas e Coordenadorias Temáticas

Contextualização

Considerando o aumento da demanda e a complexidade das questões ambientais, especialmente as de amplitude regional, e levando em apreço a necessidade de se ampliar o atendimento especializado a fim de preservar esse patrimônio ambiental para as presentes e futuras gerações, em 2019, o MPES criou as Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas e Coordenadorias Temáticas Ambientais, descritas na tabela a seguir.

Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas	Coordenadorias Temáticas Ambientais
1. Regional I: Itaúnas e São Mateus 2. Regional II: Pontões e Lagoas do Doce, Santa Joana, Santa Maria do Doce, Barra Seca e Foz do Rio Doce e Guandu 3. Regional III: Litoral Centro Norte 4. Regional IV (Região I): Santa Maria da Vitória e Jucu 5. Regional V (Região II): Santa Maria da Vitória e Jucu 6. Regional VI: Guarapari, Benevente e Rio Novo 7. Regional VII: Itapemirim e Itabapoana	1. Controle da Qualidade do Ar 2. Saneamento Básico 3. Resíduos Sólidos 4. Patrimônio Histórico Cultural 5. Unidades de Conservação 6. Proteção e Defesa da Fauna

As Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas visam à atuação regionalizada em defesa do meio ambiente. Já as Coordenadorias Temáticas Ambientais são voltadas a temas ambientais relevantes e incidindo de maneira transversal nas bacias hidrográficas.

No ano de 2021, com o apoio técnico do CAOA, as Coordenadorias planejaram as ações a serem executadas nos anos de 2022 e 2023, com definição dos eixos de atuação. Contudo, foi necessário ajustar o inicialmente planejado, notadamente pelas dificuldades geradas pela pandemia de covid-19 e, ainda, com as informações geradas pelo Observatório Ambiental.

Por sua vez, voltados para a gestão e a governança da estratégia relacionada ao meio ambiente, o CAOA objetivou planejar, estruturar projetos e ações, além de acompanhar sua implementação junto às Coordenadorias.

Resultados alcançados

- Elaboração de painéis para gestão dos Planos de Atuação das Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas e Coordenadorias Temáticas Ambientais;
- Elaboração, adequação e/ou execução dos Planos de Atuação das Coordenadorias Regionais por Bacia Hidrográfica, destacando-se a articulação destas unidades com as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais e demais instituições para iniciar o levantamento de informações visando ao fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs);
- Elaboração, adequação e execução de Planos de Atuação das Coordenadorias Temáticas Ambientais, destacando-se:
    - Controle da Qualidade do Ar:
        - Acompanhamento do cumprimento dos TCAs com as empresas Vale e Arcellor Mittal com a realização de 4 (quatro) reuniões, emissão de ofícios solicitando informações ao IEMA e 2 (duas) Notificações por Descumprimento de TCA;
        - Levantamento de recursos e ações já desenvolvidas para ampliar e aumentar a cobertura da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar (RAMQAr);
        - Acompanhamento e implementação do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas e das recomendações do Centro Brasil do Clima (CBC).
    - Saneamento Básico:
        - Envio de sugestão de Notificação Recomendatória às(aos) Promotoras(es) de Justiça naturais a cobrarem dos gestores municipais a publicação dos planos municipais de saneamento básico até 31 dezembro de 2022, mantendo o controle e a publicidade sobre seu cumprimento e a comunicação dos respectivos dados à Agência Nacional de Águas (ANA) para inserção no Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA);
        - Elaboração de minuta de pesquisa de saneamento que será enviada aos municípios em 2023 para construção de um diagnóstico sobre os dados de interesse de saneamento.
    - Resíduos Sólidos: realinhamento das ações a serem iniciadas no ano de 2023;
    - Patrimônio Histórico e Cultural: intermediação de questões envolvendo reformas e intervenções em bens públicos tombados, organizado e expedição de Nota Técnica sobre a conservação, edificação e reformas de imóveis; organizado seminário por ocasião da data oficial em comemoração à cultura; interlocuções com atividades e expressividades culturais que refletem na preservação do meio ambiente; identificação de malha ferroviária e edificações centenárias que estão sujeitas às ações nefastas por atuação humana, abandono ou mau uso;
    - Unidades de Conservação: realização do "1º Seminário Estadual de Unidades de Conservação: A proteção da diversidade biológica e os desafios da política de Unidades de Conservação após 22 anos da Lei nº 9.985/2000";
    - Proteção e defesa da Fauna: criação e estruturação da Coordenadoria.
- Acompanhamento do cumprimento dos Termos de Compromisso TCA nº 035 (empresa Vale) e TCA nº 036 (empresa Arcelormittal) pela Coordenadoria Regional do Meio Ambiente e Urbanismo da Região Metropolitana, notadamente por meio da interlocução com o IEMA e participação na Comissão de Acompanhamento dos TCAs VAle e ArcelorMittal.

MPES na recuperação do Rio Doce após rompimento da barragem de Mariana/MG

Unidade responsável: Grupo de Trabalho de Recuperação do Rio Doce (GTRD)

Contextualização

O GTRD foi criado pela Portaria PGJ nº 8.697, de 3 de novembro de 2016, com o objetivo específico de garantir a efetividade das ações desenvolvidas para a mitigação, a reparação e a compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos sofridos no Estado do Espírito Santo, resultantes do rompimento de barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A., situada em Mariana/MG.

No ano de 2021, o Grupo passou por significativas alterações, introduzidas pela Portaria PGJ nº 456, de 28 de julho de 2021, que redefiniu sua estrutura e atribuições, e pela Portaria PGJ nº 457, de 28 de julho de 2021, que instituiu a Força-Tarefa para Acompanhamento da Recuperação da Bacia do Rio Doce, pós-desastre de Mariana - FT-RD, na qual o GTRD funciona como um comitê de governança.

Nesse cenário, ao longo dos anos de 2021 e 2022, o GTRD, por meio de sua Coordenação, acompanhou o processo de repactuação, a fim de contribuir para o êxito da negociação, com o consequente estabelecimento de medidas e ações que tragam mais celeridade e efetividade à reparação dos danos.

Resultados Alcançados

1. Participação em 174 (cento e setenta e quatro) reuniões e audiências públicas relacionadas ao processo de negociação durante o ano de 2022, especialmente para negociação direta com as empresas poluidoras ou para alinhamento e discussões com as demais instituições de justiça e entes federados integrantes do eixo do poder público;
2. Participação na Audiência Pública realizada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o Rompimento da Barragem de Fundão (CEXBARRA) e na 3ª Audiência Pública para oitiva de atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana/MG, ocorrida no âmbito do Observatório nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão;
3. Tramitação de 77 (setenta e sete) processos judiciais eletrônicos no e-Gampes e foram distribuídos às(aos) Promotoras(es) de Justiça naturais entre os meses de janeiro e agosto de 2022. A partir de setembro, foi iniciada a utilização do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe);
4. Exposição sobre o cenário do “Desastre do Rio Doce no Espírito Santo, os desafios para a reparação integral e a perspectiva de futuro no processo reparatório” no XX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente realizado pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA).

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

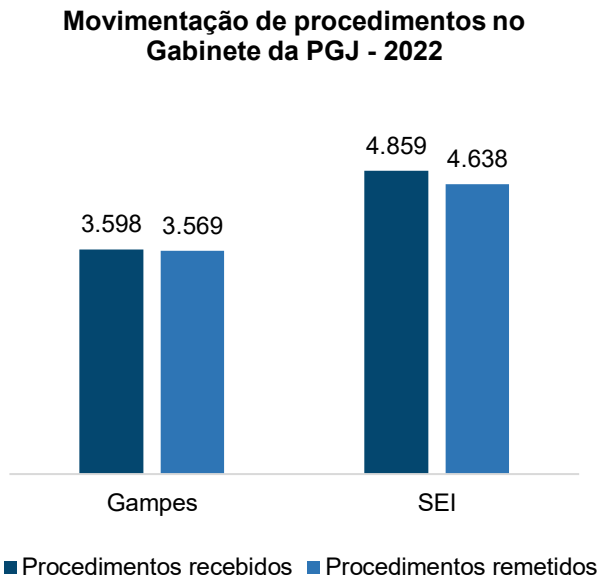
XX Congresso da ABRAMPA para debater desafios da implementação do Direito Ambiental
Webinário Consumo Consciente: da responsabilidade compartilhada ao uso do greenwashing no mercado do consumo
1º Seminário Estadual de Unidades de Conservação: a proteção da diversidade biológica e os desafios da política de Unidades de Conservação após 22 anos da Lei nº 9.985/2000
A Atuação do Ministério Público na Reparação do Dano Animal
O MP e o Patrimônio Cultural: Estratégias de Atuação

Atuação em números

Dados estatísticos do Segundo Grau

Procuradora-Geral de Justiça

Em 2022, foram recebidos no Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, aproximadamente, **8,5 mil procedimentos**.



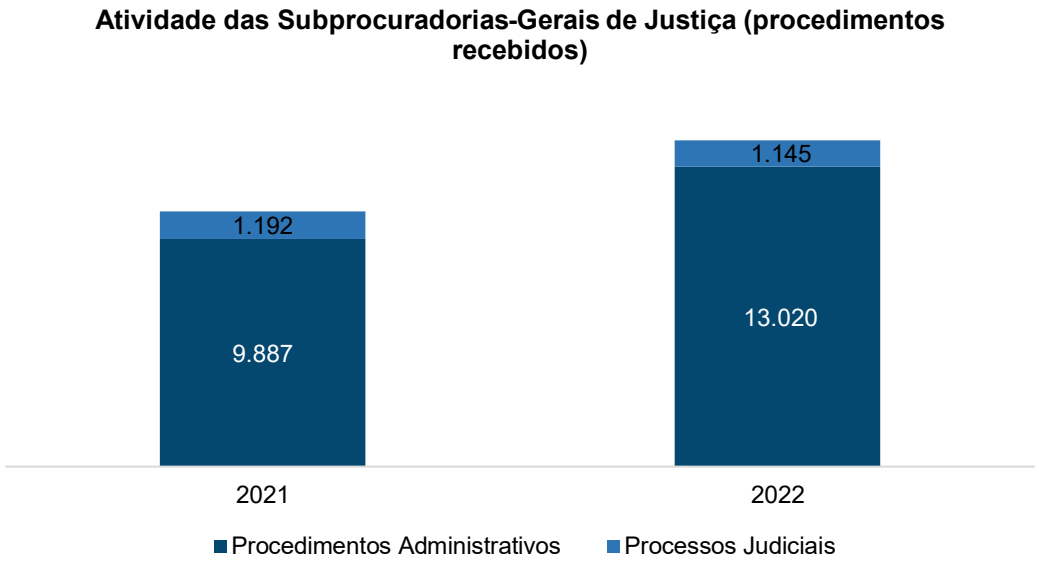
Atividades da Procuradora-Geral de Justiça em procedimentos - 2022

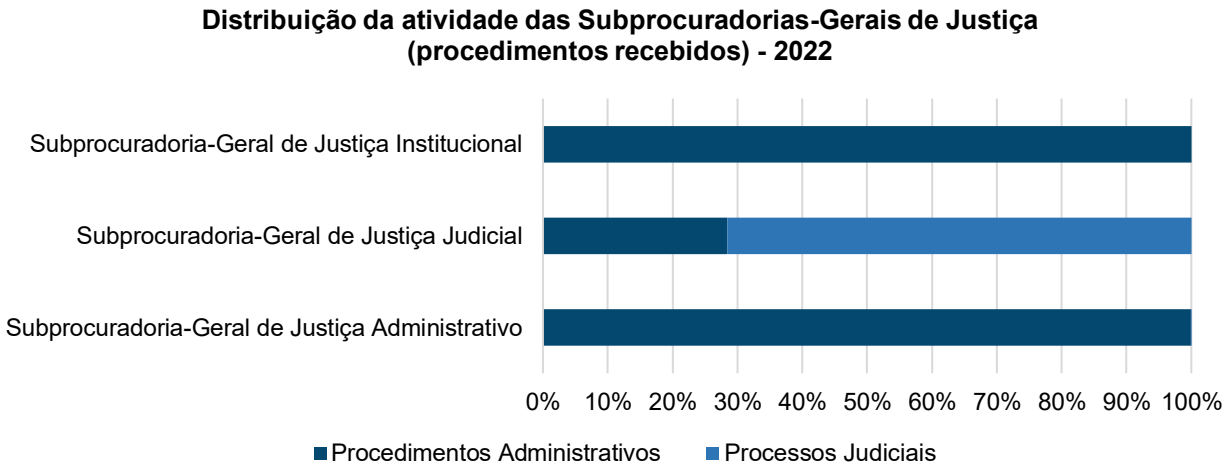
1.035 ofícios expedidos em procedimentos apreciados no Gampes

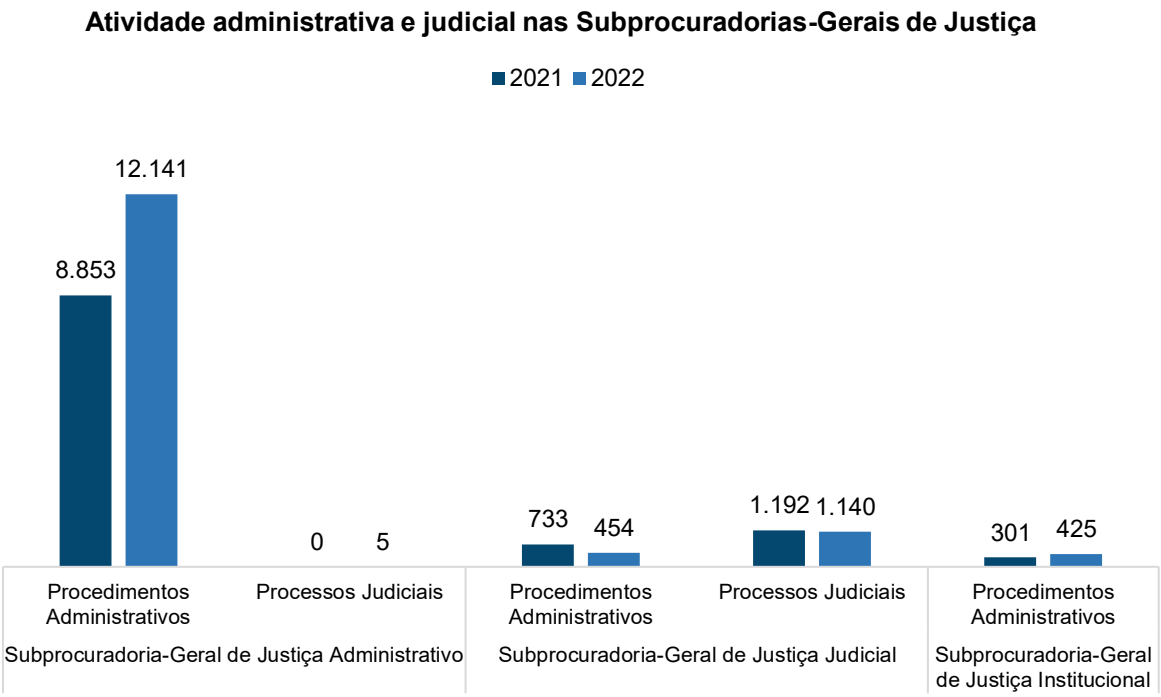
+

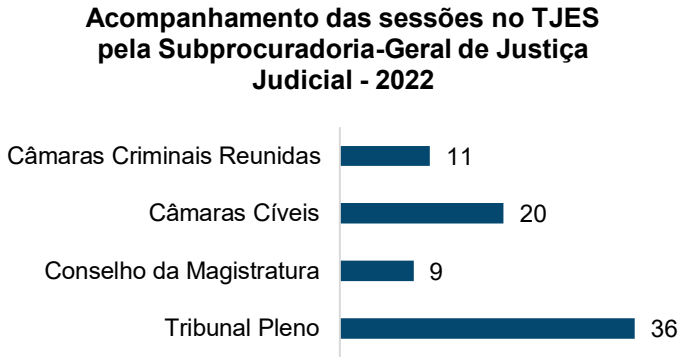
3.208 procedimentos despachados ou apreciados no SEI

Subprocuradorias-Gerais de Justiça









Colégio de Procuradores de Justiça (COPJ)

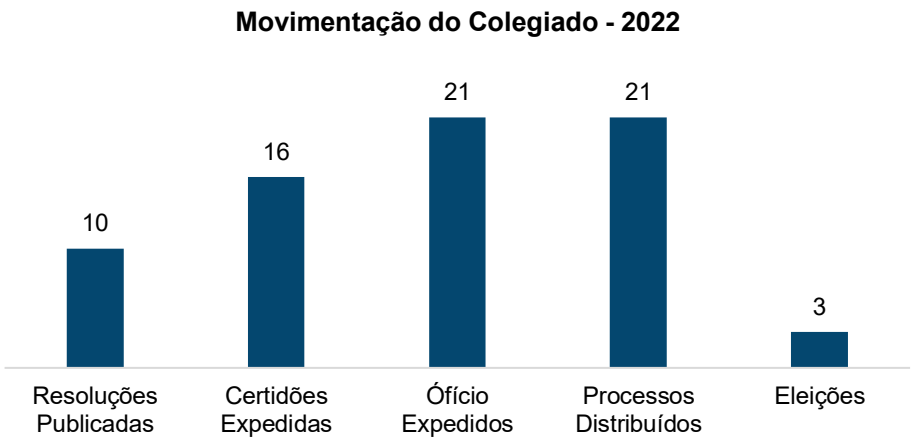
Composição do Colégio de Procuradores de Justiça	
Luciana Gomes Ferreira de Andrade - Presidente do COPJ	
Catarina Cecin Gazele	Altamir Mendes de Moraes
Célia Lúcia Vaz de Araújo	Humberto Alexandre Campos Ramos
Eliezer Siqueira de Sousa	Antonio Fernando Albuquerque Ribeiro
Elda Márcia Moraes Spedo	Maria Beatriz Renoldi Murad Vervloet
Carla Viana Cola	Elisabeth da Costa Pereira
Alexandre José Guimarães	Cleber Pontes da Silva

Adonias Zam	Carla Stein
Sócrates de Souza	Edwiges Dias
Fábio Vello Corrêa	Karla Dias Sandoval Mattos Silva
José Cláudio Rodrigues Pimenta	Almiro Gonçalves da Rocha
Andrea Maria da Silva Rocha	Izabel Cristina Salvador Salomão
Josemar Moreira	Márcia Jacobsen
Benedito Leonardo Senatore	Emmanoel Arcanjo de Souza Gagno
Maria de Fátima Cabral de Sá	Fabiana Fontanella
Gustavo Modenesi Martins da Cunha	Cezar Augusto Ramaldes da Cunha Santos
Sidia Nara Ofranti Ronchi	Marcello Souza Queiroz
Luis Augusto Suzano	Maria Cristina Rocha Pimentel

Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça - 2022

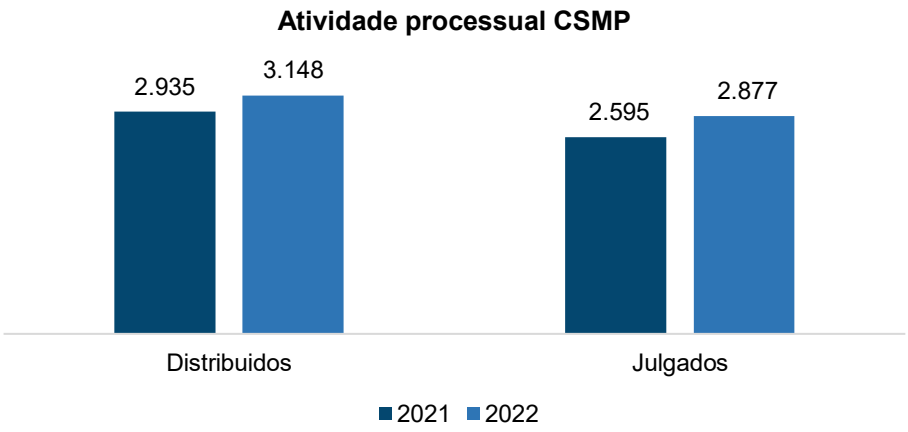
14 Sessões ordinárias + **1** Sessão extraordinária + **3** Sessões solenes

Procedimentos apreciados nas sessões do COPJ - 2022

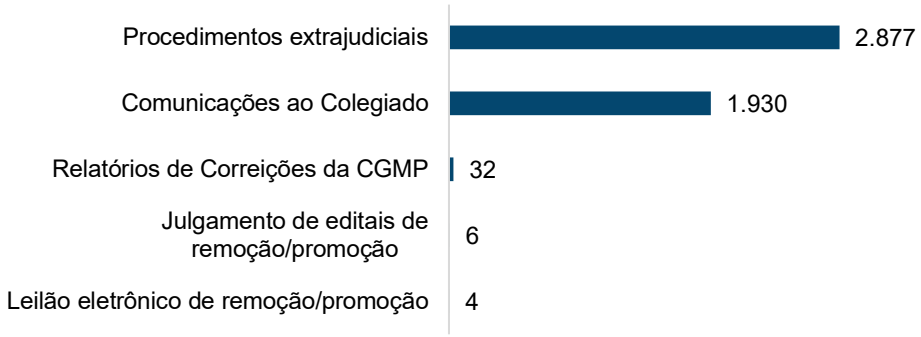


Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)

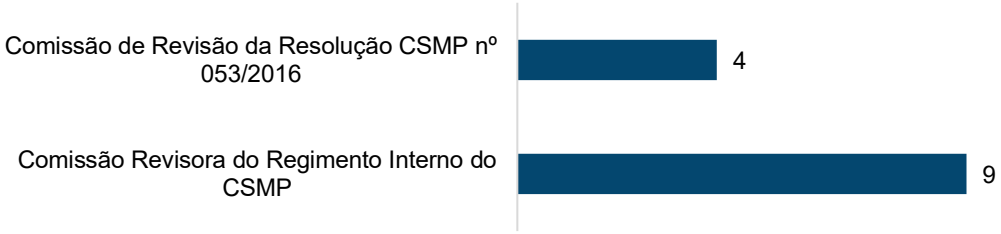
Composição do Conselho Superior do Ministério Público	
Conselheiros	**Mandato**
Luciana Gomes Ferreira de Andrade	2022/2024
Gustavo Modenesi Martins da Cunha	2022/2024
Carla Viana Cola	2022/2023
Fábio Vello Corrêa	2022/2023
Maria Beatriz Renoldi Murad Vervloet	2022/2023
Maria de Fátima Cabral de Sá	2022/2023
Andrea Maria da Silva Rocha	2022/2023



Procedimentos apreciados pelo CSMP - 2022



Reuniões realizadas pelas comissões revidoras do CSMP - 2022



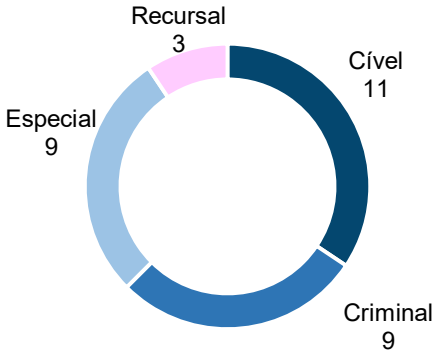
29 Sessões realizadas

1 Súmula e **3** Enunciados editados

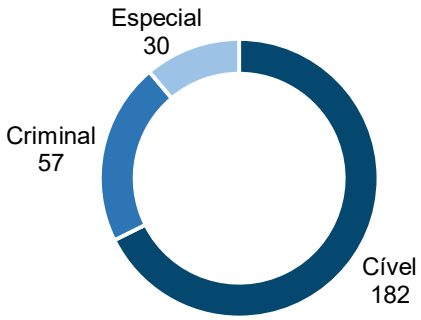
19 Resoluções expedidas

Procuradorias de Justiça

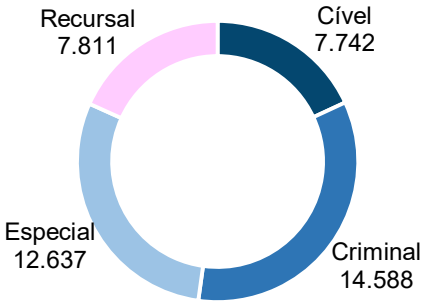
Distribuição de membras(os) titulares - 2022



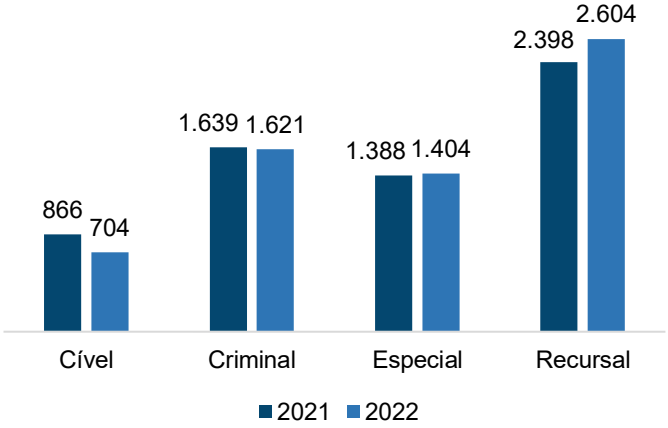
Sessões ordinárias no TJES com participação de Procuradores de Justiça - 2022

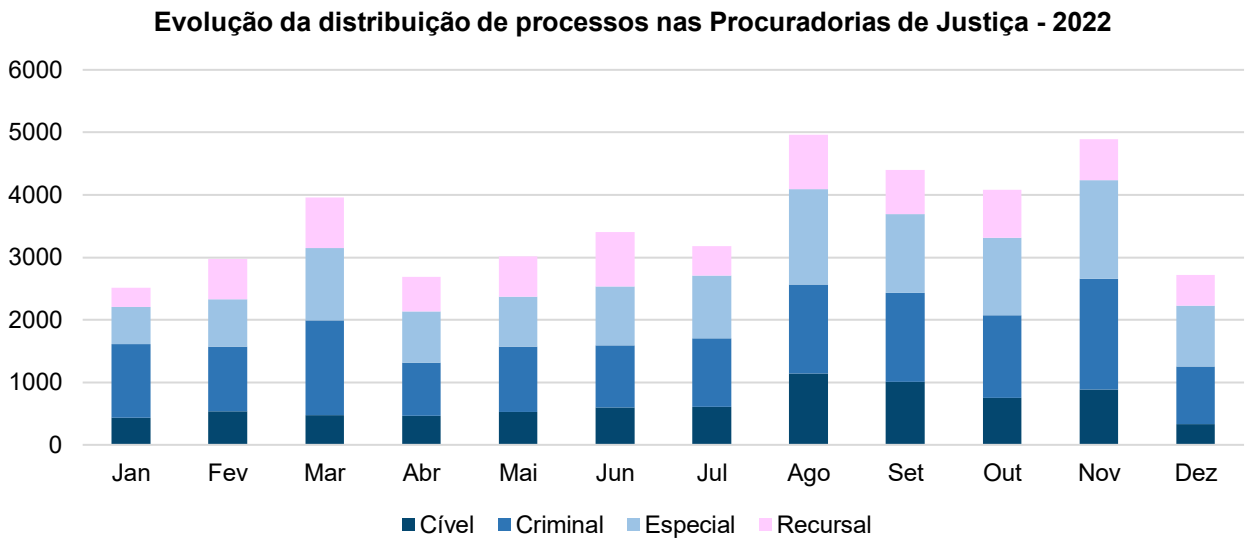


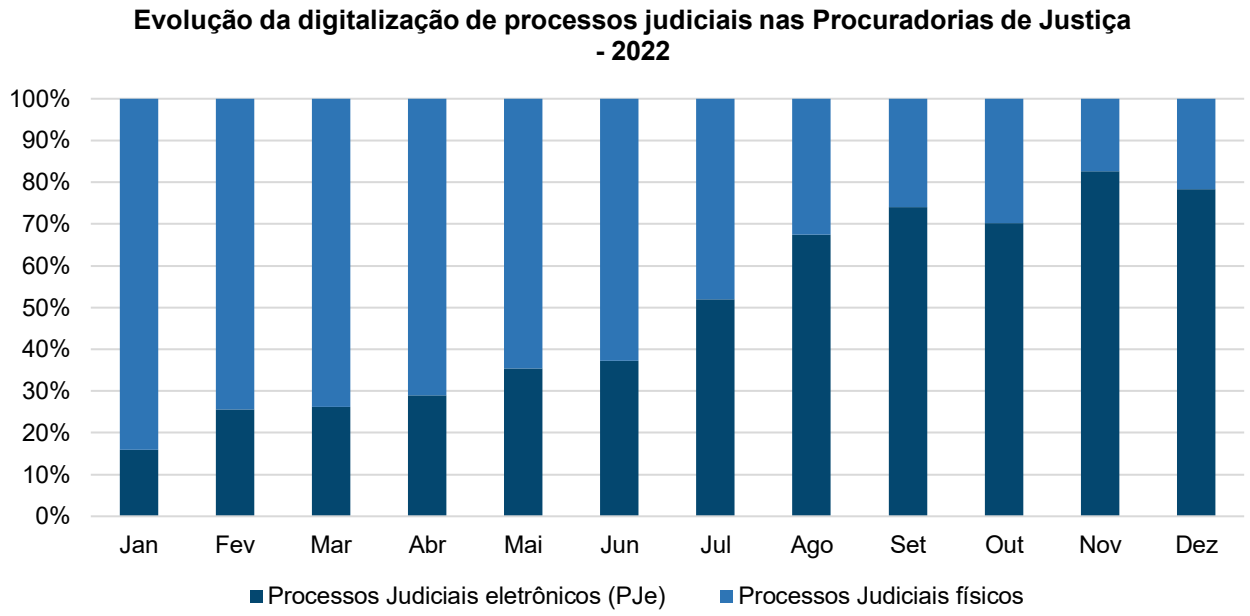
Distribuição processual - 2022



Média de processos distribuídos por membra(o) titular



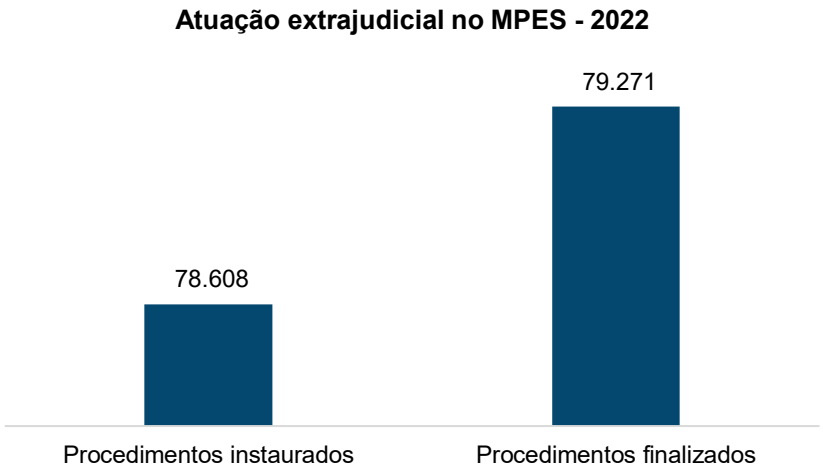

Evolução da distribuição de processos nas Procuradorias de Justiça - 2022
6000
5000
4000
3000
2000
1000
0
Jan
Fev
Mar
Abr
Mai
Jun
Jul
Ago
Set
Out
Nov
Dez
Cível
Criminal
Especial
Recursal

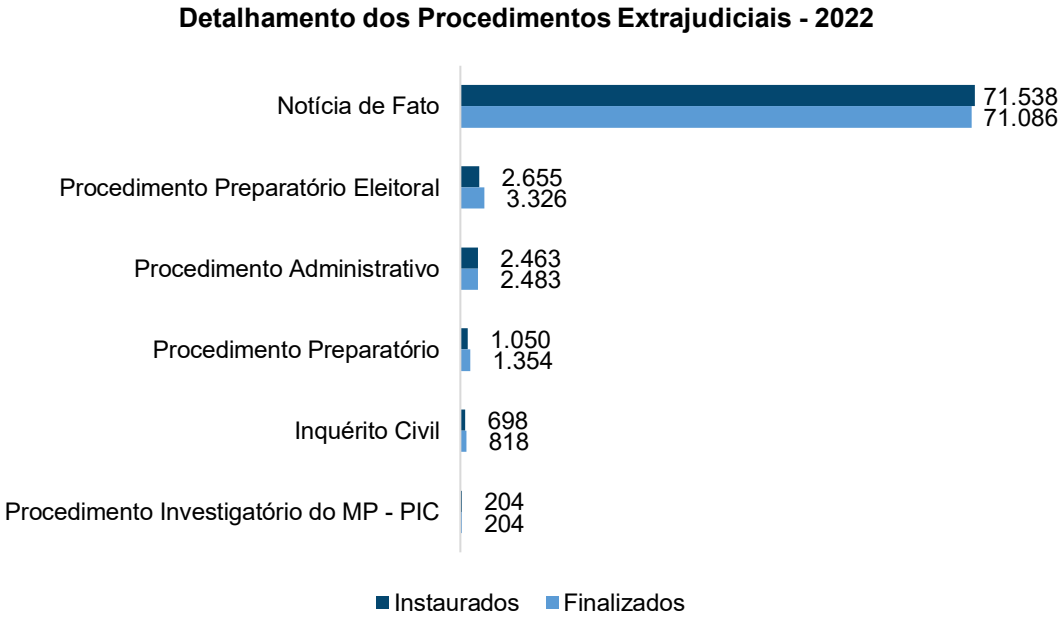

Evolução da digitalização de processos judiciais nas Procuradorias de Justiça - 2022
100%
90%
80%
70%
60%
50%
40%
30%
20%
10%
0%
Jan
Fev
Mar
Abr
Mai
Jun
Jul
Ago
Set
Out
Nov
Dez
Processos Judiciais eletrônicos (PJe)
Processos Judiciais físicos

Dados estatísticos do Primeiro Grau

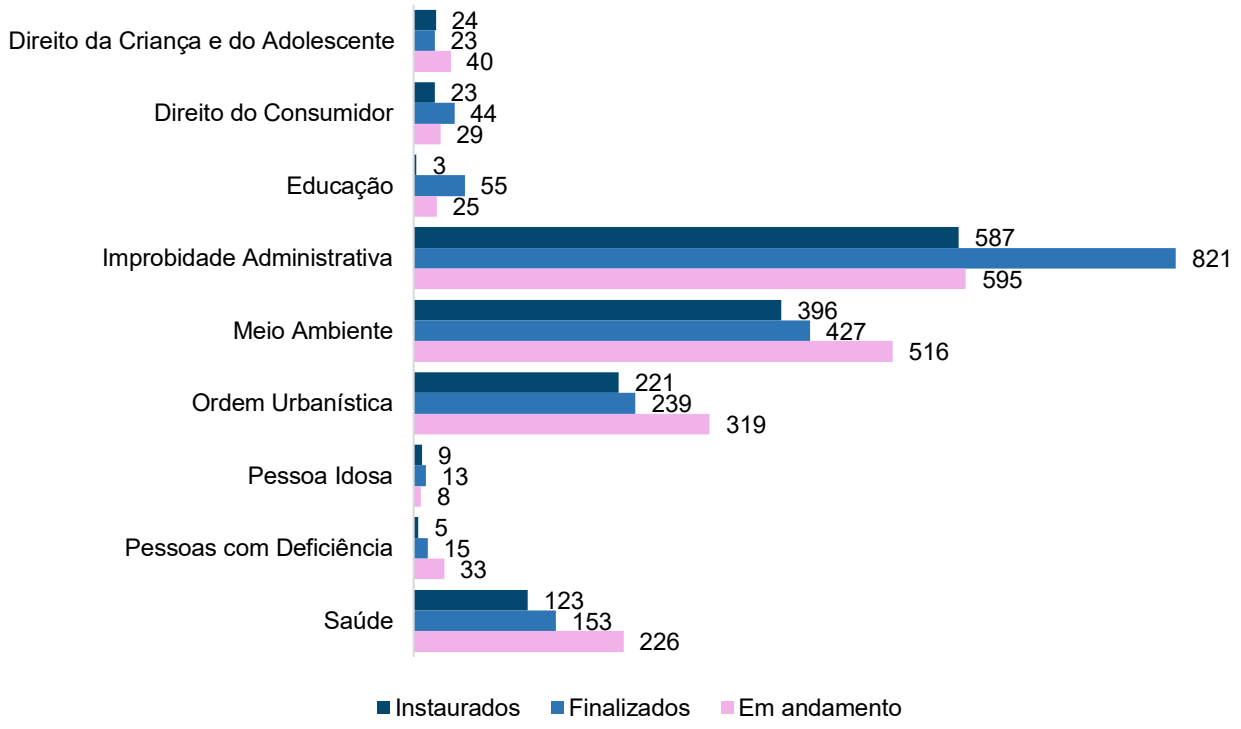
As informações constantes desta Seção são apresentadas nos moldes da **Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011, alterada pela Resolução CNMP nº 195, de 11 de fevereiro de 2019**. Os dados foram extraídos do sistema Gampes por meio do Relatório da Atividades MPES - 2022.

Atuação Extrajudicial

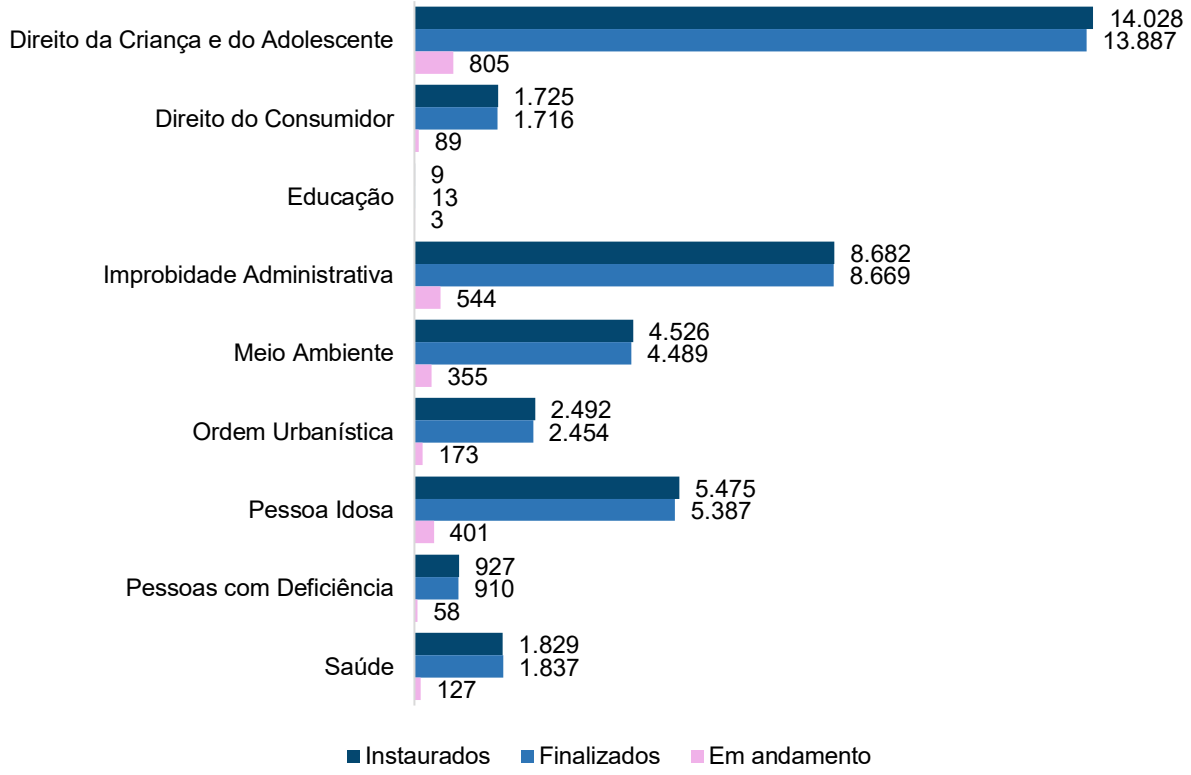




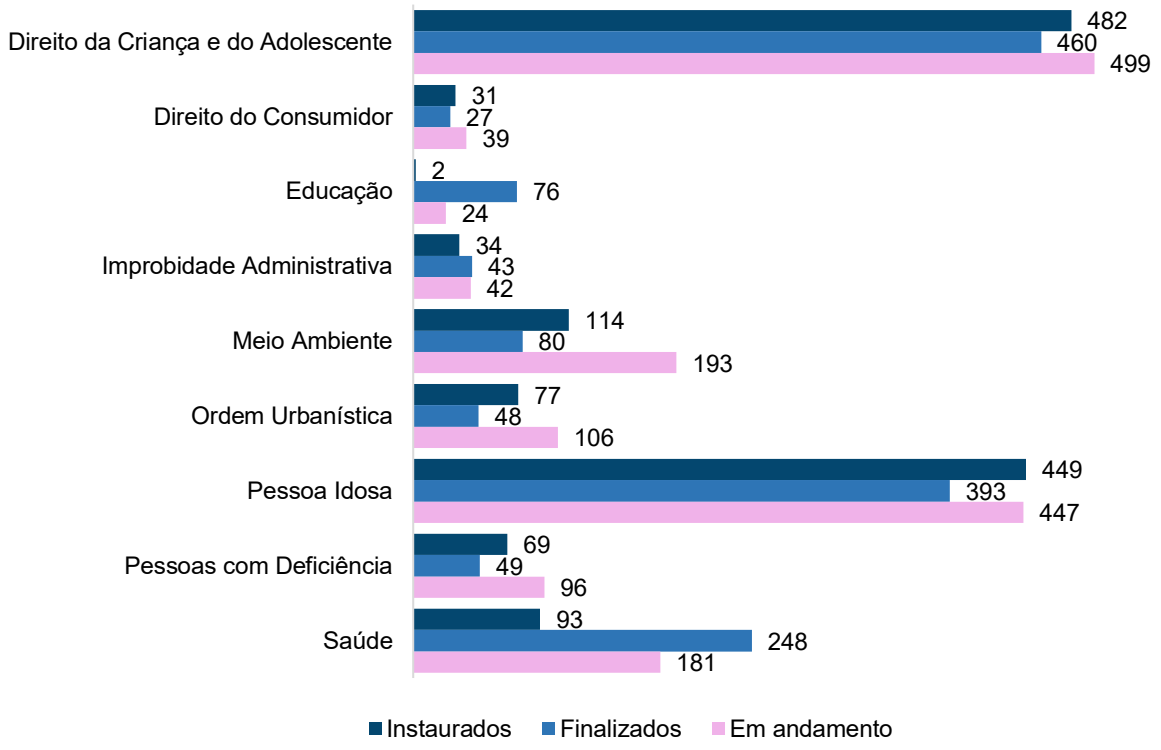
Detalhamento da atuação extrajudicial - Inquérito Civil e Procedimento Preparatório - 2022



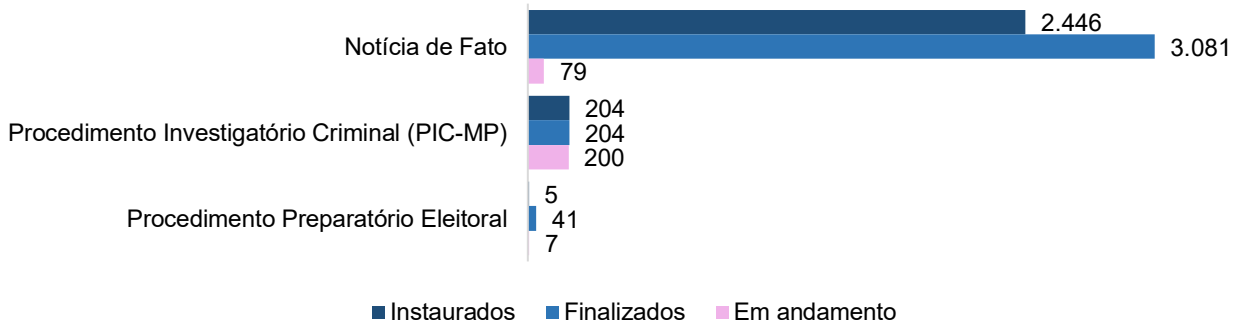
Detalhamento - Extrajudicial - Notícia de Fato - 2022



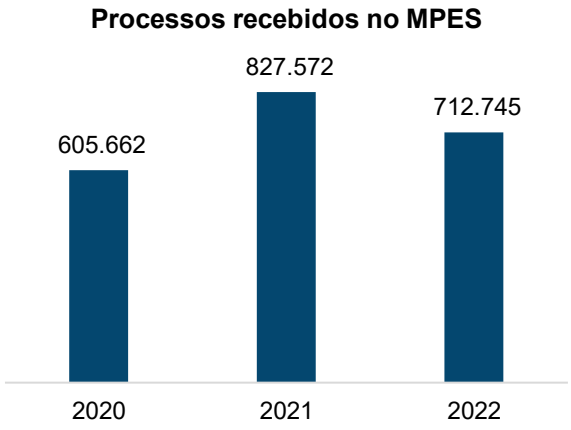
Detalhamento da atuação extrajudicial - Procedimento Administrativo - 2022

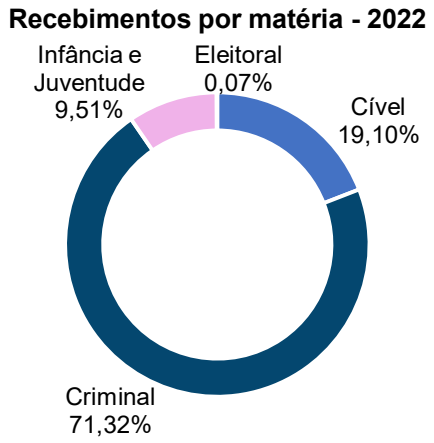


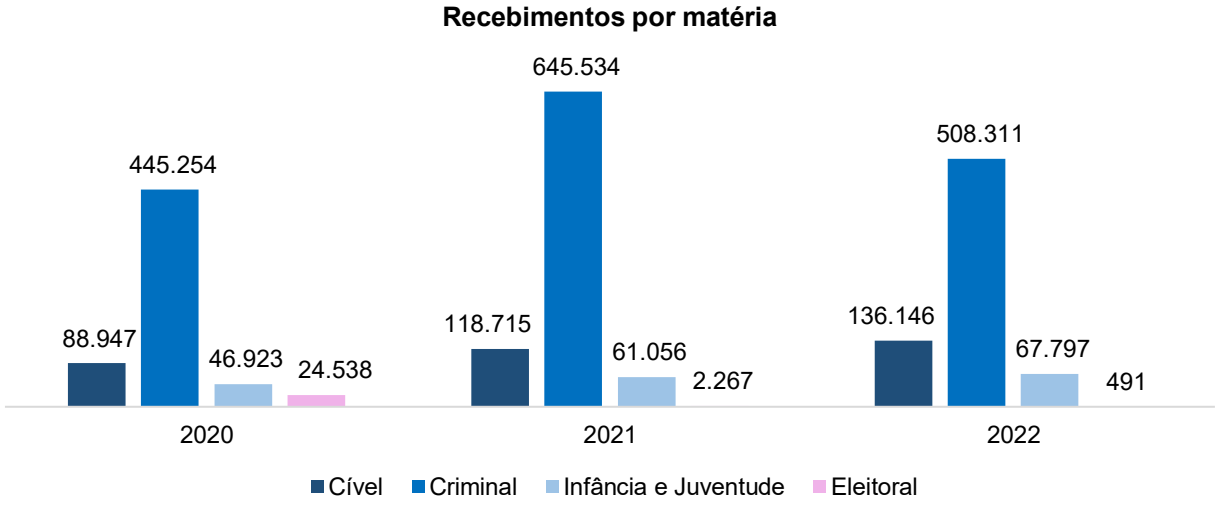
Detalhamento da atuação extrajudicial em matéria eleitoral - Procedimento Preparatório Eleitoral - 2022

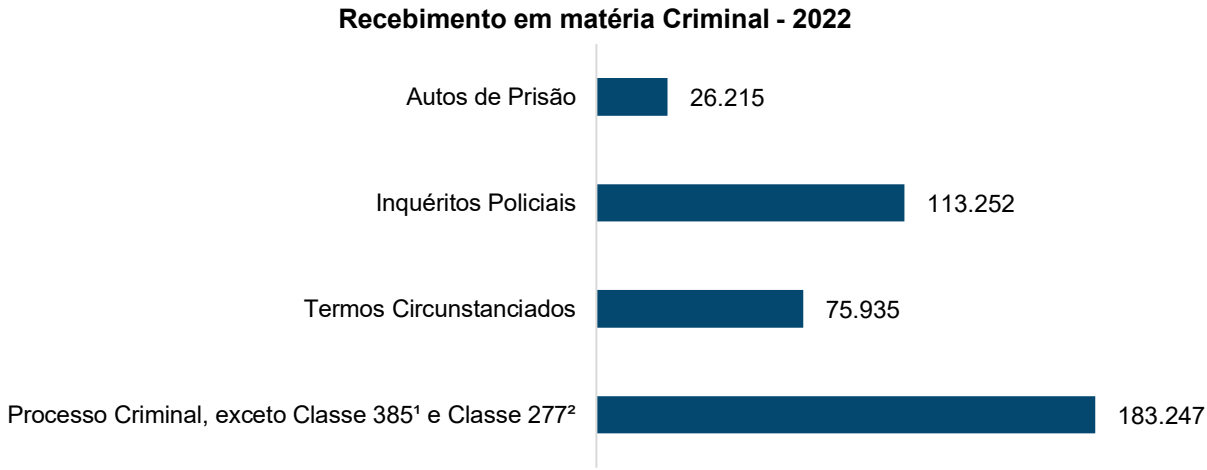


Atuação Judicial

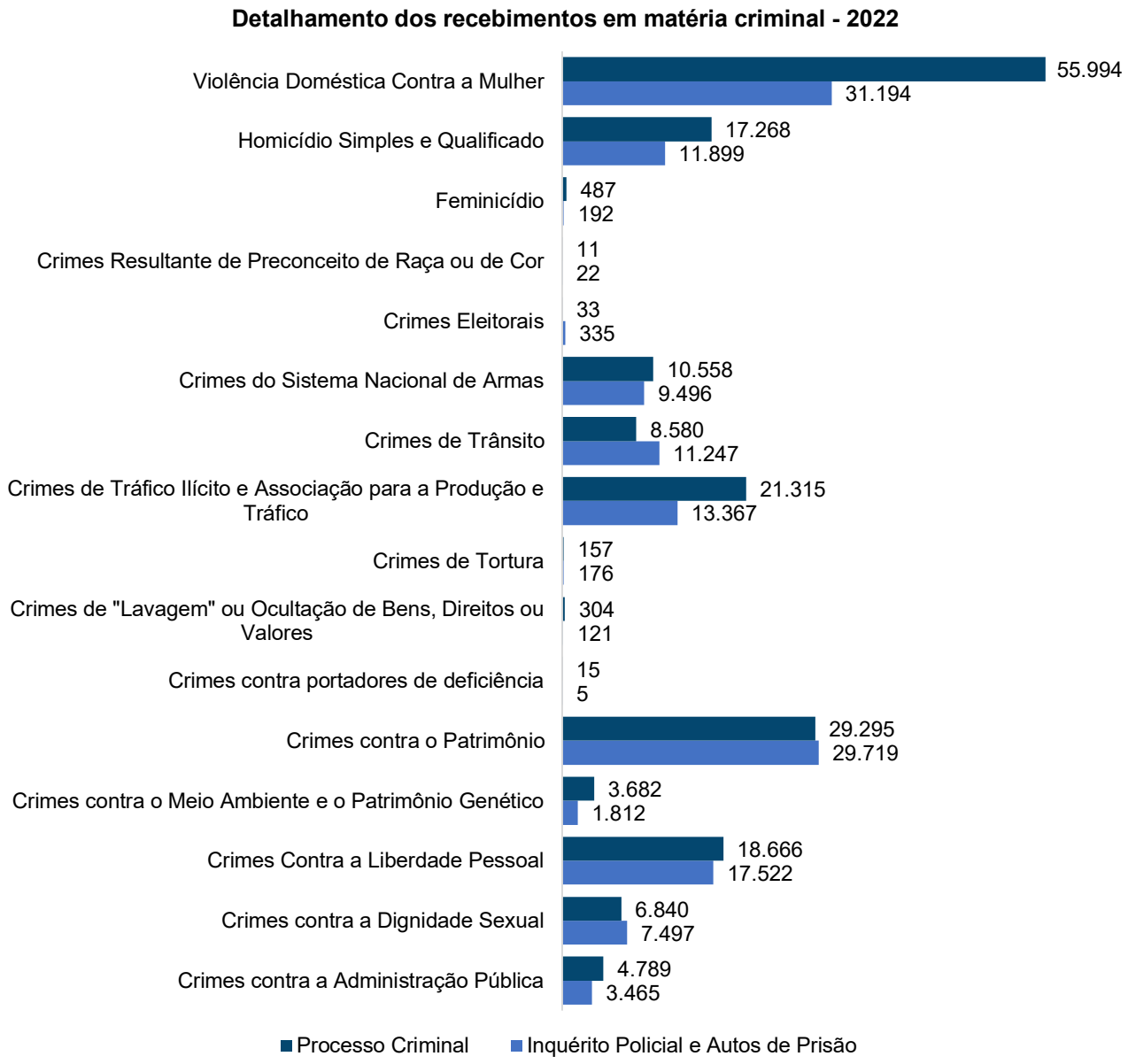




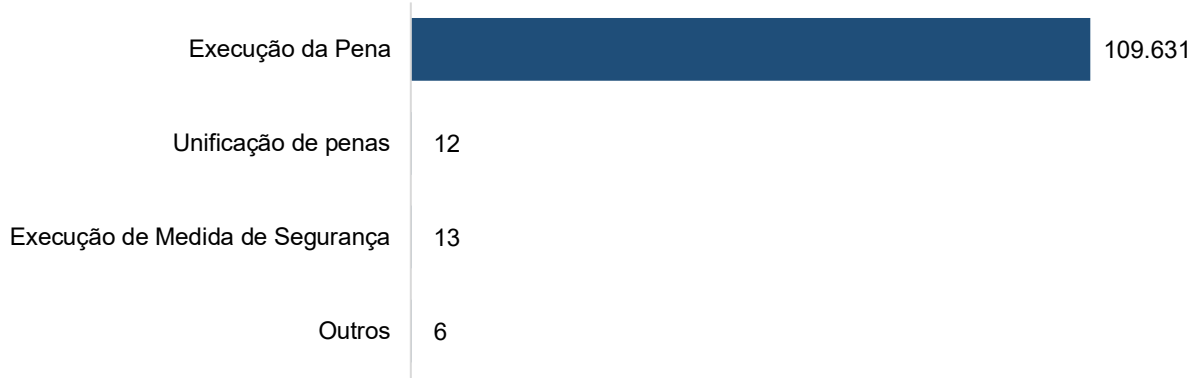




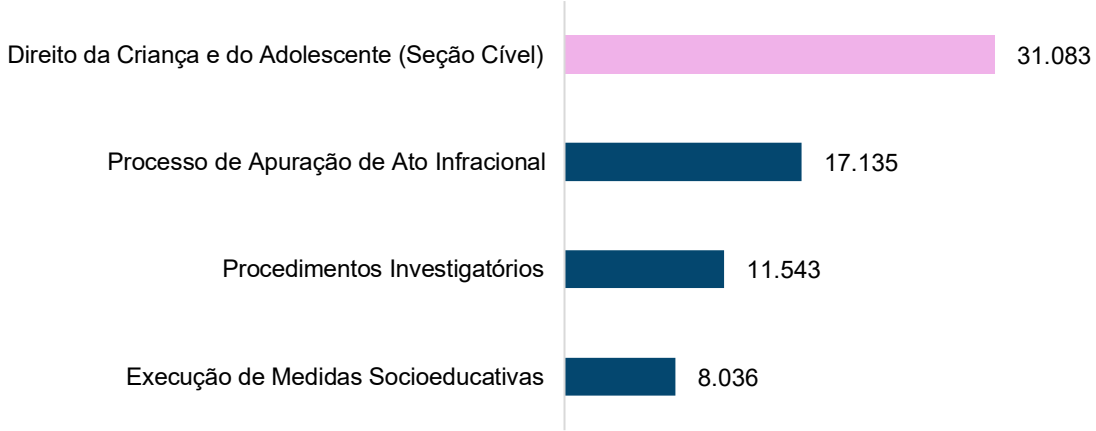
Nota:
1 - Classe 385: Execução Criminal
2 - Classe 277: Procedimentos Investigatórios



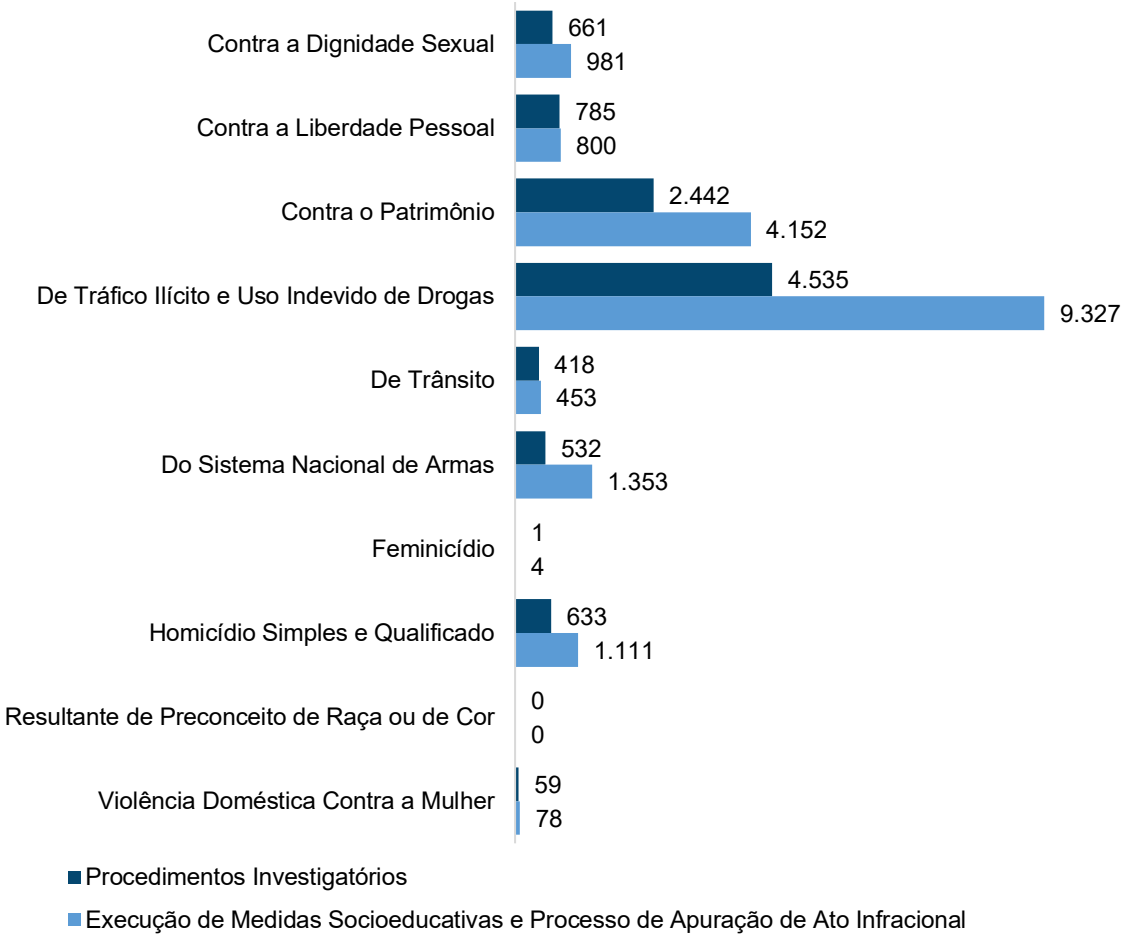
Detalhamento dos recebimentos em matéria Criminal - Execução Penal - 2022



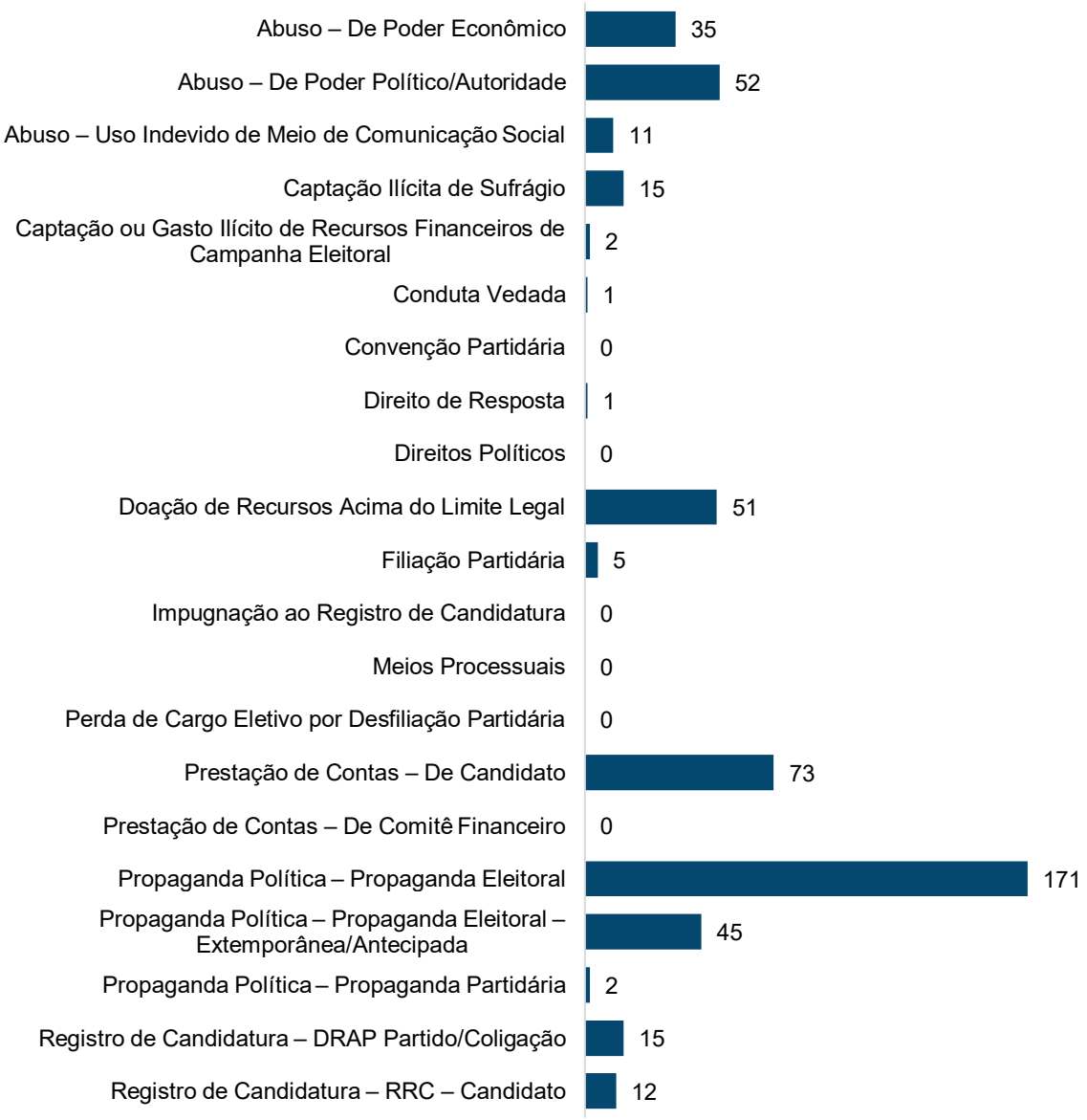
Recebimentos em matéria da Infância e Juventude - Ato Infracional e Seção Cível - 2022



Detalhamento dos recebimentos em matéria da Infância e Juventude - Ato Infracional 2022



Detalhamento dos recebimentos em matéria Eleitoral - Processo Eleitoral - 2022



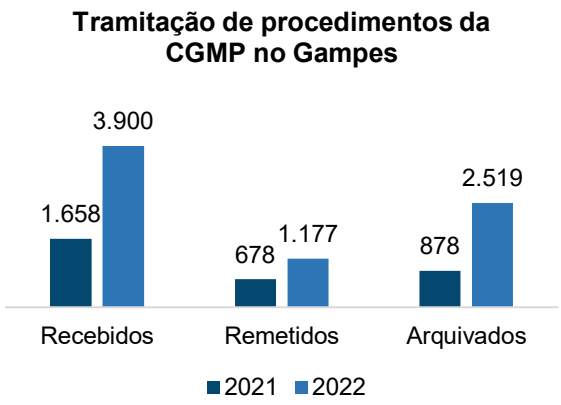
Monitoramento da atuação

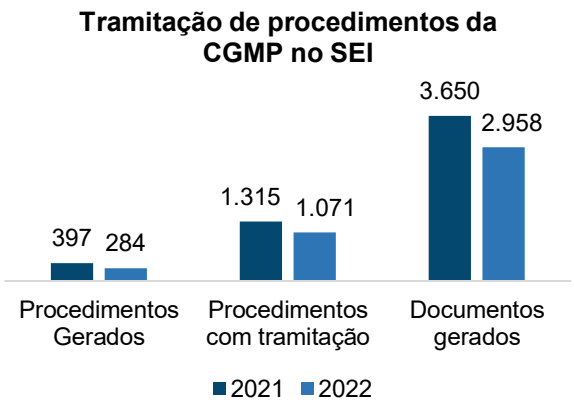
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Composição da Corregedoria-Geral do Ministério Público	
Membra(o)	Cargo
Gustavo Modenesi Martins da Cunha	Corregedor-Geral
Maria de Fátima Cabral de Sá	Subcorregedora-Geral
Amir Magalhães Campos	Promotor de Justiça Corregedor
Andréia Bucker do Nascimento Cardoso	Promotor de Justiça Corregedor
Fernando Henrique Campos Ramos	Promotor de Justiça Corregedor

Na parte administrativa e no que tange aos atos normativos, a Corregedoria-Geral do MPES (CGMP) destacou as seguintes informações sobre as atividades de 2022:

A tramitação dos procedimentos e dos expedientes ocorreu por meio dos Sistemas Gampes e Sei!.	Como órgão orientador das Procuradorias e das Promotorias de Justiça, recebeu 12 (doze) consultas de membras(os) do MPES.
111 (cento e onze) certidões foram expedidas, sendo 38 (trinta e oito) destinadas às(aos) Promotoras(es) de Justiça com designação para função eleitoral	36 (trinta e seis) orientações foram expedidas às(aos) Promotoras(es) de Justiça, visando ao respectivo aprimoramento funcional.
980 (novecentos e oitenta) ofícios remetidos, sendo 11 (onze) circulares e 70 (setenta) contendo orientações às(aos) membras(os) do MPES, em decorrência da realização de correições realizadas.	9 (nove) recomendações foram expedidas e direcionadas às(aos) membras(os) e às(aos) Promotoras(es) de Justiça Chefes.

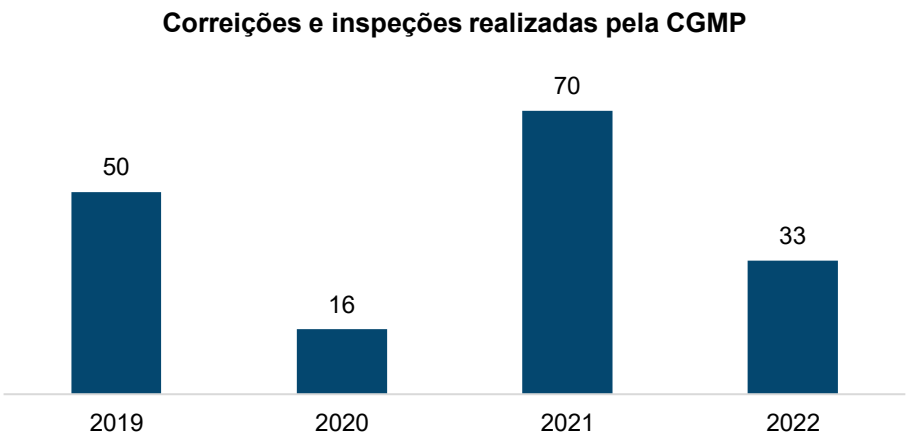




No que tange à atividade disciplinar, com o objetivo de apurar possíveis faltas funcionais cometidas pelas(os) membras(os) do MPES, foram instaurados 90 (noventa) Procedimentos de Averiguação Preliminar sendo que 84 (oitenta e quatro) foram arquivados e, destes, 6 (seis) eram remanescentes de 2021. Além disso, registra-se que foram instaurados e estiveram em andamento 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares (PAD).

Também se destacaram:

2 (dois) Promotoras(es) de Justiça foram acompanhadas(os) no estágio probatório e 1 (um) teve o vitaliciamento homologado.	Estiveram em curso na CGMP 10 (dez) procedimentos para acompanhamento de normatizações oriundas do CNMP.
Das correições ordinárias, 6 (seis) foram realizadas no formato virtual e 26 (vinte e seis) presenciais.	121 (cento e vinte e um) cargos de Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça foram correicionados.
Nas correições foram examinados 5.749 (cinco mil, setecentos e quarenta e nove) feitos dentre procedimentos extrajudiciais do MP e procedimentos judiciais eletrônico.	No que tange às solicitações da Corregedoria Nacional, foram apresentados 11 (onze) relatórios e instaurados 57 (cinquenta e sete) procedimentos para fiscalizar o cumprimento e regularização das determinações apontadas no Relatório Conclusivo de sua correição extraordinária.



Perspectiva - Eficiência Operacional

O MPES de hoje e de amanhã

A aventura não deve fazer parte do cotidiano de um agente público na sua atividade. Isso porque, tomar decisões com base em opiniões isoladas ou intempestivas coloca em risco o erário e afeta a prestação de serviços à(ao) cidadã(ão). Logo, observa-se que o MPES, nos últimos anos, tem trilhado seu caminho com segurança. A gestão dos seus processos, iniciada em 2015, pelo Programa de Padronização e Organização Administrativa do MPES (Propad), o investimento e o aprimoramento dos sistemas administrativos (Sei! e Nexus/SAP) e finalísticos (e-Gampes), a aquisição e a difusão de ferramentas de Business Intelligence (BI), são casos de sucesso.

Os exemplos acima são amostras de uma caminhada planejada do Ministério Público capixaba rumo à excelência na prestação de serviço. Excelência aqui não é um ponto final, definitivo. Espera-se, sim, que o MPES esteja sempre em sua melhor versão. E, para isso, faz-se necessário o aprendizado e a escuta contínua.

Nesse diapasão, foi realizado o evento “MP Mais Públicos”, parte do projeto de modernização da comunicação da instituição. Na ocasião, membras(os) e servidoras(es) foram provocadas(os) pelas(os) palestrantes, Martha Gabriel e Francisco Araújo, a pensar sobre as possibilidades de futuro da humanidade e seus impactos na atuação ministerial. Ora, com novas tecnologias surgem novos conflitos, novos costumes, novas culturas.

Com esses novos cenários, físicos e virtuais, de constantes e rápidas novidades, a comunicação institucional deve promover o relacionamento e o diálogo permanente com a sociedade. As investigações precisarão avançar, cada vez mais, sobre crimes praticados envolvendo criptomoedas e contratos inteligentes. Os dados gerados a todo instante serão capazes de produzir incontáveis informações.

Pensando nisso, foi contratada uma mentoria em OKR (*Objectives and Key Results* ou Objetivos e Resultados-Chaves) que tem como foco o aprimoramento na execução e na mensuração da estratégia institucional a ser implantada; no primeiro momento, nas unidades administrativas e, posteriormente, nas Promotorias de Justiça impulsionando, dessa forma, a qualidade da prestação de serviço à sociedade. Vale ressaltar que esta metodologia já vem sendo utilizada em diversas unidades e ramos do Ministério Público brasileiro e no CNMP.

A seguir, serão apresentadas as ações executadas e/ou em andamento pelas(os) membras(os) e pelas(os) servidoras(es) do MPES que promovem a transição e a adaptação permanente na atuação do MPES e que buscam garantir a melhor aplicação dos recursos disponíveis.

Comunicação Institucional

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Para se posicionar perante os públicos interno e externo diante de um mundo cada vez mais conectado e inundado de informações, a comunicação institucional tornou-se um componente estratégico. No MPES, além de ser uma ferramenta de propagação de acontecimentos e da cultura organizacional, ela é um poderoso instrumento de acessibilidade e transparência.

Nesse sentido, a ênfase em uma abordagem mais célere e digital tornou-se, ainda mais, um ponto central da Assessoria de Comunicação do MPES, notadamente a partir da necessidade de divulgar as ações ministeriais e informações relevantes para a sociedade e para o público interno no contexto pandêmico dos últimos anos.

A partir desse cenário, torna-se cada vez mais imprescindível modernizar e potencializar o uso das ferramentas de comunicação, imagem e marketing, ampliando qualitativamente a difusão das ações ministeriais para a sociedade. Assim, em 2022, foi iniciado o projeto para a criação de Agência Digital no MPES, com o auxílio de uma consultoria técnica de comunicação, contemplando a realização de diagnóstico situacional, desenvolvimento e implementação de estratégias e ações focadas no relacionamento e engajamento no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo com diversos públicos.

Destacaram-se as seguintes etapas:

Realização de diagnóstico institucional;

Evento “Mais Públicos: diálogos para o futuro” para membras(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) com a reflexão sobre os desafios de defender os direitos de uma sociedade em constante transformação, trazendo como palestrantes Martha Gabriel e Francisco Araújo.

Workshop com lideranças da sociedade para uma atuação ainda mais eficaz na defesa dos capixabas, reunindo mais de 20 líderes comunitários e religiosos, empresários, integrantes de organizações não-governamentais e de movimentos sociais e representantes da sociedade civil organizada.

Concomitantemente, mantendo seu contato com o público externo, a ASCM continuou a potencializar a utilização das mídias digitais como a criação de perfil no Twitter em 2022 *(@mpespiritosanto*) e a manutenção do perfil no Instagram (*@mpespiritosanto*), Facebook (f*acebook.com/mpespiritosanto*), Youtube (*youtube.com/mpespiritosanto*) e site (*mpes.mp.br).*

Balanço de publicações nas redes sociais em 2022

+/- 15,9 mil seguidoras(es) 604 conteúdos publicados	+/- 8 mil seguidoras(es) 850 conteúdos publicados	1,5 mil inscritas(os) 64 vídeos	84 seguidoras(es) desde janeiro de 2022 310 conteúdos publicados	429 comunicados destinados ao público interno com conteúdo de interesse de membras(os) e servidoras(es)

Somados aos canais anteriores, o programa **MP com Você**, com 12 (doze) entrevistas gravadas no estúdio da TV Assembleia em 2022, e o aplicativo **MPES Cidadão** complementam o mix de comunicação da instituição.

CANAIS DE RELACIONAMENTO

Sala de Atendimento à(ao) Cidadã(ão)

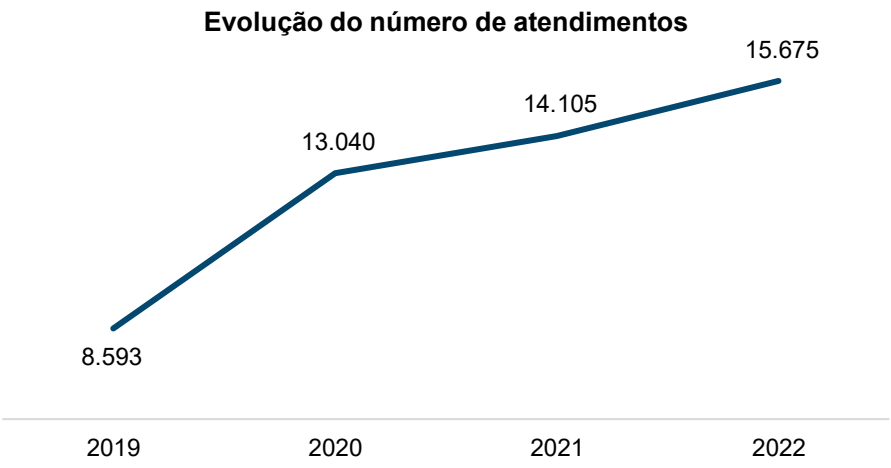
Com a melhora do cenário epidemiológico e sem as restrições anteriormente impostas, o MPES retomou em 2022, a utilizar as Salas de Atendimento ao Cidadão, presentes em todas as Promotorias de Justiça do Estado do Espírito Santo desde 2019. Assim, o MPES tem dado continuidade ao seu atendimento humanizado, notadamente pela utilização das referidas salas que possibilitam uma primeira acolhida mais reservada, com foco no respeito à dignidade da pessoa humana.

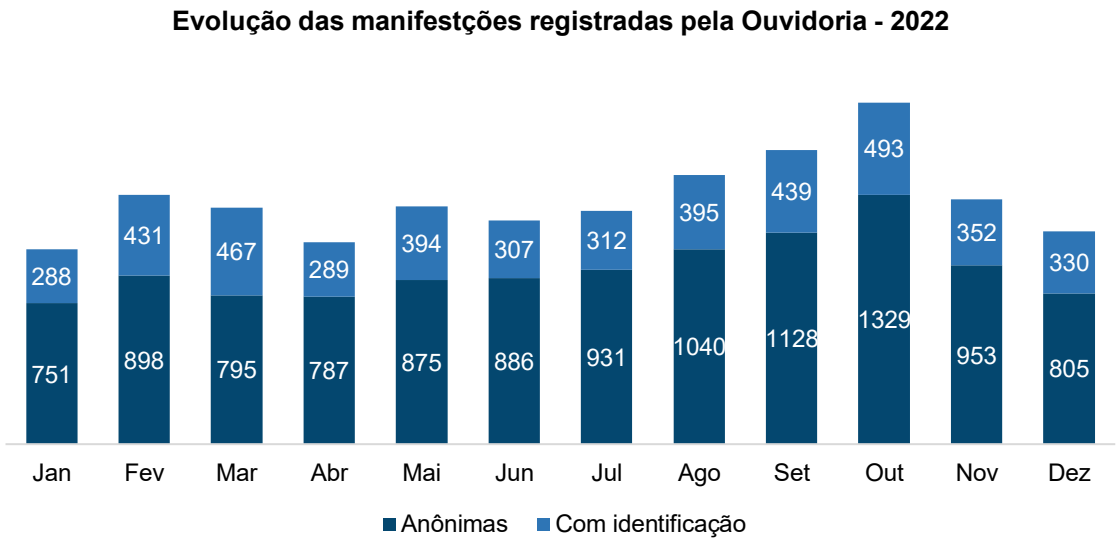
Sala do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição de Conflitos

Criada com o objetivo de ampliar cada vez mais a busca de soluções consensuais, evitando a judicialização sempre que possível, a sala do Núcleo Permanente de Autocomposição de Conflitos, Controvérsias e Problemas (Nupa) é um espaço multiuso, planejado com conceito de acolhimento, voltado para os métodos de autocomposição de conflitos, tais como a mediação, a negociação e as práticas restaurativas. A sala localizada na Promotoria de Justiça Cível de Vitória é aberta para receber as(os) integrantes da instituição e a sociedade.

Ouvidoria

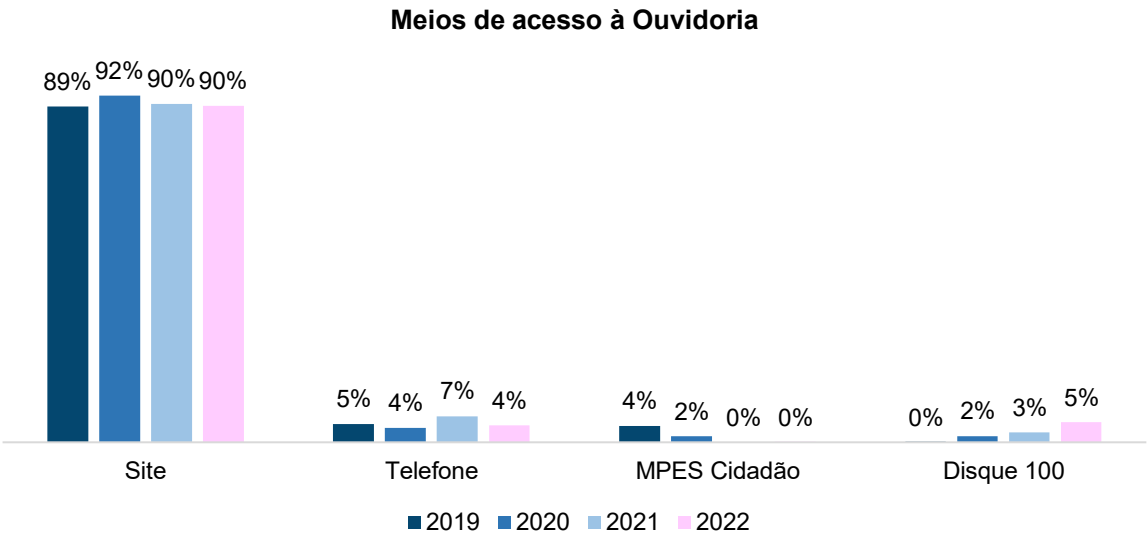
A Ouvidoria no MPES, criada com a finalidade de aperfeiçoar o canal de atendimento ao público, com recebimento de denúncias, notícias, reclamações, sugestões, elogios e críticas da(o) cidadã(ão), tem apresentado números expressivos de atendimentos nos últimos anos, de acordo com os dados do sistema Ouvidoria do MPES.





Observou-se que os meses de setembro e outubro foram os de maior número de manifestações, sobretudo no período eleitoral, em que a Ouvidoria trabalhou em regime de plantão nos dias 01, 02, 29 e 30 de outubro, para melhor atender às demandas eleitorais do cidadão. Nessas datas, foram recebidas e realizado o tratamento de 138 (cento e trinta e oito) manifestações eleitorais no 1º turno e 287 (duzentas e oitenta e sete) manifestações no 2º turno das eleições.

Da totalidade de manifestações registradas, até o final de 2022, 98% (noventa e oito por cento) foram finalizadas e 11.178 (onze mil cento e setenta e oito) ocorreram de forma anônima.



Os acessos por meio do site e do Disque 100 representaram 95% (noventa e cinco por cento) dos atendimentos, o que mostra a força e a importância da prestação de serviços digitais às(aos) cidadãs(ãos).

Como forma de avaliar as manifestações da Ouvidoria quanto à satisfação e à resolutividade, desde 2018, existe um campo no sistema de "demandas positivas". Desde o início, foi possível identificar, aproximadamente, 1.095 (mil e noventa e cinco) manifestações que tiveram resolutividade por meio da Ouvidoria do MPES. Sendo 63 (sessenta e três) no ano de 2022.

Ouvidoria das Mulheres

Em 2021, a Ouvidoria passou a ter um canal específico para o atendimento especializado às mulheres. O conceito parte da necessidade de prestar um atendimento diferenciado ao público feminino que busca amparo no MPES. Em 2022, registrou-se 230 (duzentas e trinta) manifestações, sendo um total de 316 (trezentas e dezesseis) desde o início de sua implementação.

Os canais de atendimento da Ouvidoria das Mulheres são:

- Atendimento especializado, por meio do Ramal 1 do 127;
- WhatsApp: 27 99202-7596;
- E-mail: ouvidoriadasmulheres@mpes.mp.br;
- Site: http://ouvidoria.mpes.mp.br/;
- Aplicativo MPES Cidadão;
- Presencial.

WhatsApp para desempenho e cumprimento de atos finalísticos

Atentos às necessidades de incremento dos recursos atualmente disponíveis e de modernização dos sistemas de comunicação utilizados no MPES, cada unidade ministerial dispõe de um aparelho celular com pacote de dados. A utilização do aplicativo WhatsApp *Business* é restrita à comunicação de atos processuais durante o período de expediente das Promotorias de Justiça, entre 12 (doze) e 18 (dezoito) horas.

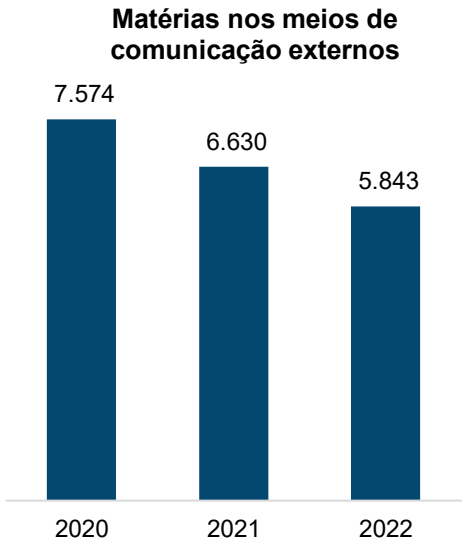
O número da linha telefônica é compartilhado com as(os) cidadãs(ãos) e as instituições públicas e privadas.

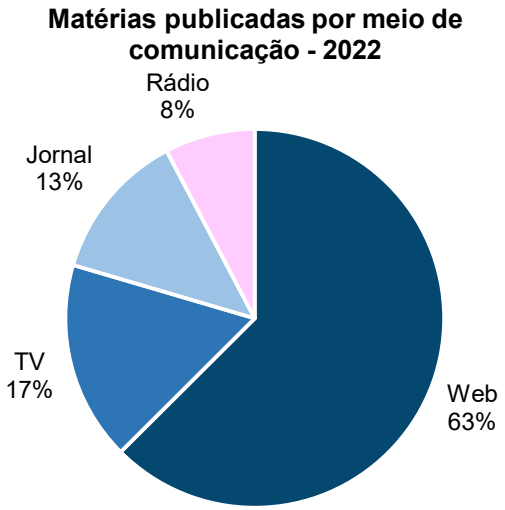
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO MPES

Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Comunicação Social atendeu, em 2022, 678 (seiscentas e setenta e oito) demandas da imprensa e 718 (setecentas e dezoito) encaminhadas por membras(os) do MPES. Além disso, a ASCM prestou serviços na cobertura de 12 (operações) operações e em 44 (quarenta e quatro) campanhas desenvolvidas pela instituição. Dentre outros, pode ser destacado o total de 684 (seiscentos e oitenta e quatro) *releases* (matérias) produzidos e publicados no site institucional e outros 859 (oitocentos e cinquenta e nove) publicados na intranet.

Exposição na mídia





Cobertura MP Criminal

A ASCM, por solicitação do CACR, produziu e divulgou a campanha institucional "Você foi vítima de um crime?" nas redes sociais da instituição e na lista de transmissão do Whatsapp "Notícias MPES". Ao longo do projeto, foram gravados vídeos com oito membras(os) indicadas(os) pelo Dirigente e pelo Gabinete da PGJ. No canal do Youtube, foi criada uma playlist onde também estão disponíveis os vídeos da campanha.

Além disso, foi produzida para as redes sociais da instituição a campanha "Tribunal do Júri - 200 anos", contando com a participação de membras(os) e consistiu em sanar dúvidas comuns da população sobre os julgamentos no Tribunal do Júri, por meio de uma linguagem simples e direta. Ainda no tocante a essa temática, a ASCM deu continuidade à divulgação do importante trabalho desenvolvido pelas(os) membras(os) que atuam no Tribunal do Júri na Grande Vitória, acompanhando os julgamentos de casos de grande repercussão no Estado e de abrangência nacional e até internacional, como o júri dos dois capixabas assassinos confessos da mineira Ana Paula Feitosa, morta em Los Angeles, nos Estados Unidos. O caso, inédito no Brasil, chamou a atenção porque o crime foi cometido em outro país (extraterritorialidade) e a prisão e o julgamento ocorreram em território nacional.

Destacou-se, também, a divulgação de operações do Gaeco e o suporte para coletivas de imprensa, como no caso da Operação Decanter.

Revista de Direitos Humanos do Ministério Público

A Revista Eletrônica do Grupo Nacional de Direitos Humanos (https://medium.com/revista-gndh) é uma publicação semestral que tem como objetivo divulgar comunicados, jurisprudência, eventos, links para leitura artigos, legislações, enunciados, entre as informações da atuação do grupo e dar visibilidade ao trabalho realizado pelas Comissões Permanentes que atuam junto ao Grupo.

Durante o ano de 2022, a presidência do Grupo foi exercida pela Procuradora-Geral de Justiça do MPES que vislumbrou esse meio de comunicação e, dessa forma, a Assessoria de Comunicação do MPES deu suporte ao Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) na produção do layout e na preparação das matérias das 2 (duas) edições lançadas em 2022 abordando temas como violência de gênero, importância do movimento em prol dos direitos das vítimas, saúde, educação, meio ambiente, infância e juventude.

Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Dimpes

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Dimpes é o canal de comunicação das publicações oficiais do MPES. Foi instituído pela Portaria PGJ nº 8.560, de 8 de agosto de 2019, que atribuiu à Assessoria Legislativa (ALE), no art. 7º, § 1º, a responsabilidade de inserir e publicar as matérias oriundas das Promotorias de Justiça, dos Centros de Apoio Operacional, das Coordenadorias Finalísticas, dos Núcleos e dos Grupos Especiais de Trabalho. O conteúdo do Dimpes pode ser acessado no campo “Serviços” constante do site da instituição.

Em 2022, foram incluídas e publicadas 4.600 (quatro mil e seiscentas) matérias no Dimpes, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência. Além disso, em conjunto com a CINF, a ferramenta foi aperfeiçoada de forma a possibilitar que as unidades organizacionais supracitadas tenham acesso ao Dimpes e à inclusão das matérias para a publicação oficial.

Portal Legislação

Trata-se de importante ferramenta de gestão e publicidade dos atos normativos do MPES. Cabe à ALE a manutenção e a atualização deste sítio. A ferramenta possibilita o acesso à(ao) cidadã(ão) por meio do endereço https://mpes.legislacaocompilada.com.br/legislacao/.

Em 2022, a ALE inseriu no Portal Legislação um total de 520 (quinhentos e vinte) documentos publicados no Diário Oficial Eletrônico do MPES – Dimpes, como portarias, resoluções, editais, fluxo e rotinas, sem prejuízo da manutenção da atividade de atualização do Portal por meio da inclusão de normativas antigas, referentes aos exercícios anteriores.

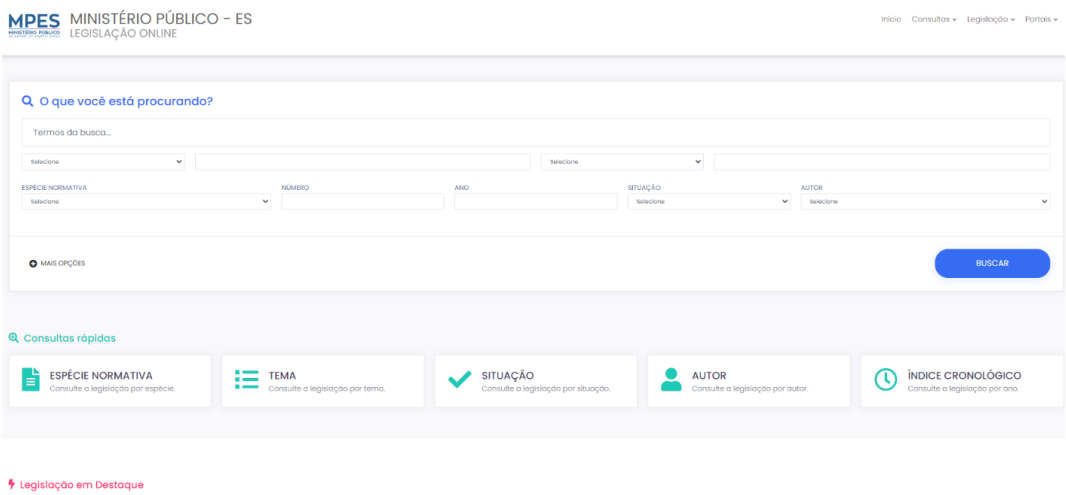
Com o objetivo de entregar produtos mais robustos, transparentes, seguros e completos, a ALE passou a desenvolver o ciclo da gestão do portal em sua totalidade, com muitas melhorias, as quais se destacaram:

- Atualização do portal;
- URL com domínio para o MPES;
- Pesquisa através de consultas simples, avançada, por espécie, por tema, por situação, por autor e por índice cronológico;
- Informação na página inicial do Portal sobre a periodicidade de atualização do Portal;
- Pesquisa através da Legislação Federal, Legislação Estadual e Legislação CNMP;
- Backups de segurança das informações inseridas no Portal.

Além disso, para facilitar a análise das normativas, a referida assessoria busca disponibilizar no Portal Legislação 3 (três) tipos de documentos, que são:

1. Apresentação do ato em texto completo com todas as alterações em destaque, devidamente linkadas, de forma que as alterações se tornem compreensíveis para as(os) usuárias(os), em razão da visualização, no mesmo documento, da redação antiga e da vigente;
2. Texto consolidado das normas contendo apenas as disposições vigentes;
3. Texto original publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (DIO/ES), Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Dimpes ou outro arquivo em "PDF".

Convém destacar, ainda, que, de acordo com o diagnóstico apresentado pela Comissão de Acompanhamento Legislativo e de Jurisprudência (CALJ) do CNMP, o Portal Legislação do MPES é o sistema que apresenta a melhor experiência na consulta de informações, por se tratar de ferramenta eletrônica eficiente e intuitiva de pesquisa a diversas normativas da instituição, além de acessar diretamente outras bases de dados, como a legislação estadual (*https://www3.al.es.gov.br/legislacao/);* a legislação federal (*http://www4.planalto.gov.br/legislacao/)* e a legislação do CNMP *(https://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-separador/atos-e-normas-resultados).*



Memorial

As atividades desenvolvidas pelo Memorial buscam o fortalecimento da comunicação institucional com a sociedade e com seus integrantes. Para isso, registra e conta a história do MPES a partir da organização do acervo documental, de imagem e som, realização de pesquisas, exposições, seminários, simpósios e publicações, preservando, assim, a memória.

Atuação do MPES em casos de grande repercussão social

O projeto, iniciado em 2021, valoriza a história do MPES e o trabalho desenvolvido por Promotoras(es) e Procuradoras(es) de Justiça a partir da divulgação das ações que se destacaram nas searas civil e criminal, iniciando pelo tribunal do júri.

O piloto dessa ação analisa o caso Gabriela Chermont, que teve julgamento após 24 (vinte e quatro) anos de processo. Além de dar transparência à atuação das(os) membras(os) do MPES e demonstrar o princípio de unidade do Ministério Público, busca-se mostrar que há uma nova era na persecução criminal no Brasil, com novas leis e com menos impunidade, na qual a(o) ré(u) condenada(o) à pena igual ou superior a 15 (quinze) anos sai presa(o) do julgamento (art. 492, inciso I, “e”, do Código de Processo Penal). Espera-se, ainda, que a publicização das ações do Ministério Público que se destacaram em prol da Justiça e do bem da coletividade sejam um mecanismo de desestímulo à criminalidade.

Em 2022, a fase do piloto do projeto Atuação do MPES em casos de grande repercussão social foi a de lançamento do vídeo produzido a partir de entrevistas realizadas pelo Memorial com membras(os) que atuaram no processo, com a mãe da vítima e com a Procuradora-Geral de Justiça, Luciana Gomes Ferreira de Andrade.

Galeria Virtual de Procuradoras(es)-Gerais de Justiça

A Galeria de Procuradoras(es)-Gerais de Justiça, localizada no *hall* do Edifício Promotor Edson Machado, sede da Procuradoria-Geral de Justiça, e replicada no auditório Promotor Déo Schneider, no térreo desse edifício, passou, em 2021, por um processo de substituição das fotografias, pois as imagens estavam avariadas pela

ação do tempo. Além disso, havia a necessidade de gerar espaço para inserir a foto da atual Procuradora-Geral de Justiça, Luciana Gomes Ferreira de Andrade, e de futuras(os) sucessoras(es).

A galeria, que possui uma versão virtual no site institucional, é uma forma de ampliar os meios de divulgação da história institucional e contribuir para o entendimento das(os) cidadãs(ãos) acerca da trajetória do MPES.

Em 2022, foi proposta e desenvolvido um protótipo de galeria virtual de Corregedoras(es)-Gerais com estrutura similar à de Procuradoras(es)-Gerais. Para tanto, foram realizadas pesquisas de fotos e de dados da atuação de cada Corregedora (Corregedor)-Geral do MPES e elaboração de perfil biográfico para comporem a galeria, que está em fase de aprovação.

Livro do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP)

O projeto do Memorial do MPES teve como objetivo a publicação de edição revista e ampliada do livro Memórias do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, de 2016.

Já foram realizados os fichamentos das atas do CNOMP referentes ao período 2017 a 2021 e elaboração e envio de questionário eletrônico às unidades do Ministério Público brasileiro para coleta de dados e sugestões de conteúdo para a obra. Para apoio na consecução do Projeto, foi firmado termo de serviço voluntário com o Procurador de Justiça aposentado Sérgio Dário Machado, que se prontificou a ser o interlocutor entre o CNOMP e o MPES para viabilizar o projeto.

Memória dos prédios do MPES no Centro de Vitória

Trata-se de registros histórico acerca do uso de dois espaços pertencentes ao MPES no Centro da Capital antes de lhes dar nova destinação. Nesse caso, um edifício de três pavimentos onde funcionou a Promotoria de Justiça Cível de Vitória e de algumas salas no Ed. Anchieta, que abrigou diversos setores da instituição.

Para registrar as memórias desses espaços, o Memorial elaborou o projeto visando à produção de vídeos, independentes, dos espaços. Em 2022, foi elaborado o roteiro de vídeo para o projeto.

Simpósio Capixaba de Memória Institucional

O Simpósio Capixaba de Memória Institucional é um evento criado com o objetivo de debater a preservação da memória e a construção da história das instituições e fortalecer a identidade do MPES perante a sociedade capixaba. Em 2022, foi realizada a décima edição desse evento, pela primeira vez em forma virtual, com o tema “A presença feminina na carreira jurídica”.

O evento atraiu profissionais e estudantes da área de ciências humanas, representantes de instituições públicas e privadas do Estado e do País, membras(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) do MPES.

Pesquisa documental

A atividade de pesquisa documental fundamenta o trabalho desenvolvido pelo Memorial do MPES com vistas à construção e à preservação da memória institucional. São realizadas, principalmente, nos acervos documentais de diversos setores do MPES, no DIO/ES, Dimpes e na Hemeroteca Digital Brasileira. Destacaram-se, em 2022, a conclusão de artigo referente aos 130 (cento e trinta) anos do MPES e a realização de pesquisa sobre o Ceaf para fundamentar um artigo acerca dos 30 (trinta) anos da unidade.

Diálogo e Autocomposição

Controle de Constitucionalidade

O projeto desenvolvido pelo Nupa visou a adequação de diplomas legais estaduais e municipais à Constituição Federal e/ou Estadual, através de um novo modelo de atuação autocompositiva, pois, por meio do estímulo ao diálogo, promove resoluções consensuais e extrajudiciais.

Foram realizadas reuniões autocompositivas com os Poderes Executivo e Legislativo de diversos municípios do Estado do Espírito Santo, obtendo-se a revogação e/ou alteração da norma legal inconstitucional por resolução extrajudicial em 64% (sessenta e quatro por cento) das demandas concluídas pelo Nupa em 2022.

Vale ressaltar que dessas demandas, 28% (vinte e oito por cento) foram encaminhados à Procuradora-Geral de Justiça com sugestão de propositura de ação direta de constitucionalidade (ADI) e em 8% (oito por cento) não foi identificada inconstitucionalidade pelo Núcleo.

Circulando e Conversando

Em uma sociedade cada vez mais complexa e, consequentemente, com demandas de diversas matérias, a capacidade de diálogo é essencial às instituições. No entanto, assim como a maioria das organizações, o MPES vem desenvolvendo essa habilidade, visto que não possui mediadores capacitados para atender às diversas demandas extrajudiciais que chegam à instituição.

Sabe-se que a mediação de conflitos é uma atividade técnica que necessita de capacitação mínima por meio de profissionais qualificados e que a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição, estabelecida pela Resolução CNMP nº 118, de 1º de dezembro de 2014, inclui a mediação entre os métodos de resolução de conflitos que devem ser estimulados no âmbito do Ministério Público.

Dessa forma, o projeto Circulando e Conversando, desenvolvido pelo Nupa, teve como intuito disseminar conhecimento sobre a atividade de autocomposição na resolução de conflitos, controvérsias e problemas, nas promotorias do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio de encontros e capacitações sobre a atividade de autocomposição e nas técnicas para tratamento de conflitos, controvérsias e problemas.

Foram realizadas 2 (duas) capacitações, em formato virtual:

- Projeto Harvard de Negociação, com carga horária de 2h e a participação de 193 (cento e noventa e três) pessoas entre membras(os) e servidoras(es);
- Desenho de Sistema de Conflito, com carga horária de 2h e a participação de 108 (cento e oito) pessoas entre membras(os) e servidoras(es).

Atuações de destaque na autocomposição de conflitos

Destacaram-se, em 2022, ações com o envolvimento do Nupa, com resultados práticos:

- Mediação com Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o MPES, a pessoa jurídica Antara Beach Restaurante Ltda. e o Município de Guarapari;
- Mediação com Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o MPES, a pessoa jurídica Península de Meaípe Eventos Ltda. (Café de La Musique) e o Município de Guarapari;
- Termo de Acordo relacionado ao Plano Diretor Municipal de Vila Velha;
- Mediação no Caso Rio Doce, com participação nas reuniões junto ao GTRD.

Governança, gestão e sustentabilidade

GOVERNANÇA DE TI

Em um contexto de um mundo cada vez mais digital, a assertividade em relação às ações direcionadas à tecnologia da informação tem um enorme peso na tomada de decisão das organizações. No MPES não é diferente. Por isso, com o foco na melhoria contínua dos instrumentos de governança e gestão, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) passou por uma reformulação na sua estrutura no ano de 2021.

Para melhor tratativa das demandas, no Comitê, que tem dentre as suas atribuições deliberar sobre as novas políticas, princípios e diretrizes de TI, alinhados aos objetivos estratégicos da instituição, bem como, sobre a priorização dos investimentos em TI, foram criados 2 (dois) Subcomitês: Gestor de Sistemas de Áreas Meio e Fim e o Subcomitê de Inovação Tecnológica.

Em 2022, tramitaram no Comitê 75 (setenta e cinco procedimentos) e nos Subcomitês 36 (trinta e seis). Além disso, o CETI realizou 7 (sete) reuniões, inclusive com o envolvimento de representantes de outros órgãos e instituições como TJES, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, Secretaria Estadual de Segurança Pública e Polícia Civil do Estado do Espírito Santo.

GESTÃO ORIENTADA A DADOS

Na condução das organizações, em sua governança e gestão, é imprescindível uma análise precisa dos dados disponíveis. Nessa linha, o MPES tem envidado esforços na viabilização de ferramentas e na construção de um ambiente que fomente tal cultura.

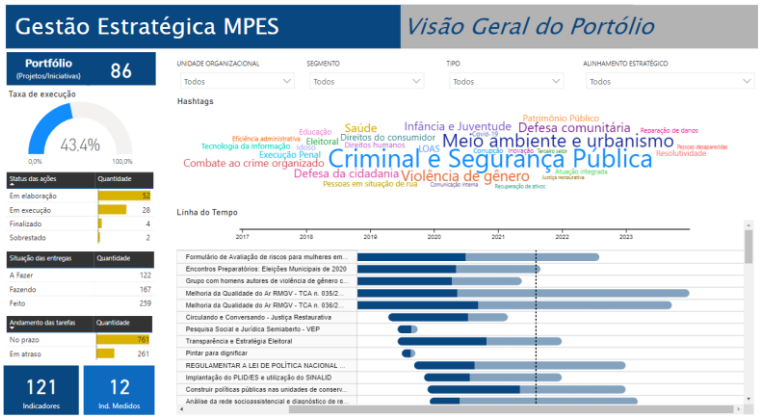
Nos últimos anos, foram adquiridas ferramentas de *Business Intelligence* (BI) e realizadas capacitações às(aos) membras(os) e às (aos) servidoras(es). Em 2022, foram implantadas novas ferramentas que permitem os seguintes avanços:

- Criação e visualização de relatórios e análises de dados em tempo real com a utilização da ferramenta Qlik Sense;
- Criação e gerenciamento de pipelines de dados complexos, automatizando o fluxo de trabalho e permitindo o monitoramento e controle das atividades de forma mais eficaz com a utilização do Apache Airflow;
- Construção e gerenciamento de pipelines de dados em tempo real com o Apache Nifi;
- Criação de um ambiente de desenvolvimento mais consistente e escalável para soluções de Data Science.

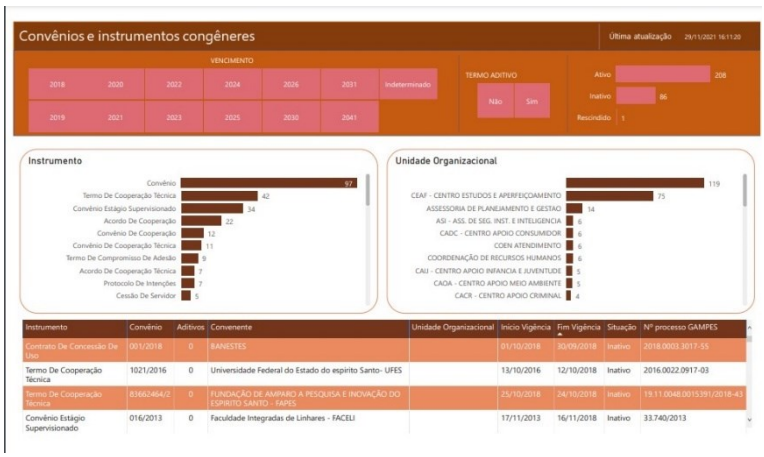
Essas ferramentas em conjunto permitem análises mais precisas dos dados, em tempo hábil, melhorando a tomada de decisão e proporcionando uma maior transparência nas atividades do MPES.

Como resultado, além das peças criadas nos anos anteriores e ainda em uso, e aquelas criadas e/ou aprimoradas em 2022, vale mencionar:

- Painel de Gestão Estratégica - possibilita a gestão e o acompanhamento da execução de projetos e ações desenvolvidos pelas unidades administrativas e finalísticas e que estejam devidamente cadastrados no Sistema de Gestão de Projetos e Processos - Inova.

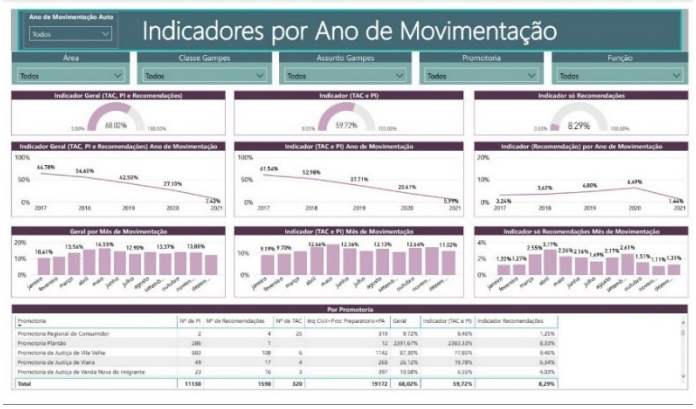


- Painel de Convênios - reúne de forma analítica os dados relativos a convênios e aditivos realizados pelo MPES;

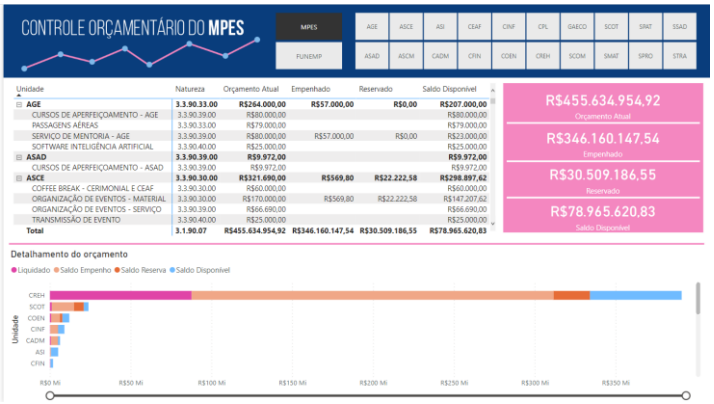


- Métricas e Indicadores de Produtividade e Eficácia - consiste no levantamento e no controle dos dados da atuação do MPES na área judicial, com o objetivo de garantir a gestão estratégica de dados para tomada de decisões administrativas e finalísticas. As tabelas - desenvolvidas em moldes similares aos Anexos da Resolução CNMP nº 195/2019 - incluem classes, assuntos e movimentos relevantes da atuação judicial, a partir de 6 (seis) grandes áreas: cível, infância e juventude (cível), criminal, ato infracional, eleitoral e justiça multiportas. A inovação está no levantamento de dados e no desenvolvimento de indicadores não considerados pelo CNMP na referida Resolução, a exemplo da análise de liminares, sentenças, acórdãos ou decisões monocráticas favoráveis, desfavoráveis, inclusive com possibilidade de consulta qualitativa aos autos judiciais. A gestão desses resultados pode

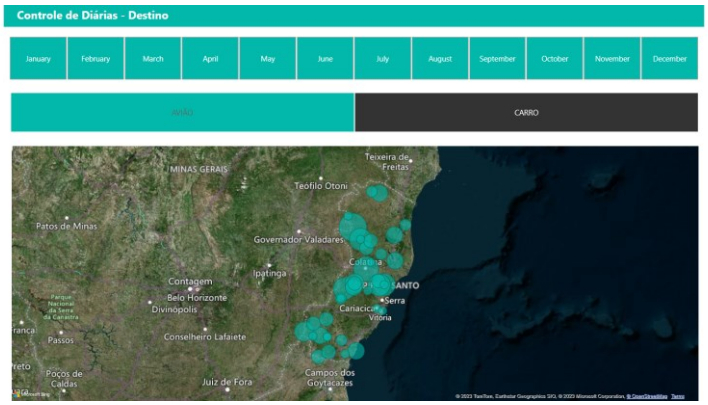
aumentar a efetividade de soluções judiciais e extrajudiciais: conhecer nossos resultados permite estabelecer padrões de sanções que serão utilizados para futuros Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e Acordos de Não Persecução Cível (ANPC).



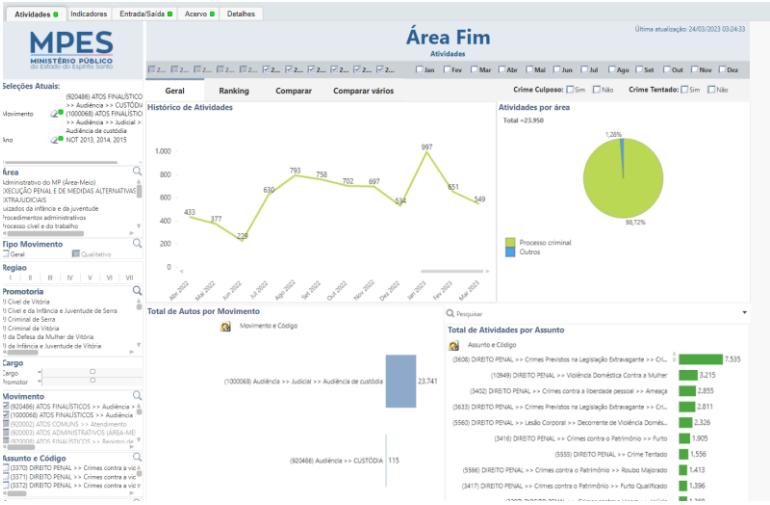
- Painel da(o) membra(o) – projetado especificamente para monitorar as atividades dos gabinetes de Promotoras(es) de Justiça e gerenciar as atividades finalísticas. A partir de sua análise, é possível tomar decisões e direcionar os recursos de maneira mais eficaz, no intuito de aumentar a eficiência da atuação do órgão de execução e, consequentemente, na entrega de resultados para a sociedade.
- Painel de Controle Orçamentário - é uma ferramenta que permite o controle e monitoramento dos gastos e do orçamento do MPES.



- Painel de Controle de Diárias - ferramenta que permite o controle e monitoramento dos gastos do MPES com diárias e passagens.



- Painel Área-Fim – consiste na análise de dados taxonômicos e métricas de movimentação processual e procedimental nos gabinetes das(os) Promotoras(es) de Justiça.



Por fim, para o controle, segurança e uso apropriado dos dados, faz-se necessária a gestão da informação, dos acessos e da manutenção dos painéis em funcionamento. Nesse sentido, está em andamento uma ação que visa mapear todos os painéis de BI em operação no MPES, realizar a gestão do acesso e a atualização dos painéis, além de documentar as informações específicas de cada *Dashboad* (fonte dos dados, finalidade, autoria, frequência de atualização, etc).

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade organizacional é um tema transversal e de relevância universal.

O Ministério Público tem adotado práticas sustentáveis em suas atividades. Para isso, utiliza, como paradigma as diretrizes da gestão sustentável, em todas suas dimensões, com foco precípuo nas pessoas, como o mais importante recurso institucional do MPES.

Nesse sentido, foram muitas as ações, das quais destacamos as principais no decorrer do presente Relatório.

Oportuno citar aqui o planejamento para o desenvolvimento de programas voltados para o cuidado e a promoção do bem-estar e da saúde mental de todos os colaboradores do MPES, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado, reverberando na produtividade e na eficiência de um serviço público de qualidade à sociedade.

Destaca-se também a Portaria PGJ nº 1003/2022, que estabelece medidas de racionalização de despesas no âmbito do MPES, visando garantir a sustentabilidade financeira da instituição e preservar o interesse público.

Igualmente, cita-se a campanha 'MPES Sustentável', cujo objetivo é o de conscientizar sobre a importância da adequada gestão dos recursos públicos, contribuindo para a construção de uma instituição mais eficiente e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

EFICIÊNCIA NA GESTÃO

Implantação do CidadES - Contratação

O MPES é parte integrante de um grande ecossistema e interage, diariamente, com instituições públicas e privadas. Dessa forma, as informações geradas devem ser coesas e confiáveis, possibilitando o acompanhamento de alguns órgãos e, principalmente, da(o) cidadã(ão).

Por isso, está implantado o módulo Contratação do sistema CidadES, estruturado pelo TCEES. A ferramenta tem como objetivo o encaminhamento de informações relativas a licitações, contratos e contratações em geral ao Órgão de Contas.

Para cumprimento dos requisitos impostos pelo TCEES, o Grupo de Trabalho, instituído para implantação do citado módulo, trabalhou na revisão de processos e das atribuições das unidades e, ainda, na adaptação do sistema Nexus.

Com a conclusão do desenvolvimento sistêmico, foi possível concentrar os esforços nos testes, inclusive de remessa de dados ao TCEES, e, concomitantemente, identificar melhorias e repensar as rotinas executadas frente ao novo modelo estabelecido.

Após a entrada em produção do sistema em meados do primeiro semestre de 2022, ainda foram empenhados esforços no sentido de corrigir as intercorrências surgidas com o início do funcionamento e de garantir que em 2023 todas as adaptações sistêmicas advindas da nova lei de licitações e contratos estivessem implementadas.

Revisão dos processos que envolvem a Coordenação de Recursos Humanos

A revisão dos processos de trabalho da Coordenação de Recursos Humanos (CREH) compõe um dos eixos que integram o Plano Diretor de Gestão de Pessoas e, no que concerne aos compromissos de gestão, eixo administrativo, assumidos pela Excelentíssima Procuradora-Geral de Justiça para o biênio 2020/2022.

Isso porque o aperfeiçoamento das rotinas e das ferramentas de trabalho possibilitam a descompressão da unidade organizacional na medida em que redirecionam o tempo empreendido na execução de demandas operacionais para outras atividades que necessitam de capital humano qualificado; e essa, por sua vez, o realinhamento da equipe que deixa o âmbito departamental em direção à gestão estratégica de pessoas.

O modelo de gestão de processos empregado tem por objetivo rever todo arcabouço que envolve a rotina: normativas institucionais, papéis e responsabilidades, atividades que não agregam valor, transparência do processo, tempo de execução, eficiência operacional, entre outros. Ressalta-se, ainda, o empenho na automação e na integração de sistemas com vistas a um repositório único de dados, o que reduz o percentual de erros humanos quando do tratamento por meio de controles múltiplos e paralelos.

Foram revisitadas 17 (dezessete) rotinas ao longo de 2022, sendo imprescindível destacar a necessidade de alterações no sistema Nexus para sua implementação.

Implantação da LGPD

Com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), fica definido que qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, deve ter como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Além disso, por meio da Emenda Constitucional n.º 115/2022, a proteção de dados pessoais passou a ser um direito fundamental. Desta forma, a administração pública na condição de detentora e controladora de dados pessoais, deve, portanto, conferir tratamento adequado dos dados pessoais.

Nesse sentido, a partir da criação do Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (CEPDAP) no MPES, foram estruturadas ações para adequar o MPES aos requisitos definidos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), aqui em síntese:

- Plano de Comunicação interna e externa referente à temática e difusão da Lei;
- Avaliação situacional da instituição com o mapeamento de processos críticos e sistemas de segurança;
- Capacitação e conscientização ampliada para as(os) colaboradoras(es) do MPES;
- Identificação do fluxo e mapeamento de dados;
- Levantamento das lacunas, riscos e diagnóstico;
- Elaboração de plano de ação, notadamente de resposta a incidentes;
- Adaptação dos instrumentos necessários e implantação de programa de governança.

Considerando a complexidade e a transversalidade da LGPD, a equipe criada para a implantação no MPES é multidisciplinar e as(os) integrantes do CETI já estão sendo capacitadas(os) nos níveis exigidos.

No que tange à capacitação das(os) colaboradoras(es) do MPES, estão sendo realizadas desde o mês de setembro de 2021, contemplando as seguintes capacitações em diferentes níveis de conhecimento:

- Nível 1: Treinamento Corporativo Introdutório, com carga horária total de 158h e 30min (266 pessoas capacitadas);
- Nível 2: Combo EAD contemplando conteúdos sobre LGPD Essencial, Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento, totalizando 1.058 (mil e cinquenta e oito) horas (46 pessoas capacitadas);
- Nível 3: Curso de Privacidade e Proteção de Dados, com conteúdos mais aprofundados sobre o tema, com carga horária de 888 (oitocentas e oitenta e oito) horas (12 pessoas capacitadas – 4 pessoas com Certificação Data Privacy Brasil);
- Curso "Proteção de Dados no Setor Público", totalizando 264 (duzentas e sessenta e quatro) horas (22 pessoas capacitadas) .

MONITORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Auditoria Interna e Controle

Gestão Previdenciária

Observando-se a Instrução Normativa do TCEES nº 68/2020, a Assessoria de Auditoria Interna e Controle (Audinc) identificou pontos de controle específicos no que se refere à gestão previdenciária na instituição.

Para avançar nas análises, foi desenvolvido, em conjunto com a AGE/UIS, um relatório em ferramenta de BI com referência aos valores devidos, retidos e pagos. O relatório encontra-se em fase de validação dos valores.

Contudo, já foi possível iniciar análises pormenorizadas e detalhadas no exercício de 2022, em que se observou e promoveu uma regular conformidade da gestão previdenciária, tendo em vista a execução de retenção e recolhimento do período indicado.

Execução de Auditoria Eletrônica do Teto Remuneratório

Ordinariamente, a Audinc realiza ação de auditoria no teto remuneratório e, para o ano de 2022, também foi realizada a avaliação semestral no que tange ao pagamento de servidoras(es) efetivas(os) e comissionadas(os) deste Ministério Público. A área em análise é o Serviço de Folha de Pagamento (SFPG), que compõe a Coordenação de Recursos Humanos.

De acordo com o Plano Anual de Atividades de Controle e Fiscalização (PACOFI/2022), fixou-se como metodologia de trabalho a análise automática, capaz de informar dentre todo o universo de pessoas e pagamentos, se houve algum pagamento acima do limite legal e em que mês houve essa ocorrência, considerando o mês de competência.

Para melhor sistematizar os dados, a exemplo do que já ocorre referente a membras(os) ativas(os), foi desenvolvido um painel elaborado por meio de uma solução de BI como ferramenta de verificação dessa ação de auditoria, sendo possível automatizar a análise. Com essa ferramenta, houve a checagem integral dos valores recebidos no período de janeiro a novembro de 2022 de todas(os) as(os) servidoras(os) efetivas(os) e comissionadas(os).

Como resultado, não foi evidenciada nenhuma inconsistência considerando as informações apresentadas na ferramenta que foram alimentadas com dados da folha de pagamento e, ainda, considerando o pagamento por competência.

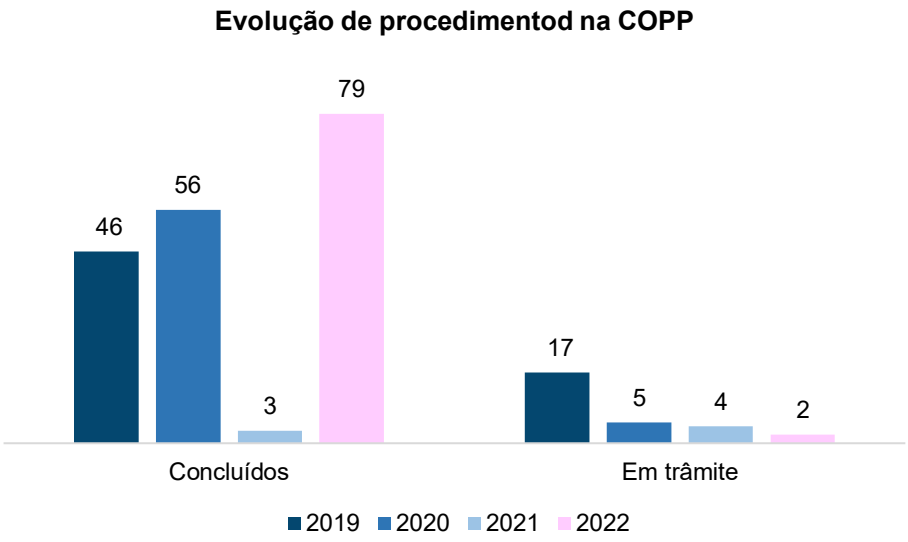
Além disso, em 2022, a ação de auditoria eletrônica do teto remuneratório seguiu sendo executada para todas(os) as(os) membras(os) ativas(os), concluindo-se pela conformidade dos pagamentos no que se refere ao limite do teto constitucional.

Outras ações

- Análise da documentação da Prestação de Contas Anual (PCA);
- Análise dos Pontos de Controle da PCA;
- Acompanhamento do envio da PCA e das Prestações de Contas Mensais no TCEES;
- Análise e emissão de pareceres nos Relatórios de Gestão Fiscal;
- Controle preventivo no patrimônio mobiliário;
- Acompanhamento de Grupos de trabalho (REINF, LGPD, eSocial, CidadES);
- Atendimento aos órgãos de controle externo - TCEES e CNMP;
- Análise e Emissão de Parecer nos Processos de Admissão de Pessoal;
- Ato de Encerramento do Exercício;
- Atendimento de demandas do Gabinete da PGJ e da Gerência-Geral relacionadas à governança, contribuindo com apontamento de riscos e propostas de encaminhamentos a melhorias
- Capacitação do quadro de pessoal, com participação das(os) servidoras(es) em 14 (quatorze) cursos em 2022;
- Revisão e atualização das normativas, dos riscos e papéis de trabalho da Audinc, destacando-se a propositura de projeto de implantação do Sistema de Controle Interno;
- Participação no Conselho Estadual de Controle Interno (CECI).

Comissão Permanente Processante

Na busca pela atuação de suas(seus) servidoras(es) sempre condizente com a responsabilidade constitucional e com a expectativa da sociedade, o MPES tem, em sua estrutura, a Comissão Permanente Processante (COPP), a quem compete instruir sindicâncias e processos administrativos disciplinares, instaurados em face de servidoras(es) efetivas(os) e comissionadas(os).



Ao longo do ano de 2022, não foi instaurado processo administrativo disciplinar. No período, a Comissão deu andamento a todos os procedimentos, não se encontrando nenhum procedimento sem a devida manifestação da COPP.

Atividade investigativa e de inteligência

Laboratório de Extração e Análise de Dados do Ministério Público

A ação relacionada ao Laboratório de Extração e Análise de Dados do Ministério Público (LEAD), desenvolvida pelo Gaeco, teve como objetivo a formalização de protocolos adotados nas extrações de dados de mídias e aparelhos eletrônicos, assim como a aquisição de novas tecnologias e capacitação de servidoras(es).

No ano de 2020, o ambiente foi implementado com as diretrizes processuais e com os equipamentos forenses necessários à atividade. Foi ainda elaborada minuta da formalização dos protocolos em desenvolvimento pela Coordenação do Gaeco e a área técnica da unidade.

O LEAD, em 2022, realizou 646 (seiscentas e quarenta e seis) extrações de dados de aparelhos celulares, 75 (setenta e cinco) mídias copiadas em um total de 258 (duzentos e cinquenta e oito) aparelhos.

Observatório de Jurisprudências e Precedentes de Processo Civil e impacto do CPC no Processo Penal

A iniciativa do Núcleo Permanente de Direito Processual Civil e Impactos do Novo CPC (Nuproc) é fruto da necessidade de difundir o conhecimento e a utilização de jurisprudências e teses atualizadas das Cortes Superiores e do TJES em temas de processo civil.

Para isso, busca uma base de comparação entre as jurisprudências e as teses do STF, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e TJES em temas de processo civil para averiguar: o entendimento majoritário no âmbito da Corte ou Tribunal; eventual diferença de entendimentos, possibilitando a interposição de recurso pelo *parquet*; ou o reforço do entendimento no Tribunal e nas Cortes Superiores para subsidiar o entendimento a ser defendido pelo MPES.

Essas informações, disponibilizadas em um painel de BI, possibilitaram a criação de um modelo de divulgação de jurisprudências e teses das Cortes Superiores que, eventualmente, pode ser utilizado pelos Centros de Apoio Operacional para cumprir a previsão do art. 3º, inciso II, da Resolução COPJ nº 022, de 16 de dezembro de 2019.

Assim, no ano de 2022, foi concluído o painel de BI para divulgação de jurisprudências e teses de processo civil em Tribunais Superiores e TJES nos temas mais relevantes para atuação do MPES.

Identificação das demandas coletivas do consumidor no território brasileiro

A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) fixando tese envolvendo a competência das ações coletivas no julgamento do tema 1075, tornou-se necessário discutir estratégias de atuação e implementação da unidade nacional na defesa do consumidor.

Assim, o Nuproc desenvolveu a presente iniciativa com o intuito de construir propostas para melhoria na gestão dos dados, na instrução, na atuação extraprocessual e estratégica, no impedimento de litispendência, na identidade e/ou necessidade de reunião de processos.

Para tanto foram identificadas as demandas coletivas de consumo no âmbito do MPES, criada taxonomia para identificar a dimensão regional ou nacional da demanda coletiva de consumo e apresentadas diretrizes para melhoria na gestão de dados para identificação das demandas coletivas do consumidor.

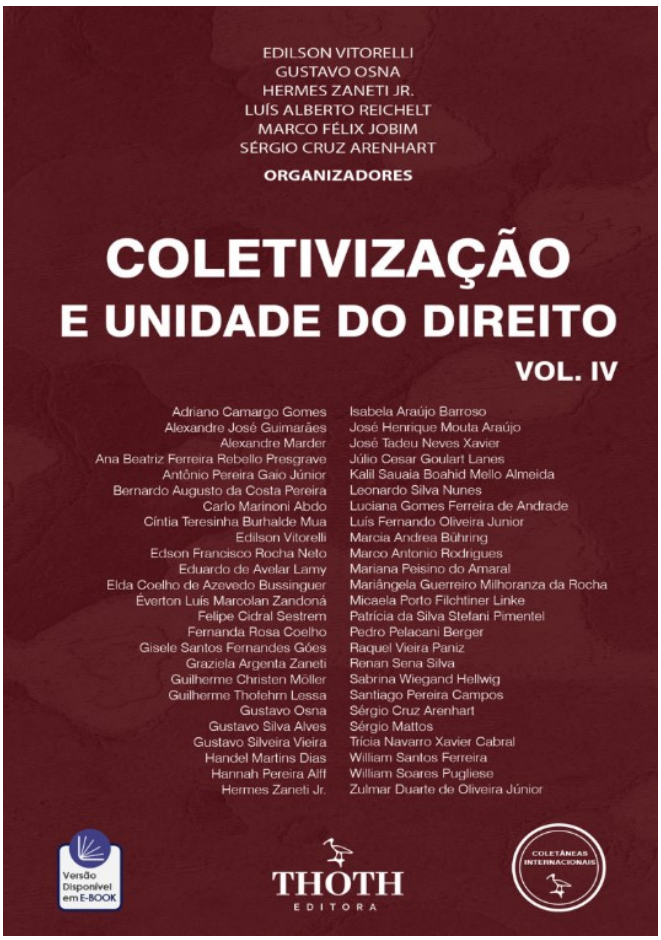
Tempo e resultado das ações de improbidade administrativa

Com as alterações ocorridas na Lei de Improbidade Administrativa, notadamente as relacionadas ao regime de prescrição, o tempo passou a ser um fator essencial para a tutela adequada da probidade administrativa na atuação do MPES.

Assim, o Nuproc, em conjunto com o Serviço de Pesquisas do Ceaf e a AGE/UIS desenvolveu uma pesquisa de dados sobre o tempo e o resultado dessas no âmbito do TJES em sede de recurso de apelação, a fim de possibilitar tendências ou hipóteses que possam levar a uma melhora na atuação estratégica do MPES nas ações de improbidade administrativa.

A pesquisa foi realizada e concluída no ano de 2022, com disponibilização das informações em Painel de BI a fim de garantir publicidade e análise coordenada, consistente e continuada dos dados.

Além disso, foi elaborado um relatório com as conclusões obtidas a partir das pesquisas e com a identificação de pontos sensíveis que podem aumentar a eficácia e a efetividade processual na atuação do MPES, sendo publicado em dezembro de 2022 no livro “Coletivização e Unidade do Direito”.



Painel Nuproc

Por meio da criação e da disponibilização de um painel de dados da atuação na área processual civil, o MPES terá maior transparência em relação aos dados de sua atuação processual civil.

Com a iniciativa, passa a ser possível visualizar, de forma mais amigável, a efetividade das técnicas processuais utilizadas pelo MPES e, depois, permitir ao Nuproc a sugestão de estratégias de atuação a partir da análise dos dados.

Além de auxiliar na mensuração e na proposição de estratégias, a ferramenta facilita a prestação de contas à sociedade sobre a atuação do Ministério Público.

Após a disponibilização do painel, o Nuproc tem acompanhado e validado os comparativos anuais dos dados relacionados aos autos e os movimentos.

Atuação estratégica e integrada nos Tribunais Superiores

No ano de 2017, o STF decidiu que os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal possuem legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do MPF.

Com isso, tornou-se essencial implantar mecanismos e rotinas que garantissem mais integração entre as(os) membras(os) dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Sudeste (MPES, MPMG, MPRJ e MPSP), para o desenvolvimento de trabalho conjunto, visando fomentar e articular uma atuação estratégica integrada nos Tribunais Superiores a partir de áreas de interesse.

Assim, o Nuproc envolveu-se no grupo de trabalho instalado para instrumentalizar o Eixo III do acordo de cooperação firmado entre os Ministérios Públicos Estaduais do Sudeste, o que fomentou o desenvolvimento dessa iniciativa, a fim de aprimorar a participação do MPES na construção do planejamento e na execução de atuação estratégica e integrada entre os Ministérios Públicos Estaduais da Região Sudeste (MPES, MPMG, MPSP e MPRJ) perante os Tribunais Superiores.

Em 2022, a Coordenação do Núcleo participou de reuniões e da construção de teses jurídicas a serem apresentadas no STF e no Superior Tribunal de Justiça, além de auxiliar na elaboração de peças processuais em casos que envolvem temas afetos ao Ministério Público.

Conhecimento e aplicação de precedentes judiciais

O projeto desenvolvido pelo Nuproc tem como objetivo fomentar, junto aos órgãos de execução, a observância da aplicação dos precedentes normativos advindos dos Tribunais Superiores e do TJES, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais da Promotoria de Justiça, e a utilização da taxonomia da tabela de movimento específica.

Em 2022, foi iniciada a estruturação da capacitação a ser disponibilizadas aos órgãos de execução do MPES.

Perspectiva - Pessoas, Estrutura e Recursos

Novas habilidades para os novos tempos

Nas últimas décadas, o mundo vem passando por transformações disruptivas e, consequentemente, extremamente desafiadoras. Mas os avanços tecnológicos têm promovido imensuráveis modificações nas formas de convivência entre os seres humanos e destes com o planeta.

As certezas têm durado cada vez menos tempo. O passado está sendo, em diversas ocasiões, ressignificado. O idioma, a carreira, os credos, os costumes, as referências, tudo se refaz a todo instante. O que para alguns gera uma espécie de frenesi criativo em um mundo de possibilitadas, para outros torna a existência mais difícil e ruidosa.

Diante desse cenário, as narrativas são construídas, apropriando-se do que lhes convêm, e grupos de pessoas são atraídos e levados para campos opostos do debate público. Nesta disputa pela "razão" tornam-se imprescindíveis o fortalecimento e o equilíbrio das instituições para promoverem o diálogo na busca pela manutenção e pelo aprimoramento dos marcos civilizatórios.

Sendo o Ministério Público uma entidade vocacionada para a promoção da Justiça, ter um quadro pessoal atento e capacitado para o contemporâneo é condição obrigatória. Por isso, o MPES investe continuamente no aprimoramento técnico e intelectual das pessoas. Exemplo disso, é a formação acadêmica de pós-graduação, mestrado e doutorado, ofertada para suas(seus) membras(os), qualificando-as(os) para oferecer, cada vez mais, um trabalho de excelência. Além disso, no final de 2022, foram reiniciadas as tratativas para dar continuidade ao projeto de Gestão por Competências que impactará no desenvolvimento das carreiras dentro do MPES.

Cuidar de pessoas, que são o maior recurso da instituição, não se limita à capacitação. Por isso, além do investimento em ações que busquem melhorar a qualidade de vida das(dos) suas(seus) integrantes, o Ministério Público capixaba melhora, ano após ano, as suas estruturas tecnológicas (sistemas e equipamentos), mobiliária e imobiliária.

Nas páginas a seguir, serão apresentadas as ações, os números e os gráficos que demonstram parte do investimento feito no cuidado com às(aos) membras(os) e às(aos) servidoras(es) do MPES com os recursos públicos disponibilizados à instituição.

Capacitação e treinamento

Em tempos de tantas e aceleradas mudanças, faz-se indispensável o aprender e o reaprender constante, seja por parte do indivíduo, seja por parte das organizações. Logo, temas como a gestão do conhecimento e o aprimoramento das competências devem ser inseridos, cada vez mais, nas rotinas e, dessa forma, possibilitarão o enraizamento na cultura institucional. Esse entendimento é fundamental para que o ser humano seja colocado como elemento central nas ações de adaptação e preparação para o novo.

Nesse sentido, o Ceaf - órgão do MPES, que tem como competência, entre outras, a promoção e o aperfeiçoamento profissional e cultural, a atualização e a especialização do conhecimento de membras(os), servidoras(es) e estagiárias(os) - vem aprimorando e consolidando a gestão do conhecimento atento, sobretudo, à transformação do cenário onde o MPES se encontra. Além dos diversos eventos ofertados internamente, destaca-se que, em 2022, o Ceaf com o apoio da Administração Superior deu continuidade ao incentivo à capacitação de membras(os) do MPES por meio de concessão de bolsa de estudos. Foram concedidas 28 (vinte e oito) bolsas de estudos, sendo dezenove de mestrado e nove para doutorado, do Programa de Doutorado e Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais da Sociedade de Ensino Superior de Vitória LTDA (FDV). O investimento com bolsas de estudos neste período foi R$ 377.325,00 (trezentos e setenta e sete mil e trezentos e vinte e cinco reais).

Durante o ano de 2022, buscou-se dar mais um passo para aperfeiçoamento da gestão do conhecimento através do Ceaf. O credenciamento do Ceaf/MPES no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo como Escola de Governo, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, permite à unidade ofertar uma formação ainda mais alinhada com as demandas da profissão, por meio, por exemplo, de curso de pós-graduação lato sensu em Ministério Público Contemporâneo.

Na construção do seu plano de atividades educacionais, o Ceaf contou com a participação dos Centros de Apoio Operacional, dos Grupos Especiais de Trabalho, dos Núcleos e da Gerência-Geral, ocasião em que apontaram as demandas necessárias sobre a capacitação por área, com foco no aumento da eficiência e na melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade e ao atingimento dos objetivos estratégicos.

Para levar o conhecimento a membras(as) e servidoras(es), o Ceaf realizou palestras, cursos, encontros, *workshops*, seminários, etc., expandido sua presença por meio da modalidade híbrida. O planejamento e a formatação dos eventos consideram aspectos práticos e teóricos, utilizando uma metodologia dinâmica e interativa para que o dia a dia de membras(os) e servidoras(es) se torne mais produtivo e motivador, elevando os padrões técnicos e científicos

Vale ressaltar que, após a suspensão das atividades presenciais em 2020 e o retorno gradual em 2021, o planejamento de 2022 já incorporou como premissa a possibilidade da realização de eventos presencias e híbridos, por meio, geralmente, das plataformas *Microsoft Office 365* e *Moodle*.

Para suportar o desenvolvimento intelectual do MPES, o Ceaf tem, ainda, em sua estrutura o Serviço de Pesquisas (SEPE), responsável por estudos científicos relacionados ao direito, que, em 2022, realizou as seguintes atividades:

- atualização das informações para o Projeto Observatório de Jurisprudências e Precedentes de Processo Civil e Impacto do CPC no Processo Penal (auxílio ao Nuproc);
- desenvolvimento de Painel no Microsoft Power BI sobre os precedentes judiciais e jurisprudências elaboradas pelo STJ em matéria de direito processual civil (auxílio ao Nuproc);
- atualização da tabela dinâmica de acompanhamento de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) do TJES (auxílio ao Nuproc);
- realização e publicação da 2ª fase da pesquisa empírica sobre as ações de improbidade administrativa no âmbito do TJES como artigo científico em coletânea;
- realização da pesquisa de questões de Direito para aplicação dos processos seletivos de estagiária(o) de graduação e pós-graduação no âmbito do MPES (auxílio a COES);
- apoio técnico-administrativo nos trâmites necessários para o desenvolvimento das atividades da Revista JURISMPES.

Outro serviço da estrutura do Ceaf é a Biblioteca, que tem como objetivo prestar apoio às atividades institucionais das(os) membras(os) e servidoras(es) do MPES e demais interessados. Para tanto, dispõe de acervo especializado em Direito, composto por livros, obras de referência, periódicos e base de dados.

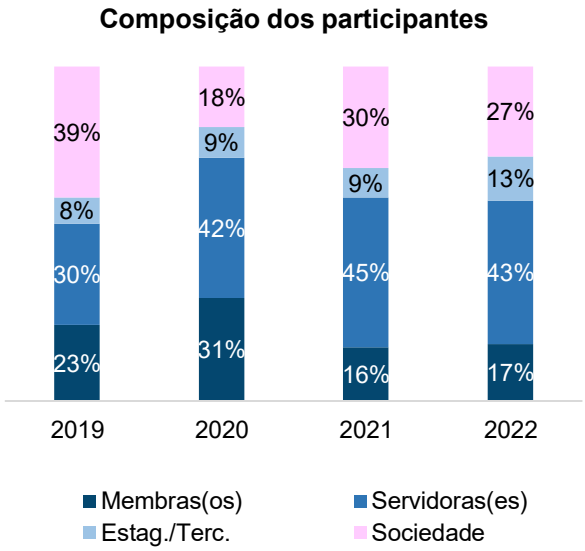
Acervo digital:

- *Sistema Magister Net* de pesquisa jurídica online, integra o conteúdo de tribunais e o seu próprio em uma única plataforma para fornecer acesso fácil à jurisprudência, legislação e artigos doutrinários aos usuários da Biblioteca.
- *Biblioteca Digital ProView* contempla atualmente 1.894 (mil, oitocentos e noventa e quatro) livros de diversas áreas do Direito. Possui várias funcionalidades que permitem interagir com os livros eletrônicos a qualquer hora e em qualquer lugar, proporcionando acesso a conteúdo de qualidade na rotina profissional e acadêmica dos operadores do direito – 86.866 (oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis) acessos em 2022.
- *Revista dos Tribunais Online*, trata-se de uma plataforma de periódicos jurídicos contendo acervo de 40 (quarenta) títulos de revistas, aproximadamente 3.000 (três mil) volumes, com acesso a jurisprudência, legislação atualizada e histórica, súmulas e juristendência.
- *Biblioteca Digital Fórum de Livros*, trata-se da assinatura da 6ª e 10ª séries de livros digitais.
- *Biblioteca Digital Minha Biblioteca*, disponibiliza as coleções jurídica, sociais aplicadas e exatas.

INICIATIVAS E CAPACITAÇÕES

Durante o ano de 2022, o Seve realizou 30 (trinta) capacitações presenciais, 9 (nove) híbridas e 44 (quarenta a quatro) virtuais, com um total de 7.223 (sete mil, duzentas e vinte e três) participações. Em relação a 2021, houve uma pequena diminuição do número de eventos realizados. Isso se deve ao fato de que o Seve, neste ano, priorizou a qualidade das capacitações e dos serviços prestados em cada uma delas por sua equipe. Considerando ainda que os eventos presenciais demandam um esforço e um número maior de envolvidos na equipe de organização e consequentemente de sua capacidade produtiva. Em relação a 2018, 2019 e 2020

houve um aumento expressivo do número de eventos realizados em razão da flexibilização proporcionada pelos eventos virtuais.



A realização de eventos no formato virtual viabilizou maior participação do público interno prioritário, uma vez que não é necessário o deslocamento, e ainda permitiu a colaboração de palestrantes de renome nacional e internacional, considerando que o conteúdo pode ser ministrado do local que melhor lhe convier. Também possibilitou a realização de parcerias com outros Ministérios Públicos e, ainda, a realização de eventos nacionais com a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) e o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos (CDEMP). A parceria foi bastante profícua, pois houve uma sinergia entre as diversas escolas dos Ministérios Públicos, proporcionando maior participação e qualidade dos eventos realizados.

Em 2022, o Ceaf apoiou e realizou eventos institucionais de grande repercussão e visibilidade nacional, tais como:

Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente

O Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, na sua 20ª edição, foi realizado na cidade de Vitória/ES no período de 26 a 28 de abril de 2022 e se propôs a debater os desafios da implementação do Direito Ambiental notadamente nos temas: Avaliação da Conjuntura Ambiental Brasileira; Matrizes Energéticas: Impactos e Desafios; Emergência Climática e a Interface com o Controle da Qualidade do Ar; Crise Hídrica; Novo Marco do Saneamento; Resíduos Sólidos e Logística Reversa; Direito à Cidade: Habitação de Interesse Social, Transporte e Mobilidade; Grandes Desastres: A Repactuação do Rio Doce e seus Desmembramentos; Unidades de Conservação de Proteção Integral: Desafios para a sua Proteção e Implementação; Projeto Justiça Socioambiental na América Latina; Abrampa em Ação: Projetos Ambientais em Andamento.

O encontro, desdobrado em painéis e oficinas práticas simultâneas, teve por objetivo fomentar o debate e estimular a pesquisa e o estudo dos institutos de Direito Ambiental com resultados práticos para a atuação do Ministério Público.

No intuito de alcançar resolutividade e efetividade, foi incluída a participação de membras(os) do Ministério Público, advogadas(os), magistradas(os) e profissionais técnicas(os) nos painéis e nas oficinas dedicadas ao conhecimento de experiências exitosas, não só da atuação do Ministério Público, mas também de órgãos ambientais, em desastres ambientais e na solução negociada e consensual de conflitos socioambientais. O MPES habilitou-se a sediar e conjuntamente realizar esse evento. A excelência da atuação da instituição na defesa do meio ambiente é uma referência para o Ministério Público Brasileiro.

Reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos

Nos dias 29 e 30 de junho de 2022, o MPES realizou a Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), a II Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e a I Reunião do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC).

A abertura do evento contou com a presença da jurista e procuradora brasileira Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, que abordou o tema Enfrentamento da violência de gênero pelo Ministério Público eleitoral brasileiro.

O evento nacional reuniu cerca de 200 (duzentas) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça dos Estados e da União, buscando aprimorar a atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos fundamentais de toda a coletividade.

No evento, as sete comissões permanentes que integram o GNDH (idoso e pessoas com deficiência, violência doméstica, meio ambiente, infância e juventude, direitos humanos em sentido estrito, saúde e educação), assim como o Grupo Nacional de Defesa do Consumidor (GNDC), por meio de estratégias, metas e prioridades de atuação das(os) membras(os) ministeriais, discutiram temas importantes para a sociedade, referentes às suas atribuições.

XII Encontro Nacional da COPEVID

Com o objetivo de discutir temas relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres e os impactos na saúde mental, o MPES realizou nos dias 22 e 23 de setembro de 2022 o XII Encontro Nacional da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), com o tema "Os aspectos psicossociais da violência de gênero contra as mulheres".

A Copevid integra o GNDH, presidido pela Procuradora-Geral de Justiça do MPES, Luciana Gomes Ferreira de Andrade. O GDNH é o órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) que tem por finalidade promover, proteger e defender os direitos fundamentais das(os) cidadãs(ãos).

O encontro, que foi realizado de forma híbrida, contou com a participação de membras(os) e servidoras(es) do Ministério Público brasileiro, do Poder Judiciário, da Polícia Militar e da Polícia Civil, das guardas municipais, da rede de atendimento à mulher em situação de violência e da comunidade acadêmica.

Gestão de Pessoas

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA CREH

A necessidade de inovar tornou-se pungente, principalmente em relação à utilização de novas técnicas e métodos que visam à eficiência, à eficácia e à efetividade dos resultados dos trabalhos. Nesse sentido, a Coordenação de Recursos Humanos (CREH), por meio dos seus serviços Controle de Pessoal (SCOP), Registros e Benefícios (SREB) e Folha de Pagamento (SFPG)], vem promovendo uma reformulação na unidade, fruto de um trabalho conjunto e engajado de todas(os) as(os) servidoras(es).

Com o apoio da Administração Superior, por meio da Gerência-Geral, a CREH tem promovido ações de descentralização, do aprimoramento, da organização das atividades e da estrutura, da profissionalização do seu quadro de pessoal através de treinamentos voltados para novas técnicas de trabalho, bem como a redistribuição das atribuições, a delegação de competências, entre outras atuações visando à estruturação de uma Gestão Estratégica de Pessoas.

Tais iniciativas visam criar um ambiente de trabalho com condições favoráveis à inovação, à qualidade de vida e à segurança no trabalho, além do estímulo à adoção de práticas de mecanismos de gestão e reconhecimento da força de trabalho de membras(os), servidoras(es) e demais colaboradoras(es), de forma a instituir os pilares de uma cultura orientada por resultados, que incentive as pessoas a alcançarem níveis superiores de desempenho, favorecendo a produtividade e a qualidade da atuação do MPES.

Para sustentar as ações da CREH, foram executadas junto à equipe as seguintes iniciativas, entre outras:

- realização do Projeto de Fortalecimento das Relações Interpessoais com a equipe da CREH;
- estudo e propostas para otimização na execução de tarefas no SCOP e SREB;
- realização de cursos referentes à LGPD, OKR e E-social;
- realização do MBA em Liderança e Desenvolvimento Humano;

Em relação às caras temáticas de qualidade de vida e de saúde mental, no ano de 2022, foram desenvolvidas as ações a seguir:

- Campanha Janeiro Branco "Cuidando da mente de janeiro a janeiro";
- Levantamentos de mercado e apresentação à Administração Superior de propostas para o programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e Bem-Estar no MPES;
- Levantamentos de mercado e apresentação à Administração Superior de propostas para a continuidade do projeto de Gestão por Competências no MPES;
- Início da execução do Projeto CREH Itinerante - visita a 03 (três) unidades organizacionais.

Além dos itens acima, diversas iniciativas no eixo departamental foram executadas, a saber:

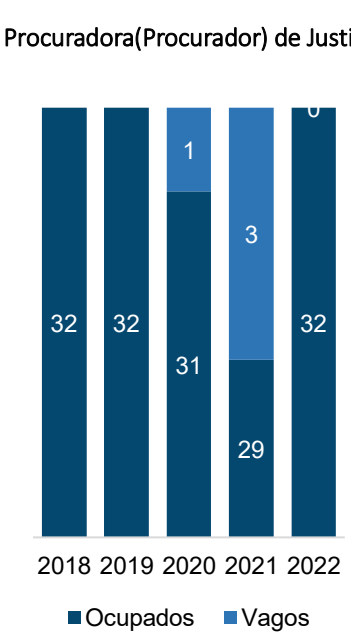
- realização de estudos e apresentação de proposta para alteração do benefício do auxílio-saúde de membras(os) e servidoras(es), de acordo com o enunciado pela Resolução CNMP nº 223/2020;
- elaboração de cartilhas orientativas para membras(os) e servidoras(es) sobre o auxílio de assistência à saúde suplementar;
- força-tarefa para implantação das novas rotinas, inclusive alterações sistêmicas referentes ao auxílio de assistência à saúde suplementar de membras(os) e servidoras(es);
- disponibilização de dependentes cadastradas(os) junto à CREH no Portal da intranet;
- realização do recadastramento do quadro funcional do MPES para atendimento da Portaria IPAJM nº 04-R de 09/03/2021 que instituiu a obrigatoriedade do censo anual;
- envio do relatório atuarial ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM);
- desenvolvimento e/ou envio da 2ª, 3ª e 4ª fases para atendimento ao E-Social;
- elaboração e envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);
- envio do CidadES "Estrutura de Pessoal";
- conclusão do desenvolvimento do CidadES "Admissão";
- envios mensais, ajustes e adequações do CidadES "Folha de Pagamento";
- desenvolvimento e envio do SISPREV ao IPAJM;
- desenvolvimento de melhorias e ajustes necessários no sistema integrado SAP/Nexus;
- adequação das tabelas de Gestão de Pessoas do Portal da Transparência, de acordo com o novo leiaute (5º Manual do CNMP);
- automatizações de rotinas de trabalho (SEI e SAP/Nexus);
- digitalização dos processos funcionais para envio ao TCEES e IPAJM;
- revisão, sob demanda, de tempo de serviço e abono de permanência de membras(os) para aposentadoria [tempo de exercício da advocacia, 17% membras(os)];
- continuidade do mapeamento e da revisão dos processos de trabalho da CREH;
- indenização de férias de membras(os) e servidoras(es);
- estudo e desenvolvimento de soluções para as novas rotinas, inclusive alterações sistêmicas referentes ao registro, controle de saldo e pagamento de licença compensatória de membras(os);
- estudo e desenvolvimento de soluções para apresentação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no portal SAP;
- reformulação das cartilhas para publicação na seção CREH na intranet;
- elaboração e apresentação à GGER dos projetos CREH Eficiente e CREH Conectado;
- elaboração do Plano Anual de Gestão 2022/2023;
- avanço nos estudos sobre a e-funcional;
- levantamento e envio de relatório étnico-racial para CNMP;
- reajuste do auxílio alimentação de membras(os) e servidoras(es);
- 5S nos arquivos físicos da CREH;
- respostas às demandas do TCEES sobre concursos públicos;
- ajustes sistêmicos para adequação à implantação do nome social no MP.

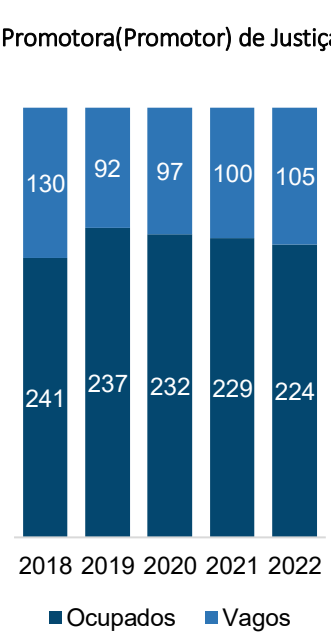
QUADRO DE PESSOAL

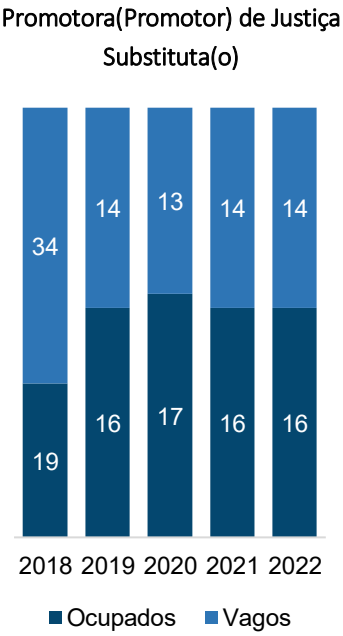
Em 2022, o quadro de pessoal ativo do MPES, membras(os), servidoras(es), estagiárias(os), terceirizadas(os), militares à disposição, servidoras(es) cedidas(os) por convênio e prestadoras(es) de serviço voluntário, totalizou 2.204 (duas mil, duzentas e quatro) pessoas em atividade na Procuradoria-Geral de Justiça e nas Promotorias de Justiça.

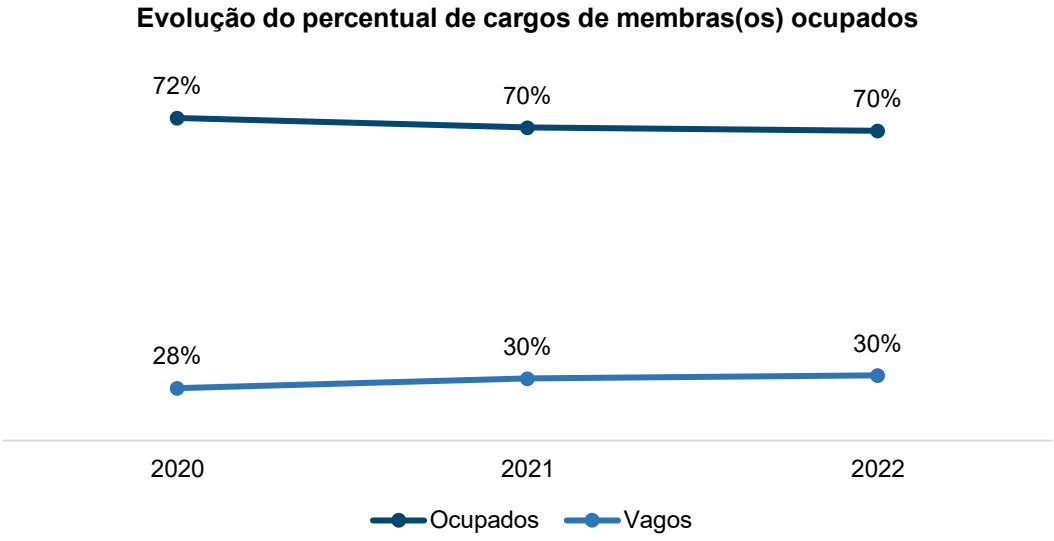
Importante destacar que o quantitativo do quadro de membras(os) e servidoras(es) foi alterado pela Lei Estadual nº 11.023, de 30 de julho de 2019. A partir dessa alteração, o quantitativo do quadro de membras(os) passou de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) cargos para 391 (trezentos e noventa e um). O detalhamento encontra-se no quadro demonstrativo a seguir:

Evolução do quadro de membras(os) do MPES









Em relação ao quadro de servidoras(es), o percentual de cargos vagos ficou em 14% (quatorze por cento) no ano de 2022, 1 (um) ponto a mais do que ao apurado em 2021.

Quadro de cargos administrativos do MPES 2022				
Cargo	Função	Ocupado	Vago	Total
Agente de Serviços (quadro suplementar)	Administrativo	6	0	6
Agente de Apoio	Administrativo	285	35	320
	Informática	13	0	13
Agente Técnico	Todas	60	24	84
Agente de Promotoria	Secretaria	9	1	10
	Assessoria	69	9	78
Agente Especializado	Todas	7	5	12
Total		**449**	**74**	**523**

Em relação à promoção funcional, no ano de 2022, 142 (cento e quarenta e dois) servidoras(es) estáveis passaram pelo processo. Somam-se a estes outros 436 (quatrocentos e trinta e seis) processos que tratam, majoritariamente, de avaliação de desempenho de servidoras(es) e de conclusão de estágio probatório.

No que diz respeito à seleção para estagiária(o), até julho de 2022, as provas foram realizadas de forma virtual através da plataforma *Moodle*, as inscrições eram realizadas por sistema próprio. Com esse modelo obteve-se a redução dos custos com a impressão das provas e com a eliminação da necessidade de disponibilização de espaços físicos; o aumento da adesão dos candidatos aos processos seletivos, com a consequente redução das ausências e maior índice de aprovações; e a correção automática das questões objetivas, permitindo o conhecimento imediato da nota pelos candidatos.

Contudo, com o intuito de aprimorar constantemente as rotinas, a Comissão de Seleção de Estagiários (COES) realizou reuniões com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, envolvendo a Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa, a CREH, a Coordenação de Informática, a AGE, e a Gerência-Geral, a fim de buscar alternativas para melhorar o processo de seleção de estagiárias(os).

No novo modelo, a COES ajustou a rotina e o formato do processo de seleção de estagiárias(os), principalmente no que tange às inscrições, habilitação, incluindo coeficiente de rendimento acadêmico e aplicação de provas, conforme abaixo:

- Inscrições – A(o) candidata(o) se inscreve via formulário do *Google Forms* criado pela COES, onde é possível fazer a inserção dos documentos comprobatórios necessários à efetivação de sua inscrição;
- Habilitação - Após o término das inscrições e as ratificações da COES, é elaborada uma lista de habilitadas(os) e classificadas(os) em ordem decrescente, com base no coeficiente de rendimento acadêmico das(os) candidatas(os);
- Provas - São chamadas(os) para realizar a prova apenas o número de vagas solicitadas e autorizadas para aquela unidade organizacional demandante. A convocação para as provas ocorre via e-mail, respeitando a classificação na lista das(os) candidatas(os) habilitadas(os), e ocorre no prazo mínimo de 3 (três) dias antes da data prevista da prova. As provas são realizadas na modalidade presencial na data, horário e local comunicados por e-mail à(ao) candidata(o) convocada(o) e têm duração de 2h30min. Os testes são formulados e enviados pela COES para as unidades demandantes aplicarem. Após a aplicação, são enviados para a Comissão os gabaritos e as provas corrigidas com as notas, informando a aprovação ou reprovação da(o) candidata(o). Caso haja reprovação, a(o) próxima(o) candidata(o) da lista é convocada(o) para a realização da prova.
- Contratação - No caso de aprovação, a COES envia à CREH os dados da(o) candidata(o) para contratação. A Comissão é responsável pelo controle de aprovadas(os), convocação para as provas e a questão de cotas.

A leitura inicial é que o novo modelo de seleção é mais assertivo, uma vez que nos processos realizados no primeiro semestre de 2022, do total de 2.738 (dois mil, setecentos e trinta e oito) inscritas(os), 52% (cinquenta e dois por cento) não realizaram a prova e 43% (quarenta e três por cento) obtiveram aprovação. No novo modelo, do total de 286 (duzentas e oitenta e seis) inscritas(os), 67% (sessenta e sete por cento) foram habilitadas(os).

Tecnologia e Inovação

SERVICE DESK

Após grandes alterações implementadas em 2020 e 2021 em função das novas modalidades de trabalho implantadas no MPES, especialmente por conta da pandemia global da covid-19, em 2022, os serviços de *Service Desk* passaram por um processo de consolidação das novas ferramentas considerando, sobretudo, o tempo de resposta e a qualidade do atendimento.

Foi licitado, no final de 2021, um novo projeto para contratação de serviços de *Service Desk*, considerando a necessidade de um contrato mais adequado, promovendo ajustamento/inclusão dos indicadores e requisitos, assim como a inclusão de novos perfis de atendimento técnico (Ticket Manager, CallCenter, Perfil Sistemas, Perfil Gampes e Coordenador N2), e a extensão dos horários de atendimento de 1º nível (remoto) e 2º nível (presencial) visando melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Nesse novo contrato, elevou-se o nível das requisições de certificações para as(os) técnicas(os) de atendimento de *Service Desk*, com objetivo de proporcionar uma maior qualidade nos atendimentos prestados, num menor tempo. Além disso, foram produzidos recursos de autoatendimento, como bases de conhecimento, FAQ's e vídeos tutoriais de instalação e configuração, visando principalmente não sobrecarregar a Central de Serviços e proporcionar maior celeridade nos atendimentos.

O atendimento automatizado (*chatbot*) por meio do WhatsApp ou *Microsoft Teams* também se tornou uma realidade. Atualmente com ele é possível abrir, consultar, listar, fechar e encerrar chamados, o que proporciona maior celeridade e reduz o volume de ligações na Central de Serviços.

Em 2022 foram abertos mais de 119 (cento e dezenove e seis) mil chamados no *Service Desk*, contra 136 (cento e trinta e seis) mil no ano anterior.

AQUISIÇÕES DE TI

As aquisições de maior relevância, e que somaram um total de R$ 8.243.427,52 (oito milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), em 2022 foram:

Item	Objetivo
Renovação de licenças do software QlikView.	Promover a expansão da capacidade da gestão administrativa nos setores gerenciais do MPES, com a implantação de aplicações de Data Discovery para apoio a decisão e celeridade nas atividades fins e atividades gerenciais, além de garantir a atualização tecnológica da instituição.

Contratação da Rede Metropolitana de Alta Velocidade do Governo do Estado do Espírito para interligar Promotorias, a Procuradoria Geral de Justiça e os demais órgãos do governo – FASE 2	Realizar a substituição de alguns Links Dedicados contratados com Operadoras de Telecomunicações, por pontos de fibra na rede de alta velocidade na Rede Metropolitana de Alta Velocidade, inclusive com velocidade superior aos Links Dedicados contratados, e a um preço inferior, proporcionando então economia para a instituição e ganhos de performance para o usuário final.
Nova contratação de rede MPLS.	Contratação de uma rede de intercomunicação MPLS proporcionando a interligação entre as Promotorias de Justiça do interior à Procuradoria de Justiça do MPES e consequentemente, à Internet.
Aquisição de licenças ClearPass	Melhorar o gerenciamento dos recursos da solução Wifi implantada no MPES, prezando pela segurança e controle dos equipamentos que farão uso dos recursos computacionais do MPES.
Aquisição de 704 (setecentos e quatro) computadores	Substituição de equipamentos obsoletos e fora da garantia proporcionando melhoria aos usuários na utilização d os recursos computacionais e, principalmente, a redução de custos de manutenção.
Aquisição de 95 (noventa e cinco) webcams	Atender novas demandas e para uso compartilhado em reuniões e oitivas.
Contratação de empresa especializada para a implantação de Sala de Situação e Crise.	Criar um ambiente seguro, moderno e preparado para reuniões estratégicas.
Contratação de atualização técnica de licenças para antivírus.	Manter a proteção dos sistemas de informação do MPES contra vírus de computador e contra programas “mal-intencionados” (spyware, adware, malware e outros);
Aquisição de licenças Forticare.	Obter maior visibilidade dos eventos de segurança providos pela solução de Firewall utilizado no MPES, possibilitando armazenamento para consultas posteriores, assim como correlação de eventos e visões de atividade de rede, provendo maior visão crítica de possíveis ameaças ao ambiente do MPES.

INFRAESTRUTURA DE TI

No ano de 2022, para a renovação do parque de computadores, 704 (setecentos e quatro) desktops foram adquiridos para substituição de equipamentos obsoletos e fora da garantia, que serão instalados em 2023.

Foram distribuídas, também, 95 (noventa e cinco) webcams para as unidades onde faltavam esse tipo de equipamento para uso compartilhado em reuniões e oitivas.

A seguir, outras entregas importantes da equipe de Infraestrutura em 2022:

- implantação de rede de dados de alta velocidade do Governo nas Promotorias da Grande Vitória – MetroES;
- término da implantação nova rede MPLS para Promotorias de Justiça do interior do Estado, promovendo aumento de velocidade em todas as localidades do contrato;
- instalação de *switches* gerenciáveis nas Promotorias de Justiça do interior do Estado;
- instalação de WI FI nas Promotorias de Justiça do interior do Estado;
- reorganização física de cabeamento de racks de Promotorias de Justiça do interior do Estado (em andamento);
- configuração e instalação de nova solução de antivírus;
- configuração e instalação de nova solução de gerência centralizada e atualizações de estações de trabalho e de servidoras(es);
- término implantação solução de telefonia IP;
- atualizações tecnológicas e de segurança no Datacenter MPES;
- término da implantação de solução de Outsourcing de impressão;
- apoio técnico de infraestrutura na implantação do Gaesf;
- apoio técnico de infraestrutura para atividades do Gaeco e Gaesf;
- atividades sobre Termos de Referência (estudo e desenvolvimento):
    - Service Desk;
    - Certificados digitais;
    - Microsoft - licenciamento e suporte Premier;
    - Sala Cofre - suporte/garantia;
    - Cabeamento estruturado;
    - Solução WI FI – Módulo de inteligência centralizada - Clear Pass;
    - Nova solução de Antivírus;
    - Nova solução Storage (em andamento);
    - Nova solução de Backup (em andamento);
    - Nova solução de Servidoras(es) (em andamento);
    - Nova solução de Switch CORE (em andamento);
    - Notebooks/computadores;
    - Nobreaks;
    - Materiais de informática/infraestrutura;
- apoio técnico para implantação de soluções externas:
    - ASI: Suporte sistema Pórticos, CFTV e novas catracas (em andamento);
    - CAOA: Suporte técnico de Infraestrutura no projeto Observatório Ambiental;
    - PGJ: Implantação sala de situação e crise.

SISTEMAS

NEXUS

As principais entregas relacionadas ao sistema Nexus em 2022 foram:

- adequações contínuas para o CidadES Folha de Pagamento;
- adequações legais para cumprimento do eSocial 1ª e 2ª fases;
- implantação do eSocial 3ª e 4ª fase;
- implantação do módulo de CidadES Admissão de Pessoal;
- reuniões de alinhamento para as entregas das garantias do projeto;
- desenvolvimento de melhorias evolutivas nos módulos já implantados;
- implantação do CidadES Contratações;
- adequações contínuas para o CidadES Contratações;
- levantamento de escopo e entrega de proposta para implantação do Inventário NEXUS;
- levantamento de escopo para implantação do processo de leilão (em desenvolvimento aguardando novas definições);
- acompanhamento mensal das atividades contratuais (suporte, Basis, Desenvolvimento e Licenças);
- implantação do eConsig;
- implantação do módulo Auxílio Creche no portal do usuário;
- desenvolvimento interno de relatórios e automatização de e-mails relativos ao módulo de Auxílio Creche;
- desenvolvimento de melhorias evolutivas do módulo Estrutura de Pessoal para o CidadES;
- escrita do novo TR de contratação dos serviços de suporte e manutenção SAP;
- desenvolvimento de funções para consultas aos dados de dossiê e informações de folha para atendimento de demandas internas do CREH;
- implantação do módulo de entrega das declarações de bens e rendas via Portal do Usuário;
- desenvolvimentos para adequação do sistema e carga dos dados oriundos da atualização cadastral;
- adequação na rotina de publicação dos Informes de Rendimentos no portal do usuário;
- desenvolvimento de relatórios para integração de dados com o IPAJM;
- adequações dos relatórios do Portal da Transparência, a fim de atender às novas resoluções do CNMP.

Gampes

- No ano de 2022, foram realizadas 196 (cento e noventa e seis) alterações no sistema Gampes, dentre melhorias, evoluções e correções, tendo sido publicados 59 (cinquenta e nove) pequenas novas versões do sistema ao longo do ano. Dentre as principais alterações encontram-se: ajustes no Acervo Externo; ajuste na Tela de Diligências; criação da página principal; ajustes na Tramitação Eletrônica; envio de e-mail ao prorrogar prazo de IC; MNI - Processo Criminal, atualização de versão do MNI e petição inicial SEEU;

- Novo Portal da(o) membra(o) em Qlik Sense (em andamento).

Demais Sistemas

- Adequação do Portal da Transparência ao novo manual (quinta edição) disponibilizado pelo CNMP;
- Carteira Funcional;
- Novo Dimpes;
- Protocolo Externo;
- Adequações no sistema do Ceaf para eventos híbridos;
- Adequações na Atualização Cadastral visando atender o "Processo 2022" e o envio de informações para a Carteira Funcional;
- Desenvolvimento do novo site para WordPress (em andamento);
- Manutenção e atualização periódica da plataforma Moodle, utilizada no sistema EAD e no sistema de aplicação de provas online;
- Manutenção do sistema de gerenciamento de containers de alta disponibilidade do MPES (Kubernetes), o qual hospeda a maioria dos sistemas meio do MPES modernos;
- Criação da nuvem Ansible Automatizada de desenvolvimento e produção;
- Implementação do sistema guacamole, para acesso a máquinas do MPES via VPN com mais segurança;
- Atualização da infraestrutura Linux do ambiente MPES para o AlmaLinux 9;
- Implementação de um sistema de monitoramento da Infraestrutura para detecção de indisponibilidade dos ambientes automatizados.

Gestão da Infraestrutura Física

A Coordenação de Engenharia (COEN) do MPES é responsável por planejar, organizar, executar, fiscalizar e controlar as atividades técnicas de arquitetura e engenharia necessárias à instituição.

Para realizar as suas atividades, a estrutura se divide basicamente em 3 (três) núcleos, a saber:

- Obras/projetos - desenvolve atividades, tais como: elaboração de pareceres técnicos; especificações/projetos básicos para contratações; elaboração de layout de ambientes; elaboração de projetos e detalhes arquitetônicos; gerenciamento de projetos complementares ao de arquitetura; elaboração de planilhas orçamentárias base para contratação de obras e serviços técnicos; fiscalização de obras, reformas e serviços técnicos contratados; gestão administrativa de contratos; gestão do sistema Geo-Obras; análise de laudos de avaliação; visita técnica nos imóveis pretendidos para locação.
- Manutenção - executa pequenos reparos nas unidades do MPES, compreendendo todas as edificações, próprias ou não, em todo o Estado do Espírito Santo. São desenvolvidas as seguintes atividades: reparos em instalações elétricas (luminárias, tomadas, interruptores, quadros elétricos, etc.); manutenção em instalações hidráulicas (aparelhos hidrossanitários, bancadas, metais, tubulações, caixas, etc.); manutenção em ar condicionado (limpeza, revisão, instalação, manutenção, etc.); correções em revestimentos brutos e finos (como forros, pisos cerâmicos, emassamento, pintura, etc.); manutenção de coberturas; limpeza de reservatórios de água; ajustes, correções e instalação de esquadrias; reparos em coberturas (telhados, calhas e lajes); revisão e reparos pavimentações externas; paisagismos.
- Administrativo - é responsável por dar o suporte às demandas administrativas, tais como: apoio na elaboração de estudos técnicos, projetos básicos e termos de referência; gestão de contratos; pagamentos de contratos; controle orçamentário da COEN.

Dentre as atividades desempenhadas pela COEN, em 2022, destacam-se:

- avaliações imobiliárias: 2 (dois) imóveis no Município de Serra;
- projetos de ocupação: 16 (dezesseis) unidades organizacionais.
- orçamentos de obras e reformas:
    - Sala de Situação da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ);
    - Promotoria de Justiça de Viana;
    - Promotoria de Justiça de Pedro Canário;
    - Promotoria de Justiça de Rio Novo do Sul;
    - Promotoria de Justiça de São Mateus;
- assinatura e gestão de contratos de serviços;
- manutenções preventivas e corretivas, bem como adaptações necessárias para o bom funcionamento das unidades do MPES.

Gestão financeira e orçamentária

A dimensão do Ministério Público, sobretudo quando observada a sua importância e os impactos da sua atuação para a sociedade, em contraposição aos recursos orçamentários disponíveis, impõe à sua gestão um grande desafio e responsabilidade.

Nesse sentido, o MPES tem se mostrado muito zeloso com os recursos disponíveis, sem se descuidar da excelência na consecução de todas as suas atribuições, esforço este evidenciado com a estabilidade que a instituição promoveu às(aos) membras(os) e servidoras(es) durante o período mais acentuado do período pandêmico.

Após um ano de maior contenção em 2020 e de um 2021 ainda muito instável, em 2022 o contexto inflacionário, destacando aqui passagens aéreas e combustíveis, pressionou as contas de custeio em um momento em que os reencontros se fizeram necessários.

A despesa de pessoal atingiu a participação percentual de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) na apuração do Relatório de Gestão Fiscal no exercício de 2022.

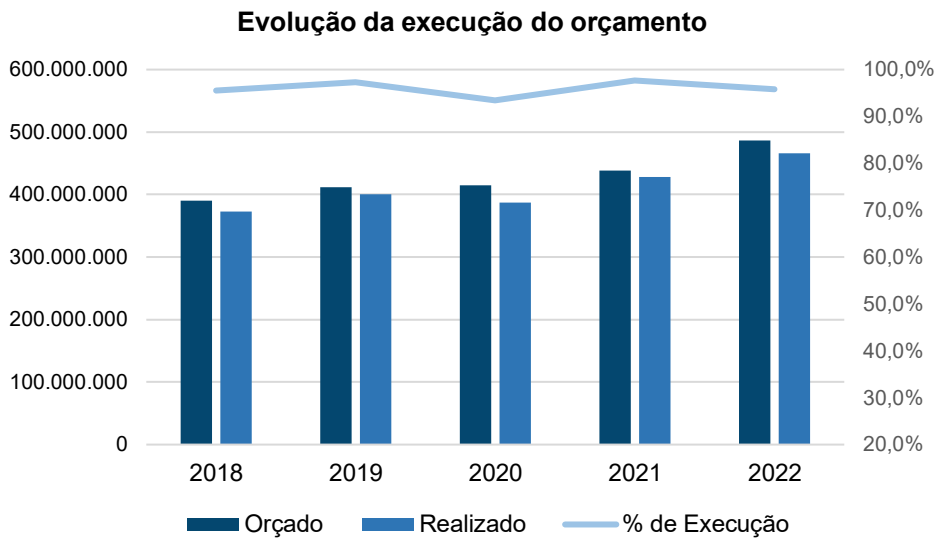
O orçamento do MPES foi executado dentro do que foi programado, por meio de processos cada vez mais otimizados pelo Propad e, cada vez mais, digitais pela utilização dos sistemas que possibilitam agilidade, como é caso do Sei!, e melhor gestão de custos e materiais, como o SAP/Nexus.

Assim, os dados a seguir apresentados ilustram o cuidado com a gestão orçamentária no MPES.

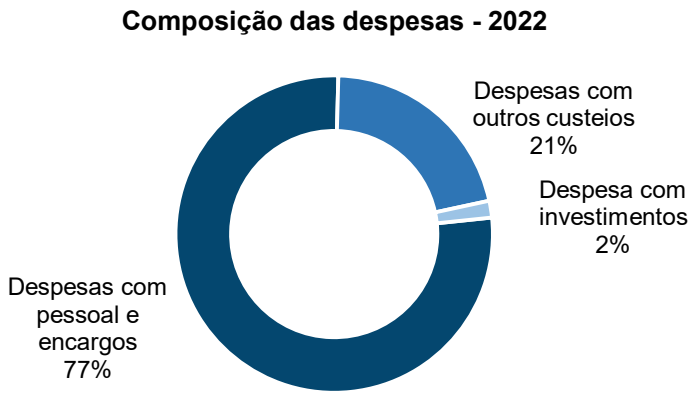
ORÇAMENTO

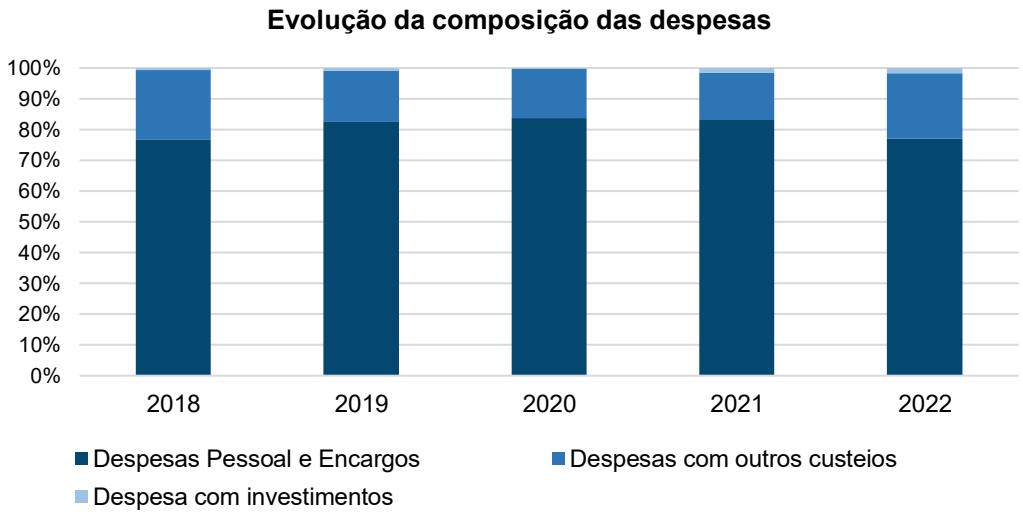
Evolução do Orçamento do MP			
Exercício	Orçado	Realizado	% de Execução
2018	R$ 390.299.876	R$ 372.763.871	95,5%
2019	R$ 411.362.850	R$ 400.431.194	97,3%
2020	R$ 414.718.112	R$ 387.470.985	93,4%*
2021	R$ 438.118.112	R$ 427.902.665	97,7%
2022	R$ 486.026.074	R$ 465.564.881	96,8%

*Queda do percentual de execução no exercício de 2020 justificada pela retenção de até 4% (quatro por cento) do duodécimo, em razão de acordo firmado entre as instituições do Estado. Valores esses que foram devolvidos ao MPES no fim do referido exercício, ou seja, sem possibilidade de execução ainda em 2020.



Da análise do Balanço Orçamentário, verificou-se que as despesas de pessoal e os encargos possuem maior representatividade sobre o total da despesa fixada.





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MPES

Segundo a Lei nº 4.320/1964, a execução financeira demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O MPES iniciou o exercício financeiro de 2022 com disponibilidade de caixa no total de R$ 45.046.405,82 (quarenta e cinco milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e cinco reais e oitenta e dois centavos). Os repasses recebidos totalizaram R$ 483.261.065,41 (quatrocentos e oitenta e três milhões, duzentos e sessenta e um mil, sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos). Deste, o valor de R$ 36.832.097,07 (trinta e seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil, noventa e sete reais e sete centavos) foi retido para as compensações financeiras do IRRF referentes às folhas de pessoal da instituição. E foi transferido ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares do Espírito Santo (FUNPES), para a complementação das folhas de pagamento de inativos e pensionistas, o valor de R$ 44.952.991,37 (quarenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e dois mil novecentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos), em conformidade com a Lei Complementar nº 282, de 22 de abril de 2004.

Para o exercício financeiro de 2022, ficou inscrito em Restos a Pagar o valor de R$ 8.364.549,22 (oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos); deste, foi pago o valor de R$ 7.771.421,61 (sete milhões, setecentos e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos).

Os repasses da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) são mantidos em conta de aplicação desta instituição até a sua utilização na liquidação das despesas executadas. Esse procedimento gerou um rendimento no valor de total de R$ 4.350.183,51 (quatro milhão, trezentos e cinquenta mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos).

As despesas pagas no exercício foram no valor total de R$ 399.432.179,98 (Trezentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, cento e setenta e nove reais e noventa e oito centavos).

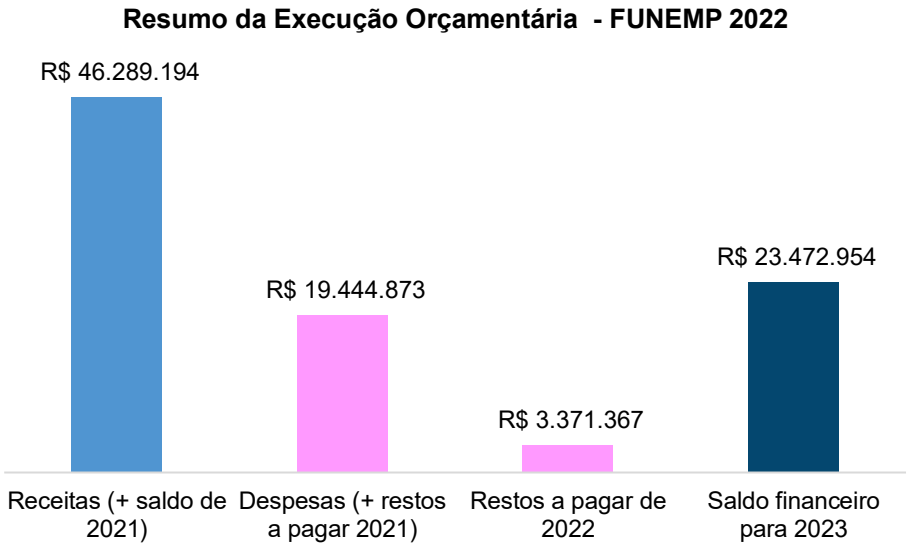
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNEMP

As despesas realizadas com recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (FUNEMP) foram destinadas, principalmente, a projetos de investimentos da instituição, como a reforma na Sede e no Complexo Administrativo.

Outros investimentos foram realizados na área de TI, como a manutenção e as melhorias do Sistema Integrado de Gestão ERP, o suporte técnico e a manutenção da sala cofre e a aquisição de software Microsoft na modalidade *Enterprise Subscription Agreement* (EAS).

Além desses, as despesas com estagiárias(os) e as despesas operacionais pelos custos da emissão e processamento das guias oriundas das Serventias Cartorárias também foram realizadas com recursos do Fundo.

Isso posto, ressalta-se que todas as receitas e despesas realizadas foram analisadas e aprovadas pelo Conselho Gestor do FUNEMP, conforme determina a legislação respectiva vigente.



DESPESAS DE CUSTEIO

Após a diminuição de despesas de custeio ocorrida em 2020 - em parte pelos efeitos da pandemia, diante da suspensão do expediente presencial nas unidades ministeriais e da renegociação de contratos – e de um pequeno acréscimo em 2021, o retorno da mobilidade permitido, em 2022, somado à pressão inflacionária de alguns itens elevaram o custeio em alguns pontos. No entanto, **ao analisar o histórico, nota-se que os valores apresentam linearidade**.

Isso reflete a consolidação da boa-prática administrativa em otimizar recursos por meio da implementação de processos mais modernos, a exemplo da tramitação de procedimentos finalísticos e administrativos de físico para eletrônico. Nesse mesmo sentido, outro ponto de destaque foi a conclusão da instalação do serviço telefônico na modalidade VoIP (Voz sobre IP) em nuvem no intuito de reduzir custos de ligações telefônicas, nos próximos anos, ao mesmo tempo em que se aumenta a qualidade e a eficiência nos atendimentos externos e internos, além de modernizar e virtualizar os serviços de telefonia.

Telefonia e Internet				
Tipo	2020	2021	2022	Variação % 2021/2022
Telefonia fixa	R$ 364.779,00	R$ 321.734,59	R$ 368.986,91	15%
Telefonia móvel	R$ 146.953,39	R$ 209.916,90	R$ 390.197,86*	86%**
Internet móvel	R$ 181.621,04	R$ 158.134,44	R$ 152.114,97	-4%
Total	**R$ 693.353,43**	**R$ 689.785,93**	**R$ 911.299,74**	**32%**

*Valores referentes aos meses de outubro a dezembro estimados, tendo em vista o apostilamento de reajuste em andamento.

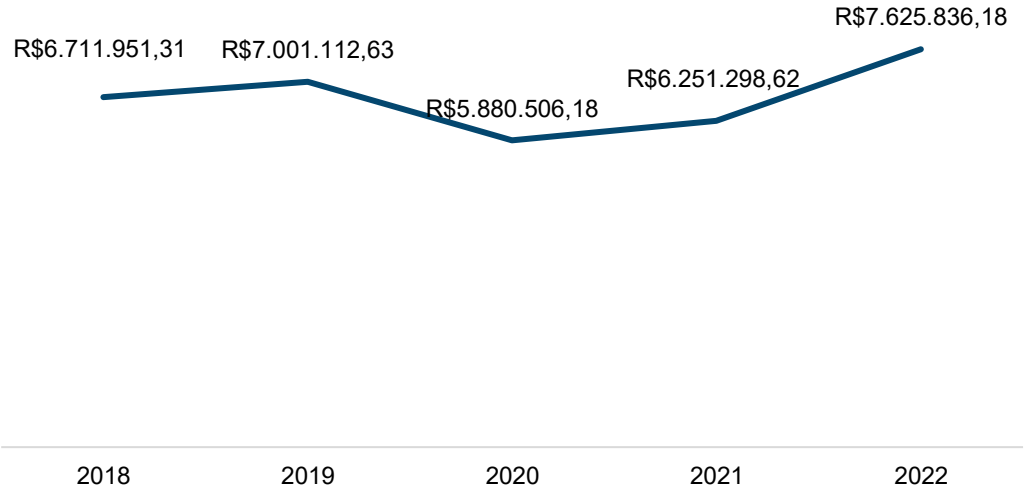
**Em razão da pandemia, foram distribuídos telefones celulares às Promotorias de Justiça para a manutenção do atendimento à(ao) cidadã(ão). Além disso, parte do acréscimo se deve ao novo contrato cuja vigência iniciou em maio de 2022, com efeitos financeiros a partir de julho de 2022 e que considerou a atual diretriz técnica dos aparelhos, qual seja, somente aparelhos telefônicos com sistema operacional IOS.

Contas administrativas				
Tipo	2020	2021	2022	Variação % 2021/2022
Correios	R$ 57.794,40	R$ 42.338,28	R$ 39.247,27	-7%
Água e Esgoto	R$ 137.213,58	R$ 148.987,83	R$ 205.893,98*	38%
Energia Elétrica	R$ 1.673.160,37	R$ 2.002.440,00	R$ 2.234.758,20*	12%
Condomínio	R$ 68.533,37	R$ 66.886,39	R$ 73.129,68*	9%
IPTU/Taxas	R$ 68.703,53	R$ 68.780,78	R$ 78.498,47	14%
Total	**R$ 2.005.405,25**	**R$ 2.329.433,28**	**R$ 2.631.527,60**	**13%**

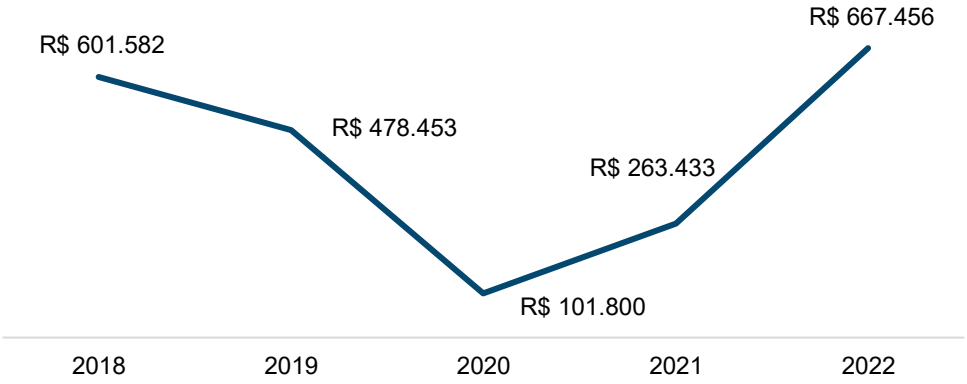
Principais custos - Transportes				
Despesa/Contratos	2020	2021	2022	Variação % 2020/2021
Motorista - Serviço convencional, horas extras e diárias	R$ 4.938.859,00	R$ 5.167.522,47	R$ 6.349.446,72	23%
Combustíveis e lavagens	R$ 184.150,96	R$ 264.569,82	R$ 405.771,11	53%
Manutenção veículos / Oficinas	R$ 93.838,67	R$ 145.055,93	R$ 196.344,38	35%
Motoboy	R$ 663.657,55	R$ 674.150,4	R$ 676.273,97	0%
Total	R$ 5.880.506,18	R$ 6.251.298,62	R$ 7.627.836,18	22%

Observa-se que o incremento de 53% (cinquenta e três por cento) no gasto com combustíveis deve-se à retomada dos deslocamentos de membras(os) e servidoras(es) e, sobretudo, aos sucessivos aumentos nos preços desse item, pelo menos até agosto de 2022. No entanto, ao analisar o gráfico a seguir, percebe-se que há uma certa linearidade nos valores, excetuando os dois anos mais graves no que tange às restrições de deslocamento e aglomeração.

Evolução dos principais custos com transportes



Evolução dos custos com passagens aéreas

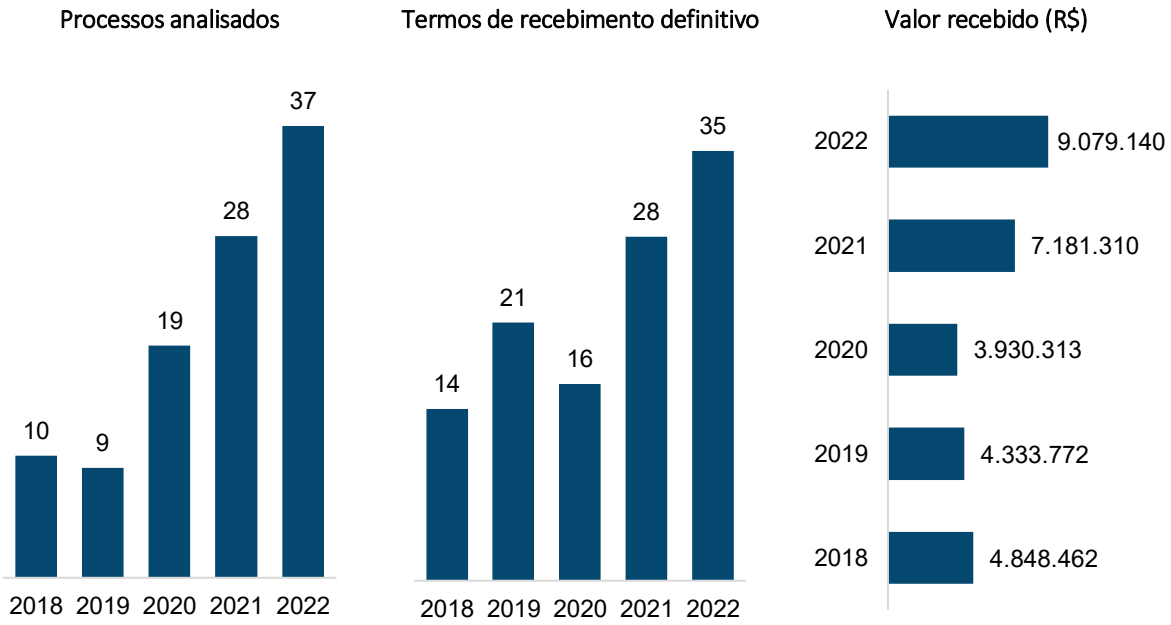


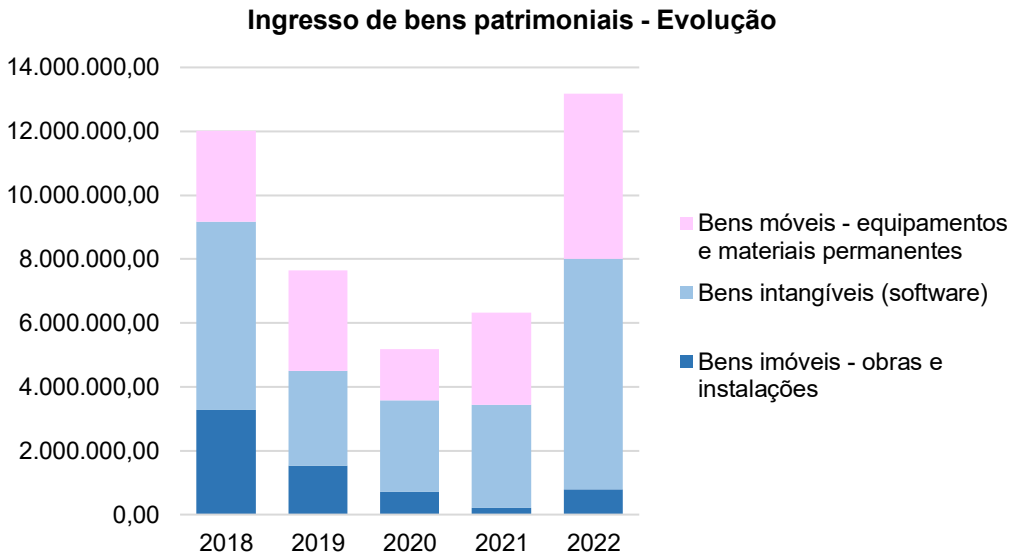
Importante frisar que, passado o período mais crítico da pandemia de covid-19, os deslocamentos de membras(os) e servidoras(es) voltaram a ocorrer com mais frequência. No entanto, a elevação do valor gasto em 2022 (153% a mais que 2021) é reflexo, principalmente, do aumento considerável no valor das tarifas aéreas experimentadas nos últimos anos.

Aquisição e patrimônio

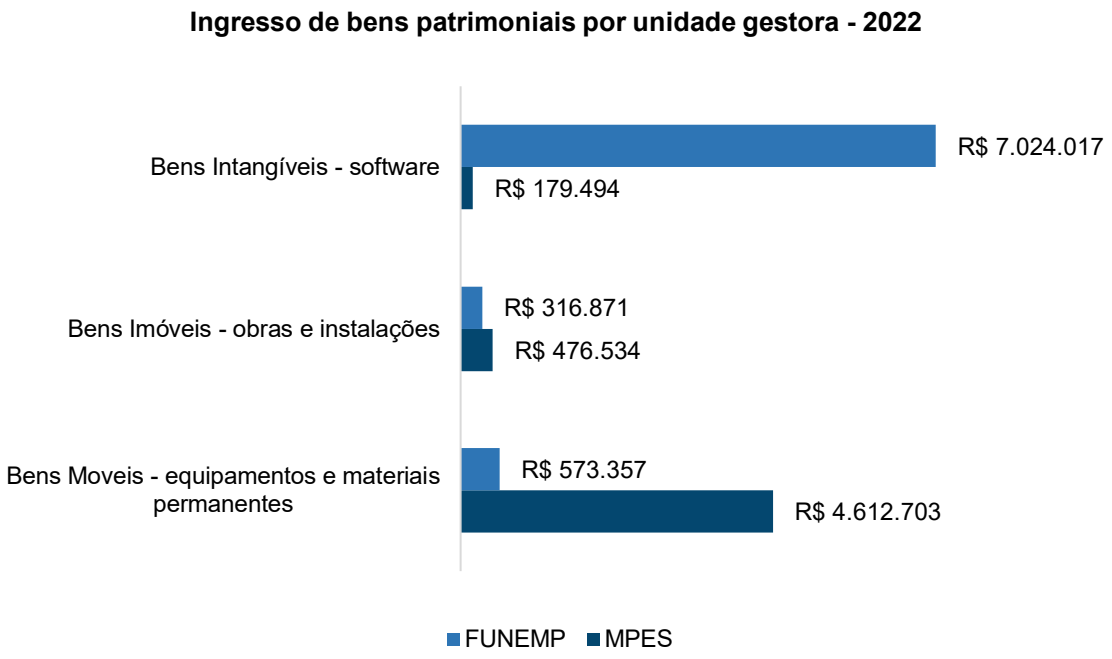
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL E AQUISIÇÕES

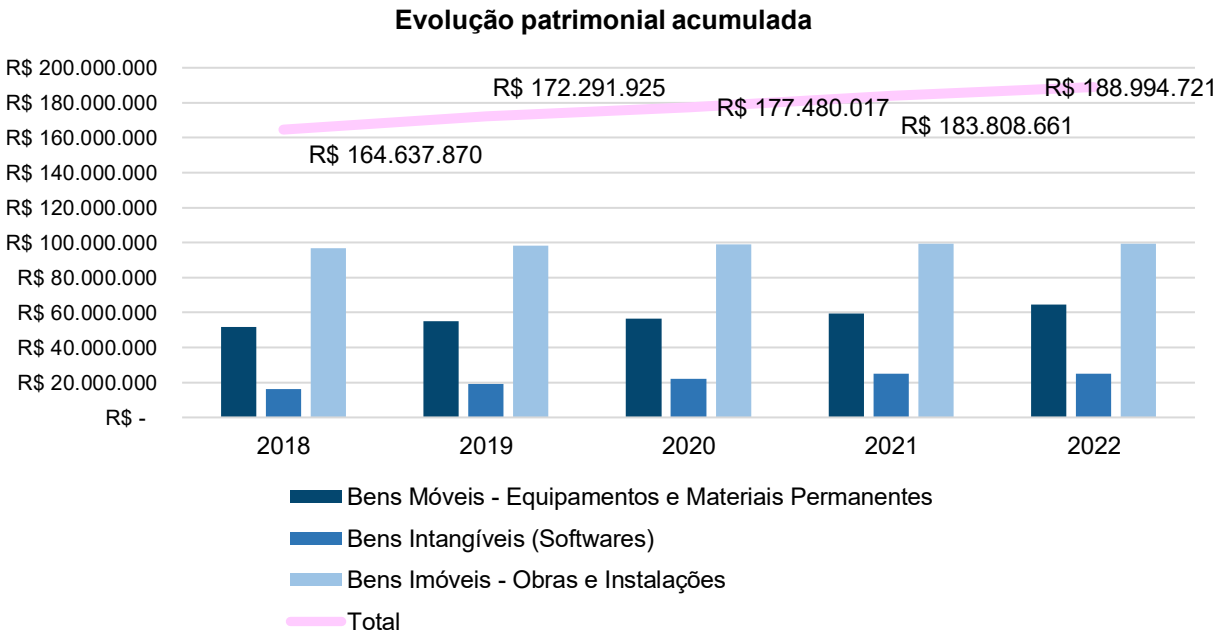
Comissão de Recebimento de Materiais





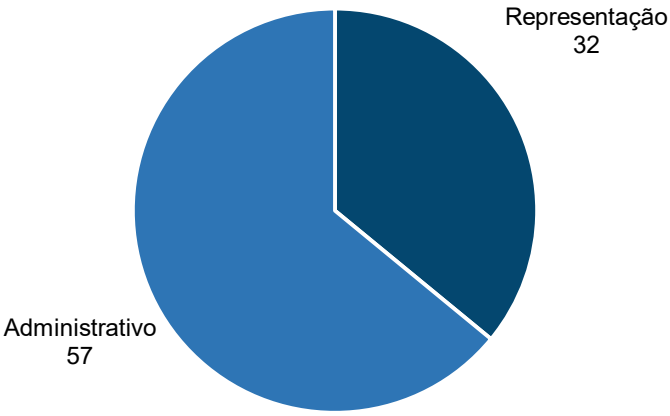
A partir da leitura do gráfico acima, nota-se que passado o período mais agudo das restrições orçamentárias impostas pela pandemia, o MPES precisou reinvestir na sua estrutura (aumento de 208% nos bens patrimoniais, em relação a 2021), destacamente na parte tecnológica, para atualizar e aprimorar seus equipamentos.





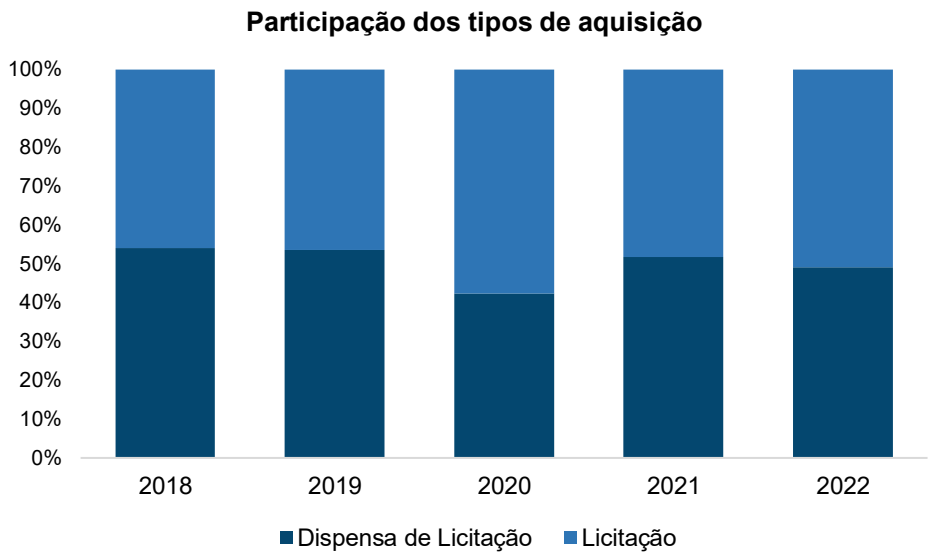
Demonstrativo de Bens Imóveis do MPES - 2022 (Edificações e Terrenos MPES)	Valor
Saldo, em 31/12/2021 (valor líquido)	R$ 157.709.955,43
(-) Depreciação (de janeiro a dezembro de 2022)	(R$ 1.318.178,03)
(+) Incorporação (estudos e projetos)	R$ 762.055,79
(=) Saldo, em 31/12/2022 (valor líquido)	**R$ 157.153.833,19**

Frota de veículos próprios



Em 2022, foram adquiridos 5 veículos de representação, no valor total de R$ 969.500,00 (novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais).

Processos de aquisição			
Tipos	2021	2022	Variação 2021/2022
Dispensa de Licitação	104	104	-
Procedimento Licitatório	97	108	11%
Cancelados/Arquivados	5	4	-1%
Total	**206**	**216**	**10%**



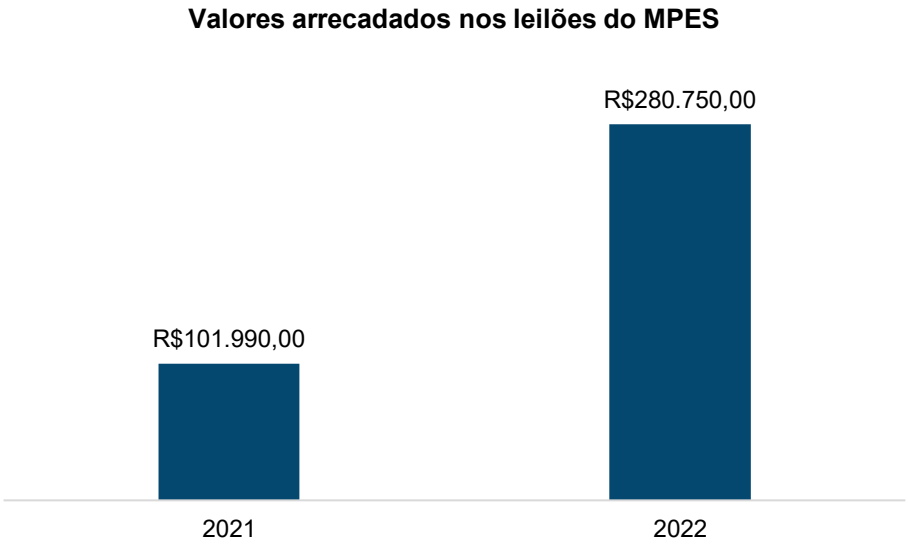
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

No âmbito do MPES, a avaliação e a catalogação dos bens a serem leiloados, para posterior fixação do valor mínimo de arrematação e acompanhamento do andamento do certame, é de atribuição da Comissão Permanente de Credenciamento e Leilão (CPCL), conforme Portaria PGJ nº 427, de 15 de julho de 2021.

A Comissão, no ano de 2022, acompanhou a efetivação de 1 (um) leilão público em agosto, na modalidade *online*, para alienação de bens móveis e veículos considerados inservíveis no âmbito do MPES. Todos os lotes foram arrematados totalizando o montante de R$ 280.750,00 (Duzentos e oitenta mil, setecentos e cinquenta reais) arrecadados pelo MPES.

Vale destacar que os valores provenientes dos referidos leilões, conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 366/2006, representam parte dos recursos do FUNEMP.

Resultados obtidos no Leilão em 2022
R$280.750,00
R$66.100,00
Valor total de avaliação
Valor total de arrematação


Valores arrecadados nos leilões do MPES
R$280.750,00
R$101.990,00
2021
2022

Mensagem Final

Palavra do Secretário-Geral

Excelentíssimas Senhoras,
Excelentíssimos Senhores,

Celebramos a entrega deste relatório de gestão como um poderoso instrumento de transparência e valorização do trabalho das(dos) membras(os) e das(dos) servidoras(es) do MPES.

Em mais um ano desafiador, a atuação do MPES foi firme, célere e integralmente dedicada aos anseios de uma sociedade que se desenvolve em velocidade exponencial. Nos momentos conflituosos, a promoção do diálogo foi a arma mais poderosa do guardião da democracia.

No ano de 2023 teremos a oportunidade de reavaliar o planejamento estratégico institucional, adaptando-o aos novos parâmetros de uma sociedade em movimento permanente. Para isso, ouviremos o nosso público interno e a sociedade, buscando as diretrizes de nossa atuação para os próximos anos.

Iremos dialogar sobre o propósito de nossa instituição, a missão, a visão e os valores que nos movem e estabeleceremos as prioridades que produzirão os resultados extraordinários esperados pela sociedade.

Registramos, ainda, a alegria de estar nesta jornada ao lado da Excelentíssima Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Luciana Gomes Ferreira de Andrade, liderança de grande humanidade e de competência ímpar.

Por fim, é fundamental reconhecer e valorizar o trabalho de alta qualidade desenvolvido pela Assessoria de Gestão Estratégica – AGE e da Assessoria Legislativa - ALE que, sob a nossa supervisão, auxiliaram na elaboração, uma vez mais, deste documento de alta relevância institucional.

Francisco Martínez Berdeal
Secretário-Geral do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça